

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN

THALITA ASPERTI TRAVENÇOLO

**ENTRE O MATERIAL E O IMATERIAL:
A PRESERVAÇÃO CULTURAL DO BAIRRO PATRIMÔNIO**

UBERLÂNDIA
2023

THALITA ASPERTI TRAVENÇOLO

**Entre o material e o imaterial:
a preservação cultural do Bairro Patrimônio**

Dissertação apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Linha de Pesquisa 01 - Arquitetura e Cidade: teoria, história e conservação

Orientadora: Profa. Dra. Denise Fernandes Geribello

Grupo de Pesquisa: Invisibilidades na História da Arquitetura e da Cidade

Uberlândia

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

T779e
2024 Travençolo, Thalita Asperti, 1982-
Entre o material e o imaterial [recurso eletrônico]: a preservação cultural do Bairro Patrimônio / Thalita Asperti Travençolo. - 2024.

Orientadora: Denise Fernandes Geribello.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5523>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. I. Geribello, Denise Fernandes, 1982-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU: 72

Rejâne Maria da Silva
Bibliotecária-Documentalista – CRB6/1925



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	vinte e sete de novembro de 2024	Hora de início:	14:40	Hora de encerramento:	16:20
Matrícula do Discente:	12222ARQ014				
Nome do Discente:	Thalita Asperti Travençolo				
Título do Trabalho:	Entre o material e o imaterial: o registro da arquitetura enquanto preservação da memória do Bairro Patrimônio."				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Arquitetura e Cidade: teoria, história e conservação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Invisibilidades na história da arquitetura e da cidade: revelando tipologias obscurecidas				

Reuniu-se de forma online pela plataforma Mconf-RNP, em conformidade com a PORTARIA nº 36, de 19 de março de 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Fernando Atique - UNIFESP, Claudia dos Reis e Cunha - PPGAU.FAUeD.UFU e Denise Fernandes Geribello - PPGAU.FAUeD.UFU orientador do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Prof.^a Dr.^a Denise Fernandes Geribello, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos,

conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Fernandes Geribello, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/12/2024, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia dos Reis e Cunha, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/12/2024, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Asperti Travençolo, Usuário Externo**, em 17/12/2024, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Atique, Usuário Externo**, em 17/12/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5912873** e o código CRC **B8A8E58E**.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação foi possível graças ao apoio e incentivo de diversas pessoas, a quem expresso minha profunda gratidão.

Em primeiro lugar, ao meu marido, Bruno, e ao meu filho, Felipe, pela paciência inabalável e pelo carinho constante, especialmente nos últimos dois anos, período em que foram meu alicerce. Aos meus pais, irmão e a toda a minha família, agradeço imensamente pelo apoio, encorajamento e amor incondicional.

À minha orientadora, Denise Geribello, sou grata por ter aceitado me guiar nesta jornada, por sua dedicação e pelos valiosos ensinamentos que tanto enriqueceram meu percurso acadêmico.

Um agradecimento especial à minha chefe e amiga, Valéria Queiroz, por todos os conhecimentos que compartilhou ao longo dos anos, pelo incentivo constante e pela compreensão durante este processo.

Aos colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT), agradeço o companheirismo. Em particular, à secretária Mônica Debs, pelo apoio, incentivo e paciência inestimáveis.

Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design (PPGAU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), assim como aos seus professores e funcionários, que contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento acadêmico. Ao professor Alexandre Avelar, do Programa de Pós-graduação em História (PPGHI), sou muito grata pela paciência e pela disposição em compartilhar seu conhecimento com alguém de outra área.

Aos colegas do mestrado, expresso meu reconhecimento pelo apoio constante e pela parceria ao longo desses anos.

Por fim, em especial, agradeço aos moradores do velho Patrimônio, cuja rica cultura e história me inspiraram profundamente. A comunidade que construíram e continuam a preservar é uma verdadeira fonte de beleza e resistência.

RESUMO

O termo patrimônio cultural vem passando por transformações ao longo dos anos, visando atender uma amplitude cada vez maior, passando a incluir todas as formas de arte, do monumental ao vernacular, do individual ao coletivo, do popular ao erudito, do urbano ao rural; incluindo não só o que é palpável, mas também o intangível. Esta pesquisa de mestrado objetiva levantar material iconográfico e cartográfico, urbano e arquitetônico das edificações mais antigas do Bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, na cidade de Uberlândia, bem como as práticas culturais e memórias de seus moradores, de modo a investigar e possibilitar o estudo do processo de formação histórica e social do bairro, e do processo de transformação pelo qual vem passando nos últimos anos. Desse modo, a pesquisa pretende documentar sua materialidade e imaterialidade do bairro, visando jogar luz em um patrimônio importante da cidade de Uberlândia, de grande relevância devido à riqueza de sua cultura e tradições populares, o qual foi historicamente invisibilizado.

Palavras-chave: patrimônio cultural, patrimônio invisibilizado, materialidade, imaterialidade.

ABSTRACT

The term cultural heritage has undergone transformations over the years, aiming to cover an increasingly wider range, including all forms of art, from monumental to vernacular, from individual to collective, from popular to erudite, from urban to rural; including not only the tangible but also the intangible. This master's research aims to collect iconographic and cartographic, urban and architectural material from the oldest buildings in the Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia District, in the city of Uberlândia, as well as the cultural practices and memories of its residents, in order to investigate and enable the study of the historical and social formation process of the neighborhood, and the transformation process it has undergone in recent years. In this way, the research intends to document the materiality and immateriality of the neighborhood, aiming to shed light on an important heritage of the city of Uberlândia, of great relevance due to the richness of its culture and popular traditions, which has been historically made invisible.

Palavras-chave: cultural heritage, invisible heritage, materiality, immateriality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Patrimônio de N. Sra. da Abadia em relação ao Fundinho.....	17
Figura 2 - Cruzeiro entre 1950 e 1960.....	28
Figura 3 - São Pedro de Uberabinha 1856 / Localização das primeiras pontes	30
Figura 4 - São Pedro de Uberabinha 1891 / Localização dos primeiros pontos de referência.....	31
Figura 5 – Matadouro Modelo na década de 1940	32
Figura 6 – Matadouro Modelo Municipal. Década de 1970.....	32
Figura 7 – Charqueada Omega nos anos 1960.	33
Figura 8 – Charqueada Omega, sem data.	34
Figura 9– Frigorífico Omega na década de 1980.	34
Figura 10 - Frigorífico Omega, abaixo Praia Clube	35
Figura 11 – Frigorífico Omega em 2002.....	35
Figura 12 – Entrega do conjunto de Casas Populares	37
Figura 13 e Figura 14 - Casas do conjunto das “Populares”, tipologia das esquinas.....	37
Figura 14 – Casa do conjunto das “Populares”, levantada abaixo.	38
Figura 16 - Levantamento cadastral de residência do conjunto das “Populares”.....	39
Figura 17 e Figura 18 - Casa do conjunto das “Populares” da mesma tipologia levantada.	40
Figura 19 – Vista do Rio Uberabinha, com o Praia Clube e, ao fundo, o Frigorífico.....	40
Figura 20 – Praia Clube.....	41
Figura 21 - Levantamento cadastral de residência localizada à Rua Jerônima Reis da Silva ..	42
Figura 22 - Levantamento cadastral de residência localizada à Rua Jerônima Reis da Silva ..	43
Figura 23 - Vista parcial da cidade. Em primeiro plano bairro Patrimônio. Década de 1920..	44
Figura 25 - Rua dos Emigrantes (antiga Rua do Cruzeiro)	46
Figura 26 - Rua dos Emigrantes (antiga Rua do Cruzeiro)	47
Figura 24 – pontos de referência da região do Patrimônio de N. Sra. da Abadia. Sem escala.	48
Figura 27 - Cidade de Uberabinha - 1915	50
Figura 28- Mapa do Loteamento/Bairro N. Sra. da Abadia	51
Figura 29 – recorte da Planta Cadastral 1950.....	53
Figura 30 – recorte do Plano Década de 1950.....	54
Figura 31 - Projeto do Loteamento/Bairro Copacabana.....	56
Figura 32 - Projeto do Loteamento Jardim Altamira II, aprovado em 1973	57
Figura 33 - Nossa Senhora da Abadia em contraposição com a área tradicionalmente entendida como Patrimônio de N. Sra. da Abadia. Sem escala.....	59

Figura 34 - Bairro Patrimônio (delimitado em vermelho). Sem escala.....	60
Figura 35 - Morada da Colina (delimitado em vermelho). Sem escala.....	60
Figura 36 - Patrimônio de N. Sra. da Abadia – mapa ilustrado.....	65
Figura 37 – Residência das irmãs Elza e Odete.....	67
Figura 38 – Residência D. Elza vista pelo pátio interno.	67
Figura 39 - Residência das irmãs Elza e Odete, vista do pátio interno.	68
Figura 40 - Residência das irmãs Elza e Odete, pátio interno.....	68
Figura 41 - Colônia dos Naves, Rua Ipanema, casas 1 a 4 (geminadas) nos anos 1980.	69
Figura 42 - Colônia dos Naves, Rua Ipanema, casa 1.	70
Figura 43 – Colônia dos Naves, Rua Ipanema, casas 1 e 2 (geminadas)	70
Figura 44 - Colônia dos Naves, Rua Ipanema, casas 3 e 4 (geminadas).....	71
Figura 45 – parte da Escritura do Terrerão do Samba, de 1925.	72
Figura 46 – Contrato de Enfitese do Terrerão do Samba, de 1938.	73
Figura 47 – Terrerão do Samba	74
Figura 48 – Terrerão do Samba	74
Figura 49 – Terrerão do Samba, portão de acesso.....	75
Figura 50 – Residência da D. Eunice	76
Figura 51 - Residência da D. Eunice	77
Figura 52 – Vista aérea do terreno da D. Eunice (delimitado em vermelho).....	77
Figura 53 - Copaíba da Fazenda do Zé Cunha no início da década de 1990.....	80
Figura 54 – Copaíba da Fazenda Zé Cunha, localizada na Rua Dom Almir.....	81
Figura 55 - Copaíba da Rua Dom Almir em agosto de 2021.	81
Figura 56- Copaíba da Rua Dom Almir em agosto de 2021.	82
Figura 57 – Caminhão do seu Milton.	83
Figura 58 – Oficina do seu Milton, nos fundos de sua residência.....	83
Figura 59 - pontos de referência da região do Patrimônio de N. Sra. da Abadia. Sem escala.	86
Figura 60 – Folia de Reis Pena Branca na década do 1980.....	90
Figura 61 – Terno Moçambique Pena Branca	91
Figura 62 – Rua Jerônima Reis da Silva.....	97
Figura 63 – Av. Francisco Galassi, esquina com Rua Prof. José Rodrigues da Silva.....	98
Figura 64 – Rua Jerônima Reis da Silva esquina com a Rua Felisberto Carrijo.....	99
Figura 65 – Terrerão do Samba, portão de entrada ao fundo	107
Figura 66 – Terrerão do Samba, rampa de acesso a sanitários, varanda e terreiro.....	107
Figura 67 – Terrerão do Samba, vista da varanda.	108

Figura 68 – Terrerão do Samba, quadro ilustrando a Igreja N. Sra. do Rosário.	108
Figura 69 e Figura 70 – Cartazes de divulgação de eventos no Terrerão do Samba.....	109
Figura 71 e Figura 72 – Cartazes de divulgação de eventos no Terrerão do Samba.....	110
Figura 73 e Figura 74 – Cartazes de divulgação de eventos no Terrerão do Samba.....	110
Figura 75 – Av. Francisco Galassi e intervenção do projeto Reduto Negro.	111
Figura 76 – Av. Francisco Galassi e intervenção do projeto Reduto Negro.	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APU: Arquivo Público de Uberlândia.

CAD: Desenho/projeto assistido por computador¹.

CDHIS: Centro de Documentação e Pesquisa em História da UFU.

CEP: Conselho de Ética e Pesquisa.

COMPHAC: Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia.

CMPD: Conselho Municipal do Plano Diretor.

DU: Diretoria de Urbanismo da SEPLAN.

EMEI: Escola Municipal de Educação Infantil.

IEPHA: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

IFTM: Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

ONG: Organização não Governamental.

PMU: Prefeitura Municipal de Uberlândia.

PMIC: Programa Municipal de Incentivo à Cultura.

SEPLAN: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Uberlândia.

SMCT: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Uberlândia.

SMMADU: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

UBS: Unidade Básica de Saúde.

UFU: Universidade Federal de Uberlândia.

¹ Do inglês: *computer-aided design*.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	14
1. PATRIMÔNIO DE N. SRA. DA ABADIA: O VELHO PATRIMÔNIO.....	25
1.1. HISTÓRIA DISCIPLINADA	25
1.2. HISTÓRIA DE UM PATRIMÔNIO.....	27
1.3. O APAGAMENTO INSTITUCIONALIZADO	49
1.3.1. A IDEALIZAÇÃO DE UMA CIDADE COMO FORMA DE EXCLUSÃO	49
1.3.2. O BAIRRO PATRIMÔNIO QUE NÃO REFLETE O PATRIMÔNIO	58
2. COLHENDO MEMÓRIAS PARA GUARDAR AFETOS.....	62
2.1. MEMÓRIA COLETIVA AFETIVA.....	62
2.2. O PATRIMÔNIO POR SEUS DETENTORES	64
3. PATRIMÔNIO DE NOSSA SENHORA DA ABADIA: UM BAIRRO NEGRO	87
3.1. O PATRIMÔNIO CULTURAL DO VELHO PATRIMÔNIO	88
3.2. LUGARES E PERCURSOS	96
3.3. TRANSFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA NO VELHO PATRIMÔNIO	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

INTRODUÇÃO

O termo *patrimônio cultural* vem passando por transformações ao longo dos anos. Antigamente o que era chamado *monumento histórico* passou a ser chamado *patrimônio histórico*, de modo a abraçar uma gama maior de elementos. O domínio patrimonial não se limita a edificações individuais, mas incorpora conjuntos urbanos; não se limita à chamada “arquitetura erudita”, e sim também à arquitetura de dimensões não monumentais, à arquitetura vernacular, à arquitetura industrial; passando a incluir todas as formas de arte, do popular ao erudito, do urbano ao rural (Choay, 2001).

Atualmente, passamos a adotar o termo *patrimônio cultural*, visando atender uma amplitude ainda maior deste conceito. Devemos pensar não só no que é palpável, mas também no intangível. Os bens imóveis, móveis, integrados, os conjuntos urbanos, os conjuntos paisagísticos, os bens imateriais. Segundo Castriota (2009), trata-se, ainda, de um campo em expansão e mudança.

Para além disso, pode-se constatar que o patrimônio cultural, bem como a história, é uma construção: trata-se de um processo cultural relacionado à memória, à identidade e ao sentido de lugar (Smith, 2011, p. 42). Além disso, de acordo com Leandro Benedini Brusadin (2011, p. 51), mesmo que nem todos os componentes simbólicos que compõem o patrimônio possam ter comprovação de suas origens, assim que incorporados pela sociedade, passam a compor o seu processo identitário. Por isso, é importante entender as razões pelas quais guardamos e recontamos a história de uma determinada forma e pelas quais protegemos determinado bem cultural. No entanto, ainda hoje, apesar das transformações pelas quais o conceito vem passando, o reconhecimento de bens enquanto patrimônio continua fortemente centrado na cultura das classes dominantes (Geribello, 2019, p.11).

Minas Gerais é um dos estados que se destacam no Brasil pela quantidade de bens materiais e imateriais preservados e também no que se diz respeito a políticas de preservação e proteção desse patrimônio cultural. Não à toa, um dos primeiros movimentos no país de busca e valorização de algo que se pudesse considerar, à época, como raízes brasileiras, se deu em 1924, quando uma caravana de intelectuais paulistas se dirigiu às cidades históricas mineiras - visitas que culminaram na “redescoberta do passado brasileiro” baseado no nacionalismo e no regionalismo (Brusadin, 2011, p. 93). Além disso, uma das primeiras iniciativas estaduais visando proteger o patrimônio cultural do país foi de Minas Gerais em 1925, quando Mello Vianna, então presidente estadual, organizou uma comissão com o intuito de preservar o patrimônio histórico e artístico mineiro (MEC, 1980, p. 10).

Dentro deste cenário, apesar de ter sido constituída sobre o mantra do progresso (Dantas, 2001, p. 9), Uberlândia, MG, mesmo possuindo uma história mais recente, com 136 anos, tem se esforçado para acompanhar esse legado mineiro de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural. A cidade conta com 24 bens tombados municipalmente, entre móveis e imóveis, um bem tombado em esfera Estadual, dois bens em processo de tombamento, e três bens registrados pelo município. Possui, ainda, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC), instituído em 2001. Além disso, nos últimos anos, Uberlândia vem se destacando com pontuações altas no programa do ICMS Cultural do Estado de Minas Gerais² (IEPHA, 2016).

Boa parte dos bens protegidos de Uberlândia tem um caráter que pesa mais em direção ao monumental, como a Casa da Cultura, marcante na paisagem desde sua construção devido à sua imponência e ao uso de materiais importados; o Museu Municipal, cujo prédio foi construído para abrigar o Paço Municipal e foi tombado em conjunto com a Praça Clarimundo Carneiro e o Coreto; o prédio que abriga a Escola Estadual de Uberlândia, edificação de grandes dimensões, estilo eclético e construída como um dos ícones da busca pelo progresso e modernidade; o Uberlândia Clube Sociedade Recreativa, um edifício moderno com elementos *art déco* que abriga o clube privado cujo quadro de sócios é constituído por famílias representativas da elite social uberlandense; o Palacete Ângelo Naghettini, o prédio mais alto e um dos mais requintados da cidade na época de sua construção; entre outros (Lopes; Macedo; Machado, 2020).

Ainda assim, nota-se que a cidade também valoriza outros símbolos para além daqueles relacionados às classes dominantes, como as duas igrejas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, uma no centro da cidade, a outra no distrito de Miraporanga, sendo que as igrejas consagradas a Nossa Senhora do Rosário, por tradição, eram destinadas a escravos; a sede do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Uberlândia, uma importante referência para a memória do movimento operário da cidade; o Teatro Grande Otelo, originalmente Cine Vera Cruz, primeiro cinema em bairro não central e localizado em vila operária da cidade; a Congada e a

² O ICMS Patrimônio Cultural é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado, funcionando por meio de repasses de uma parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS de Minas Gerais aos municípios que comprovam a preservação de seu patrimônio e referências culturais. Para o Exercício 2024, Uberlândia fez 21,85 pontos, ficando entre os aproximadamente 30 municípios mais bem pontuados dentre os cerca de 850 municípios que participaram da ação.

Folia de Reis, ambas manifestações culturais e religiosas ligadas a tradições populares (Lopes; Macedo; Machado, 2020).

Não obstante, deve-se dar continuidade a esse trabalho de estudar e proteger a arquitetura popular, muito pautada por Sant'Anna (2013), e os bens mais ligados à cultura e à tradição popular. Nesse sentido, destaca-se a importância do bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia como primeiro bairro da ainda chamada São Pedro de Uberabinha, ocupado inicialmente e principalmente por escravos libertos e/ou seus descendentes, conforme informa Luís Augusto Bustamante Lourenço (1986, p. 18). No entanto, para se saber minimamente sobre o bairro, sua história e cultura, precisa-se buscar autores que efetivamente tinham como objetivo tratar sobre ele. Os livros de historiadores e memorialistas que tratam da história de Uberlândia como um todo raramente mencionam o Patrimônio de N. Sra. da Abadia.

Localizada em uma região conhecida por Sertão da Farinha Podre, inicialmente ocupada por indígenas caiapós (Pereira, 2010, p. 20), Uberlândia nasceu em 1818, quando da criação da Fazenda São Francisco, mas somente no início da década de 1830 iniciou-se a formação de um povoado nas proximidades do rio Uberabinha (Arantes, 2003, p. 33). O povoado batizado de Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha foi elevado a distrito de São Pedro de Uberabinha, subordinado a Uberaba em 1852 (Câmara Municipal de Uberlândia, 2020), quando da construção da Capela de Nossa Senhora do Carmo às margens da confluência do rio Uberabinha com o córrego São Pedro (Teixeira, 1970, p. 23). Em 1857, o arraial foi emancipado politicamente tornando-se freguesia e em 1888 foi elevado à condição de município (Câmara Municipal de Uberlândia, 2020). Essa região onde ocorreu a formação inicial da cidade atualmente corresponde ao Bairro Fundinho de Uberlândia.

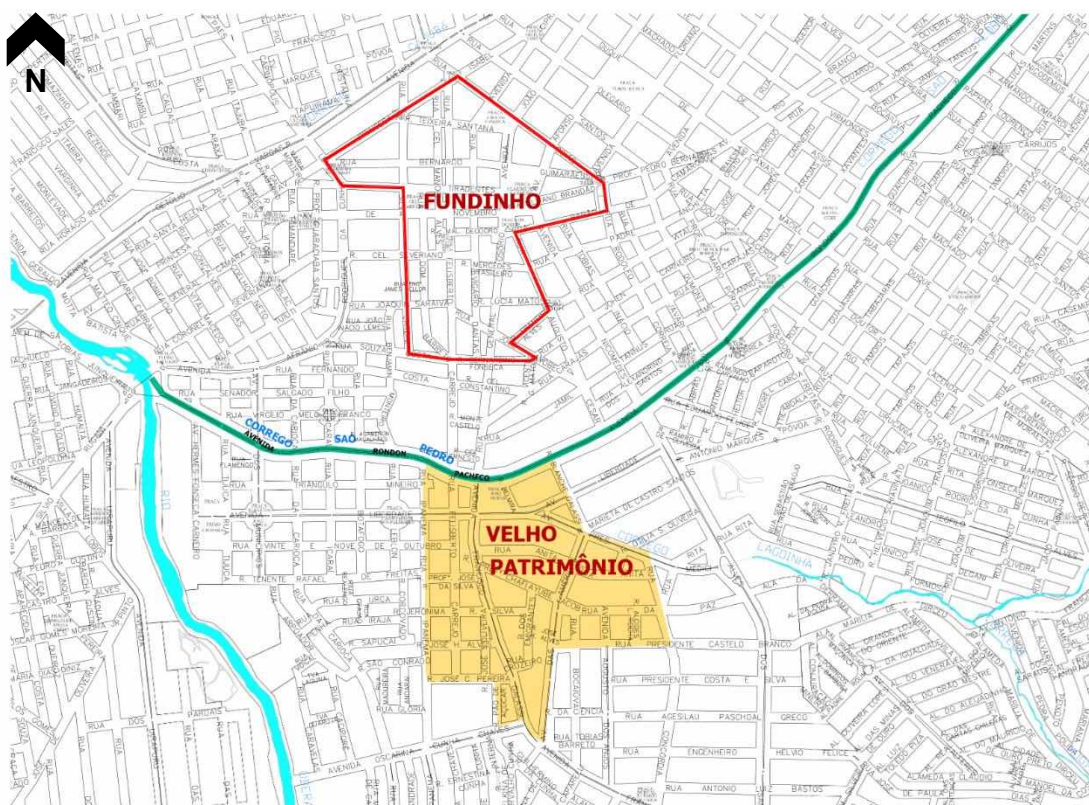
A história oficial conta que o início do bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia se deu ainda em 1883, quando um fazendeiro doou uma área de doze alqueires situada na margem esquerda do córrego São Pedro ao Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia (Figura 1). No ponto mais alto do terreno, foi erguido um cruzeiro de oitenta palmos de altura para simbolizar o nascimento do bairro. A partir de então, a Paróquia passou a ceder lotes a foreiros por meio de enfiteuses³ (Lourenço, 1986, p. 17).

³ De acordo com o site Jusbrasil (Gomes, 2008), enfiteuse consiste na permissão dada ao proprietário de entregar a outrem todos os direitos sobre algo, de modo que este (enfiteuta) passe a ter o domínio útil da coisa mediante pagamento de uma pensão ou foro ao senhorio. No caso em questão, o proprietário real dos terrenos

A região se tornou atrativa a uma população mais carente, formada em sua maioria por escravizados libertos, pois a taxa a se pagar para a Paróquia era barata e também por não ter restrições de construção. Além disso, a presença de postos de trabalho na região, como matadouro, frigorífico, fábrica de banha e chácaras, fez com que se consolidasse quase como vila operária.

Devido à barreira física que o córrego São Pedro interpunha entre o bairro e o restante da cidade, o Patrimônio de N. Sra. da Abadia durante muitos anos manteve suas tradições e características, sendo considerado “ilhado, sobrevivente de uma época” (Lourenço, 1986, p. 24). Porém, após a canalização do córrego, transformando-o na Avenida Rondon Pacheco a partir da década de 1980 e, principalmente, devido ao interesse imobiliário pelo Setor Sul nos últimos 15 anos, o bairro vem passando por muitas transformações.

Figura 1 - Patrimônio de N. Sra. da Abadia em relação ao Fundinho (núcleo inicial de Uberlândia). Sem escala.



Fonte: Mapa Base de Uberlândia, alterado pela autora em 2023.

Esta pesquisa nasceu de uma inquietação pessoal a partir do meu trabalho como arquiteta na Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura

seria a Paróquia e os usuários dos terrenos (moradores do bairro), seriam os enfiteutas, os quais teriam os direitos sobre a propriedade mediante pagamento de taxa foreira à Paróquia.

e Turismo de Uberlândia-MG desde dezembro de 2016. Não sendo natural de Uberlândia, meu conhecimento sobre a história da cidade se deu aos poucos e foi se acumulando ao longo dos anos. Nos últimos anos, por meio da influência da Diretora de Memória e Patrimônio Histórico, Valéria Maria Queiroz C. Lopes, a noção da importância do Patrimônio de N. Sra. da Abadia, sobre o qual raramente encontrávamos menção nas fontes tradicionais de pesquisa, foi se tornando cada vez mais evidente. Foi diante da contradição entre a importância identificada e a falta de pesquisas relacionadas ao bairro, que se percebeu a necessidade cada vez mais urgente de se estudá-lo.

Apesar de sua importância histórica, cultural e social, existe pouca documentação material conhecida sobre o Bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia. Não há plantas das edificações, documentação fotográfica ou qualquer tipo de material iconográfico que seja de fácil acesso e conhecimento do público. Cabe ressaltar que, conforme Meneses (2009, p. 31), “o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois (...) todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se”. Assim, se faz necessário levantar, registrar, criar e reunir essa documentação do bairro.

Além disso, é notável como o bairro está passando por um processo acelerado de transformação e gentrificação. Ao passear por ele, as placas de “vende-se” são constantes, bem como as demolições e novas construções acontecendo com frequência alarmante. Ainda, os moradores mais antigos, geralmente mais resistentes à transformação, hoje em dia são poucos, em sua maioria idosos e debilitados. Desse modo, o trabalho traz uma demanda, além de importante, urgente.

Dessa maneira, a pesquisa de que trata este trabalho pretende refletir sobre como documentar a materialidade e imaterialidade de um local historicamente invisibilizado enquanto patrimônio cultural, identificando e registrando seus valores culturais, e tendo como objeto de estudo o Bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, da cidade de Uberlândia, MG. Espera-se, ainda, não apenas acumular mais conhecimento pelo benefício em si mesmo, como também poder subsidiar novos estudos acadêmicos e até mesmo futuras deliberações do COMPHAC.

Cabe informar que, em 2019, a partir de uma iniciativa da Valéria M. Q. C. Lopes, a Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia contratou a consultoria da empresa “Monumentum: arquitetura e patrimônio cultural” para elaborar o dossiê denominado “Memória social do Bairro Patrimônio” (Prefeitura Municipal, 2019). O objetivo inicial era utilizar o dossiê como ferramenta no futuro registro de parte do bairro como lugar de

memória. No entanto, após verificar que o trabalho necessitaria da complementação de uma pesquisa mais extensa, o projeto acabou sendo adiado.

Este trabalho pretende, ainda, compreender o estado da arte em relação à teoria e às práticas de preservação de patrimônios culturais invisibilizados; entender a trajetória da formação histórica e cultural do bairro; investigar o grau de reconhecimento atual do patrimônio do bairro e entender as ações de resistência a esse processo de apagamento da cultura tradicional; mapear os lugares de memória⁴ mais importantes do bairro, identificando os remanescentes e os extintos; montar, a partir deste mapeamento, diferentes roteiros de memória; e conhecer o Dossiê de Registro do Bairro Patrimônio e, a partir de sua análise, propor uma complementação que construa um acervo documental suficiente para sua valorização.

Tendo em vista tratar-se de um estudo de caso, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva e com abordagem qualitativa, possuindo grande enfoque na interpretação e no contexto do objeto pesquisado – além de ser uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que visa gerar conhecimento prático (Gerhardt; Silveira, 2009).

Desse modo, as principais metodologias adotadas durante o desenvolvimento deste trabalho foram as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Primeiramente, foram feitas uma pesquisa bibliográfica inicial e uma pesquisa documental inicial, ambas sobre a história de Uberlândia e do bairro Patrimônio, de modo a se obter um conhecimento mínimo sobre o objeto de estudo para direcionar melhor os estudos teóricos. Esta primeira pesquisa foi fundamentada na leitura de autores como Jerônimo Arantes, Sandra Mara Dantas, Valéria Maria Q. C. Lopes, Luís Augusto Bustamante Lourenço, Gilberto Gomes e Ivone Gomes de Assis, Rosana de Ávila de Melo Silveira e Tito Teixeira; além de documentos como o Código de Posturas de Uberlândia, mapas dos Bairros Integrados e legislações.

A pesquisa bibliográfica inicial foi feita principalmente com base em livros e documentos encontrados na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, especificamente na Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico, e na Biblioteca Pública Municipal. Já a documental foi feita utilizando documentos encontrados no Arquivo Público Municipal, no site da Prefeitura de Uberlândia e na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Na Secretaria e no site da Prefeitura, foram verificadas as legislações e mapas dos Bairros Integrados, identificando os loteamentos mais antigos e como a municipalidade entendia a relação entre eles.

⁴ Conceito proposto por Pierre Nora (1993).

Foram relacionados, ainda, no Arquivo Público Municipal, dois mapas da cidade de Uberlândia criados na década de 1950: a Planta Cadastral de Uberlândia, que registra a estrutura real da cidade; e o Plano de Traçado Urbanístico: Planta Geral da Cidade de Uberlândia e seus bairros, que representa uma visão idealizada da cidade projetada para o futuro. Ambos os mapas foram executados na mesma época, um descrevendo a realidade do município e o outro uma cidade ainda idealizada. O plano urbanístico foi utilizado pelos governantes como propaganda para criar a imagem de uma cidade progressista. Comparando os mapas, nota-se que o Bairro Patrimônio, na realidade de 1950, ainda se assemelhava à sua conformação original do século XIX, enquanto o plano idealizado previa uma configuração mais próxima da atual. Assim, o início da década de 1950 marca uma transição intencional na evolução urbana do bairro.

Além destas, foram feitas algumas pesquisas de campo iniciais, as quais possibilitaram verificar que as primeiras construções do bairro, ainda da época de sua formação, provavelmente já não existem mais ou sofreram muitas modificações. No entanto, algumas construções de meados do século XX ainda resistem ao processo atual de transformação que o bairro tem passado nas duas últimas décadas. Algumas das casas mais antigas identificadas foram neste momento fotografadas, levantadas e suas plantas desenhadas em software de CAD.

As pesquisas de campo trouxeram, ainda, informações incipientes a respeito da existência de dois conjuntos de casas denominado “Colônia dos Naves”, sabendo-se que um deles está localizado na Rua Ipanema, inicialmente composto por 4 casas, construídas por Nicomedes Alves dos Santos para a moradia de funcionários da Charqueada Ômega; e acerca da existência de uma “Colônia Japonesa”, mencionada por moradores do bairro, mas sobre a qual não foram encontradas informações documentadas. Além destes conjuntos, foram identificados ainda remanescentes de casas de outros conjuntos habitacionais da década de 1950.

Após, foi feita a pesquisa bibliográfica que se aprofundasse nos estudos sobre patrimônio cultural invisibilizado, sobre memória e sobre história, fundamentada na leitura de autores como Aleida Assmann, Luciana Balestrin, Dipesh Chakrabarty, Ewa Domańska, Milton Santos, Maria Cecília Londres Fonseca, Keila Grinberg, François Hartog, Paola Berenstein Jacques, Jacques Le Goff, Ulpiano T. Bezerra Meneses, Marcos Napolitano, Pierre Nora, Allan Kardec Pereira, Elson Manoel Pereira, José da Silva Ribeiro, Beatriz Sarlo, Jacy Alves de Seixas, Laurajane Smith, Natalia Taccetta, Denise Fernandes Geribello e Marina Waisman.

Assim, essa pesquisa bibliográfica mais aprofundada, relacionada diretamente com o referencial teórico, foi feita a partir de indicações específicas de alguns professores e, principalmente, a partir dos textos trabalhados nas disciplinas frequentadas nos dois primeiros semestres de desenvolvimento da dissertação, sendo elas: Conservação do patrimônio cultural: questões contemporâneas – Realidades do Patrimônio; Teorias da História; Estudos migratórios: Dinâmicas urbanas, gênero, etnia e ingerências do estado; e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo.

Em uma segunda etapa, foi feita a reestruturação do trabalho a partir dos apontamentos realizados durante a banca de qualificação. As sugestões permitiram o refinamento da pesquisa, orientando o aprofundamento em determinadas áreas e a reorganização dos capítulos.

A pesquisa bibliográfica foi finalizada aprofundando-se no processo de formação histórica e social de Uberlândia e do bairro Patrimônio, com leituras de autores como Jeremias Brasileiro (2012), Débora Costa Nunes (2023) e Edsolanja Lemes (2009). Além disso, foram finalizados os estudos sobre história, memória e o patrimônio cultural invisibilizado, complementados pela leitura de autores como Ecléa Bosi (1994), Alexandre Avelar (2022), Johannes Fabian (2013), Saidiya Hartman (2020), Fernando Atique (2018) e Andreas Huyssen (2009).

Paralelamente à pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental focou-se na identificação dos usos e ocupação atual do bairro, zoneamento e índices urbanísticos, considerando a legislação do Plano Diretor de Uberlândia vigente e suas versões anteriores, a Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, o Código de Obras e a Lei de Diretrizes do Sistema Viário, também em suas diferentes versões. Essa documentação foi encontrada principalmente na base de dados online da Legislação Municipal de Uberlândia.

Adicionalmente, foi realizado um estudo da cartografia urbana de Uberlândia, buscando identificar o bairro Patrimônio ao longo do tempo, com o objetivo de localizar lugares históricos marcantes e mapear o crescimento urbano da região. Foram investigados possíveis documentos que apresentassem o traçado urbano do bairro desde a década de 1950 até os dias atuais, para entender a evolução urbana e quando o Plano de Traçado Urbanístico começou a ser materializado. Parte desse material foi localizada nos arquivos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e no Arquivo Público de Uberlândia.

Foram realizados, ainda, levantamentos arquitetônicos, com foco nas residências do bairro, bem como a busca por material iconográfico, como fotografias e outras formas de documentação visual da evolução urbana e arquitetônica. Esses materiais foram encontrados

no Arquivo Público de Uberlândia, na Coleção de Bens Imóveis do CDHIS/UFU e em acervos particulares.

Por fim, foram feitas entrevistas com os moradores atuais e antigos do bairro, de modo a coletar dados, memórias e a levantar informações sobre tipologia e sistemas construtivos das primeiras edificações do bairro⁵. As entrevistas pretenderam abordar tópicos como: história familiar do entrevistado em relação ao bairro; relação do entrevistado com o bairro; identificação das possíveis residências mais antigas pelas quais o entrevistado tenha passado ou residido; descrição dessas residências; descrição das festas e tradições inerentes ao bairro; identificação de lendas existentes.

Os critérios de inclusão considerados foram: morar atualmente ou já ter morado no Bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia; ser visitante frequente do bairro e/ou conviver com moradores do bairro.

As entrevistas foram realizadas a partir de uma amostra intencional de unidades-tipo (Figueiredo; Figueiredo, [20--]). Assim, foram convidadas 10 pessoas, maiores de 18 anos, que moraram, moram, ou tem contato próximo com o bairro, como pessoas que vivem no local há muitos anos, pessoas próximas a antigos moradores, frequentadores de instituições ou grupos locais, membros de grupos que tentam resistir às mudanças ocorridas no bairro, etc. Tendo em vista que o bairro tem passado por muitas transformações, o número de pessoas que poderiam se enquadrar nos critérios de inclusão é escasso, de modo que foram selecionados indivíduos-tipo, considerados representativos do bairro (Figueiredo; Figueiredo, [20--]). Em pesquisa prévia de campo, para identificação de possíveis participantes, havia sido verificado que o número de moradores mais antigos ou de pessoas que detém algum conhecimento sobre o bairro é atualmente bastante restrito, daí a dificuldade de se conseguir um número de participantes maior.

As entrevistas foram realizadas a partir de indicações de terceiros e, principalmente, a partir da busca ativa durante as visitas ao bairro, abordando transeuntes e batendo nas portas das residências.

Nesse contexto, é importante destacar que ao entrevistar pessoas idosas, especialmente no que diz respeito à memória, alguns cuidados seriam necessários. Conforme podemos ver no trabalho de Ecléa Bosi (2021), idosos frequentemente não seguem uma linearidade temporal em seus relatos, o que pode dificultar a coleta de informações precisas e objetivas. Desse modo, estratégias como a criação de uma atmosfera acolhedora, o respeito pelo ritmo

⁵ Projeto registrado no CEP pelo número: número CAAE 74423623.4.0000.5152.

do entrevistado, e o estímulo por meio de objetos ou fotos relacionadas à época podem ajudar a resgatar memórias afetivas e espontâneas, facilitando a conexão com o passado. Assim, as entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados ou em locais apontado por estes, de modo a deixar cada entrevistado confortável e seguro durante os encontros. As perguntas foram adaptadas para cada entrevistado para que se adequassem ao modo como iam sendo respondidas, de modo a redirecionar os depoimentos para os temas desejados sem interromper o fluxo dos relatos.

Como mencionado anteriormente, o método de pesquisa teve uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e pesquisa descritiva. A abordagem qualitativa foi realizada para compreensão dos grupos sociais relacionados diretamente com os bens estudados. A natureza aplicada da pesquisa visou gerar conhecimento prático. Conforme Deslauriers (1991, p. 58), “o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (apud Gerhardt; Silveira, 2009, p. 34).

Assim, como Metodologia de Análise de Dados, foi feita uma análise qualitativa em que o método comparativo foi tomado para analisar as informações coletadas com a pesquisa documental, de campo e entrevistas, de modo a se chegar a produtos e dados que pudessem construir um acervo documental sobre o objeto de estudo e resgatar o seu valor cultural.

A dissertação foi organizada de maneira a explorar a história, memória e as transformações vividas pela comunidade, culminando em uma análise crítica do impacto da gentrificação e das práticas de resistência. O trabalho foi estruturado partindo da introdução e, então, dividido em três capítulos, seguidos pelas considerações finais. A introdução aborda o tema da pesquisa, justificativa, objetivos e o conteúdo, a metodologia e organização do trabalho.

O primeiro capítulo, intitulado “Patrimônio de N. Sra. da Abadia: o Velho Patrimônio”, apresenta a versão histórica oficial, destacando como o bairro foi formado e sua marginalização ao longo dos anos. A história disciplinada, baseada em documentos oficiais e relatos de memorialistas, é confrontada com a realidade das políticas públicas que contribuíram para o apagamento institucionalizado da identidade do bairro. Esse processo é reforçado pela falta de infraestrutura e a separação do bairro em áreas distintas durante a reorganização urbana na década de 1990.

O segundo capítulo, “Colhendo memórias para guardar afetos” aborda a memória coletiva afetiva dos moradores, demonstrando como suas lembranças e vivências são essenciais para compreender a identidade do bairro. A narrativa dos moradores revela detalhes

cotidianos e afetivos, muitas vezes ignorados pela história oficial. Esse capítulo dá ênfase às memórias fragmentadas, às tradições e à afetividade dos residentes, mostrando como esses elementos criam uma visão mais rica e plural da história local.

O terceiro capítulo, intitulado “Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia: um bairro negro” explora a relação entre o racismo e a invisibilização do bairro. Além disso, o capítulo discute as transformações urbanas recentes, destacando o impacto da gentrificação na expulsão de moradores históricos e na descaracterização das tradições locais. Conceitos como decolonização e estudos subalternos são utilizados para compreender as resistências culturais que persistem, como as festas de Congado e a Folia de Reis, que simbolizam a luta pela preservação das memórias e identidade do bairro.

Por fim, o trabalho se encerra com as Considerações Finais, apresentado uma reflexão sobre a coexistência entre a narrativa oficial e a memória afetiva dos moradores. Ambas são complementares e necessárias para entender a complexidade do bairro. Também são sugeridas possibilidades de aprofundamento futuro do trabalho.

1. PATRIMÔNIO DE N. SRA. DA ABADIA: O VELHO PATRIMÔNIO

O presente capítulo apresenta o objeto de estudo, o Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, explorando a sua trajetória histórica e o impacto da marginalização institucional sobre o bairro.

Na seção 1.1. História Disciplinada, abordamos a transformação da história em uma disciplina acadêmica, destacando seu afastamento da memória e a ideologização do discurso histórico. A partir de referências como Marcos Napolitano e Laurajane Smith, refletimos sobre o papel da memória na construção da identidade e sobre as versões oficiais da história, tanto na Europa Ocidental quanto no contexto do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia.

A seção 1.2. História de um Patrimônio, traz a versão histórica oficial, contada pelos memorialistas tradicionais da cidade, aprofundada por historiadores e encontrada em documentos oficiais. É importante destacar que, de maneira geral, os memorialistas pouco destaque davam ao Patrimônio, de modo que as informações se encontravam dispersas em seus relatos, e começaram a ser organizadas e aprofundadas anos depois, principalmente por Luís Augusto Bustamante Lourenço, ganhador do Concurso de Monografias “Bairros de Uberlândia”, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura em 1986, com o trabalho intitulado “Bairro do Patrimônio: Salgadores e Moçambiqueiros”, um dos primeiros a se dedicar à história e memória do bairro.

Na seção 1.3. O apagamento institucionalizado, discutimos como decisões políticas impactaram negativamente o Patrimônio. Primeiro, analisamos os mapas urbanos de 1950, que demonstram a idealização de uma Uberlândia progressista, contrastando com a realidade do bairro. Em seguida, exploramos a reorganização da cidade nos anos 1990, que separou o Patrimônio original em bairros diferentes, acelerando a descaracterização e invisibilização dessa comunidade histórica.

1.1. HISTÓRIA DISCIPLINADA

No século XIX, conforme aponta Marcos Napolitano (2020, p. 20), com a disciplinarização e cientificação da História, esta se afasta da memória. A História é colocada como objetiva, equilibrada e imparcial - apesar de simultaneamente produzir narrativas calcadas no nacionalismo e na ideia de progresso da humanidade (Napolitano, 2020, p. 21).

Assim, apesar de se colocar a memória como tradicionalmente ideológica (Meneses, 1992, p. 22), a História já a partir de sua disciplinarização também possui forte caráter ideológico.

Porém, já no final dos anos 1920, a história metódica começa a ser questionada com a ascensão da Escola dos Annales, um movimento historiográfico que se constituiu em torno da revista *Annales* (Le Goff, 1994, p. 10). E a partir da década de 1960 uma nova sensibilidade para o passado começou a emergir, trazendo a memória de volta ao centro das preocupações culturais e políticas, como observado por Andreas Huyssen (2009, p. 10). Nesse período, impulsionados pelos movimentos sociais e pela descolonização, os discursos revisionistas intensificaram os questionamentos às narrativas históricas oficiais, que até então eram dominadas por um viés linear e teleológico. Essa nova relação entre história e memória levou ao surgimento da “cultura da memória”, em que a memória passou a ser vista como um espaço de disputa, no qual múltiplos grupos buscam afirmar suas próprias versões do passado (Huyssen, 2014, p. 210).

Por conseguinte, aos poucos a historiografia começou a passar por questionamentos quanto à sua relação com a memória. Assim, segundo Jacy Alves de Seixas (2001, p. 39), a partir do início da década de 1980, a relação entre história e memória começa a mudar - porém, ainda que a relação de conflito entre ambas ainda esteja presente, a história passa a ser colocada como senhora da memória. Pierre Nora (1993, p. 14) chega a concluir que a memória não mais existe, sendo o que chamamos de memória, a própria história.

No entanto, conforme a história passa a ser cada vez mais questionada, nesse conflito, da desilusão com o futuro, segundo François Hartog (2013, p. 9), resulta a valorização da memória. Hartog (2013, p. 140) observa que, a partir do final do século XX, o presente se tornou a categoria dominante na experiência do tempo, com o futuro perdendo seu papel central e a memória assumindo um lugar de destaque. Essa crise, alimentada por uma sensação de que o presente é instável e o futuro incerto, gera uma valorização quase nostálgica do passado, levando a um fenômeno de “presentismo”, em que o passado parece estar sempre presente e onde o futuro é visto menos como promessa e mais como ameaça.

Nesse contexto, a proclamação de que “nada mais será como antes” torna-se uma constante, refletindo o sentimento de perda contínua tanto do passado quanto do futuro. De modo que, nesse momento em que o passado parece estar sempre presente, ou em que vemos um “passado que não passa” (Seixas, 2001, p. 49), deve-se ter muito cuidado em como a memória se comporta: se por um lado evoca-se a ideia de pertencimento e identidade, rapidamente pode-se chegar a um culto ao passado que está fortemente ligado ao revisionismo e negacionismo.

Essa reflexão sobre a memória e sua relação com o passado destaca a importância de entender como as narrativas históricas são construídas e preservadas. O cuidado necessário ao lidar com a memória está relacionado não apenas ao risco de revisionismo ou negacionismo, mas também ao reconhecimento de que a forma como preservamos e valorizamos o patrimônio cultural reflete escolhas que podem privilegiar certas visões em detrimento de outras. Essas escolhas são frequentemente influenciadas por discursos hegemônicos, como o chamado Discurso Autorizado de Patrimônio, que Laurajane Smith (2021) discute.

Smith (2021, p. 4) denomina Discurso Autorizado de Patrimônio aquele desenvolvido na Europa Ocidental no século XIX, o qual é tido como o discurso dominante, mas não por isso incontestável. É o discurso que molda a prática profissional da gestão e conservação do patrimônio (Smith, 2021, p. 1). Pode-se aplicar a mesma lógica à história relativa ao Patrimônio Cultural, no sentido de que esta possui versões “oficiais” e aceitas tanto academicamente, quanto institucionalmente ou popularmente, de modo generalizado. Ideia semelhante também se vê presente quando Allan Kardec Pereira (2021) traz a questão da história disciplinada como aquela que está de acordo com a Academia de maneira geral, reforçando a trajetória de revisão da historiografia mencionada anteriormente.

No caso do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, os primeiros registros históricos são encontrados nos livros dos memorialistas Uberlandenses e foram, ao longo do tempo, sendo incorporados pelos historiadores e se tornando a história oficial do bairro. Um dos primeiros trabalhos a tentar reunir as informações espalhadas de forma esparsa e pouco detalhada foi uma monografia do historiador Luís Augusto Bustamante Lourenço denominada Bairro do Patrimônio: Salgadores e Moçambiqueiros⁶, escrita em 1986. É importante destacar que o trabalho de Lourenço não se fiava apenas nos dados dos memorialistas, mas também em depoimentos dos próprios moradores do bairro e da cidade.

De todo modo, na próxima seção, revisamos as fontes tradicionais, além de outros documentos, como mapas, plantas e dados oficiais da Prefeitura de Uberlândia, de modo a organizar e recontar a versão da história disciplinada do Patrimônio de N. Sra. da Abadia.

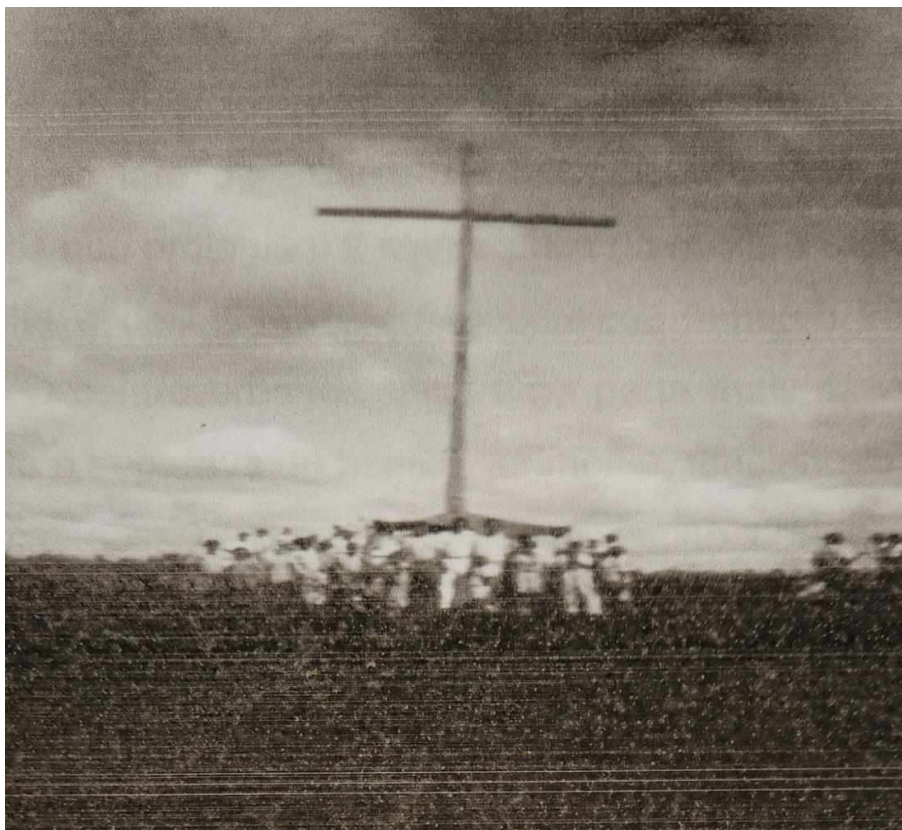
1.2. HISTÓRIA DE UM PATRIMÔNIO

⁶ O trabalho ganhou o Concurso de Monografias “Bairros de Uberlândia”, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura.

A história do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia se inicia um pouco antes da criação oficial do bairro. Segundo Tito Teixeira (1970, v.1, p. 203), o devoto Pedro Tomás de Aquino providenciou a aquisição de uma imagem de Nossa Senhora da Abadia vinda de Paris. Trazida à cidade em carros-de-bois em 1870 pelo carreiro João Antônio de Souza, filho da Custódia da Jacuba, a imagem foi levada à casa do fazendeiro José Machado Rodrigues, no engenho da serra, onde ficou até o início das novenas. A imagem foi levada à Capela de Nossa Senhora do Carmo em 6 de agosto de 1870, onde foi benta pelo vigário João Dantas Barbosa e disposta no altar que já lhe havia sido reservado.

Em 1876, conforme apontam os memorialistas Teixeira (1970, v. 1, p. 36) e Pezzuti (1922, p. 20), o Padre Barbosa promoveu a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, cuja proposta inicial previa que fosse situada na baixada da cidade que verte para o córrego São Pedro, ou seja, nas proximidades de onde viria a ser o Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia. Optou-se, no entanto, por transferir a proposta para a Praça Doutor Duarte (conhecida, à época, como Praça do Rosário), sendo, por fim, construída na Praça Ruy Barbosa em 1891.

Figura 2 - Cruzeiro entre 1950 e 1960



Fonte: Lemes (2009, p. 10)

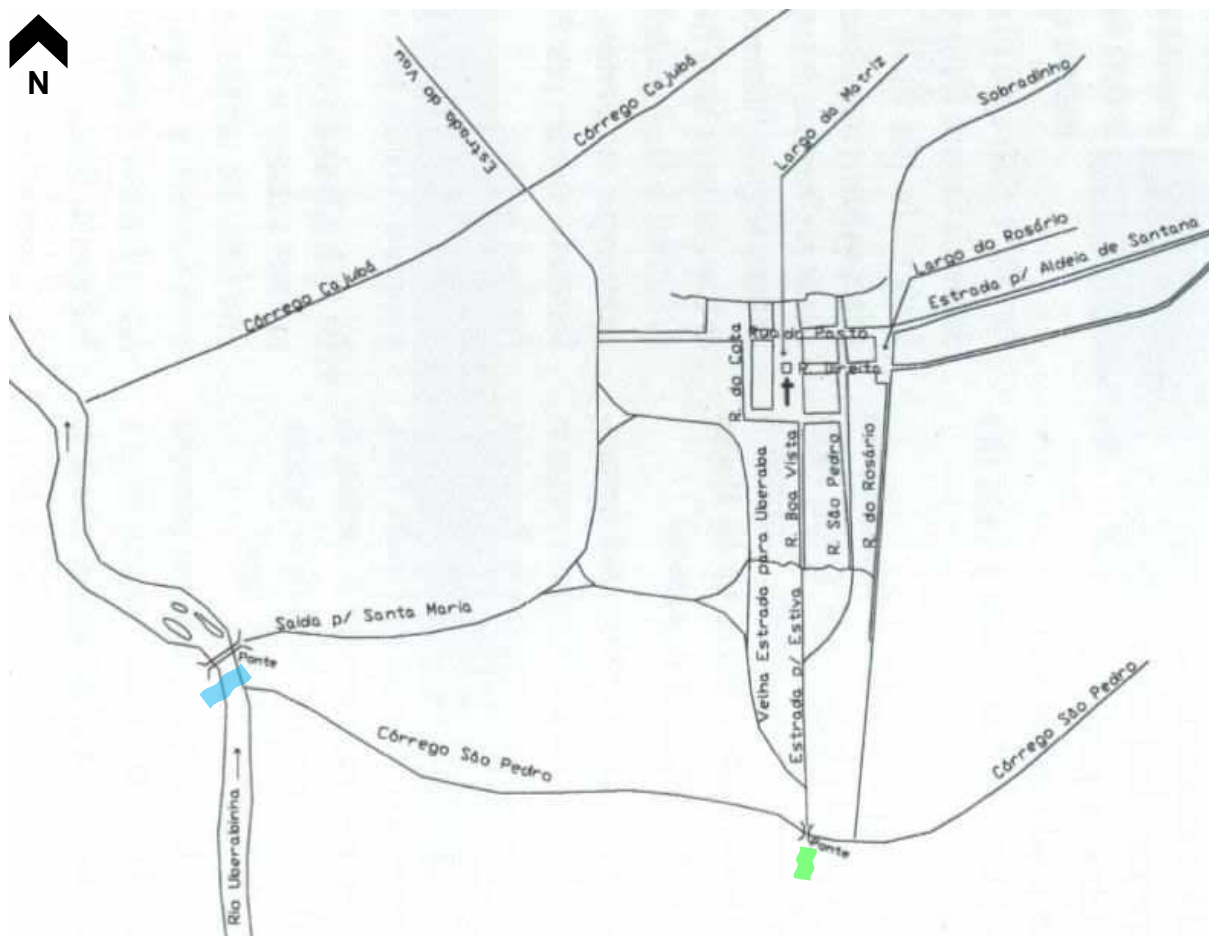
Então, de acordo com a história oficial, treze anos após ter recebido a imagem de Nossa Senhora da Abadia em sua fazenda Campo Alegre, em 1883, o casal José Machado Rodrigues e Jacinta Francisca da Silva doou uma área de doze alqueires situada na margem esquerda do córrego São Pedro ao Patrimônio da Santa. Para simbolizar o nascimento do bairro, no ponto mais alto do terreno, em uma região conhecida como “serra”, foi erguido um cruzeiro de oitenta palmos de altura (Figura 2), lavrado na região da Fazenda Tenda e transportado ao local em um carroção. A partir de então, a Paróquia passou a ceder lotes a foreiros por meio de enfiteuses (Teixeira, 1970, vol. 1, p.37; Pezzuti, 1922, p. 27; Lourenço, 1986, p. 17).

A formação do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia está intrinsecamente ligada à doação de terras e à criação de uma estrutura que pudesse servir à comunidade nascente. Além das manifestações religiosas, como a instalação do cruzeiro, a organização física do bairro dependia também de uma infraestrutura que conectasse o Patrimônio às áreas circunvizinhas e ao restante da cidade. Nesse contexto, era fundamental a existência de pontes sobre o córrego São Pedro, pois elas permitiam o fluxo de pessoas e mercadorias, embora simples em sua construção. Ao mesmo tempo, essas pontes, se tornaram símbolos da conexão frágil entre o bairro e o centro da cidade.

Inicialmente, segundo Teixeira (1970, vol. 1, p. 62), havia uma ponte no córrego São Pedro no que se considerava o prolongamento da Rua São Pedro, atual Vigário Dantas. Conforme mapa de 1856 (Figura 3), notamos uma ponte ao final da Estrada para Estiva, via que recebia tanto o fluxo da Rua São Pedro, quanto da Velha estrada para Uberaba. Já no mapa de 1891 (Figura 4), nota-se uma nova ponte sobre o córrego São Pedro, situada no prolongamento da Rua General Osório⁷ e a Estrada para Uberaba. Esta era conhecida como Ponte do Matadouro e era “feita com paus roliços colocados enfileirados sobre duas traves, coberta por torrões da terra com capim enraizado, arrancados inteiros” (Lourenço, 1986, p. 21).

⁷ A atual Rua General Osório foi inicialmente denominada Rua do Rosário, conforme mapas de 1856 e 1891. Seu prolongamento, para além do córrego São Pedro, já foi denominado Rua Santo Antônio, conforme Lourenço (1986, p. 21) e também Rua General Osório (conforme pode-se confirmar pela Lei nº 4674/1988), nome pelo qual a via foi conhecida até 2000, quando a Lei nº 7530/2000 alterou seu nome para Avenida Francisco Galassi, como é denominada até hoje.

Figura 3 - São Pedro de Uberabinha 1856 / Localização das primeiras pontes

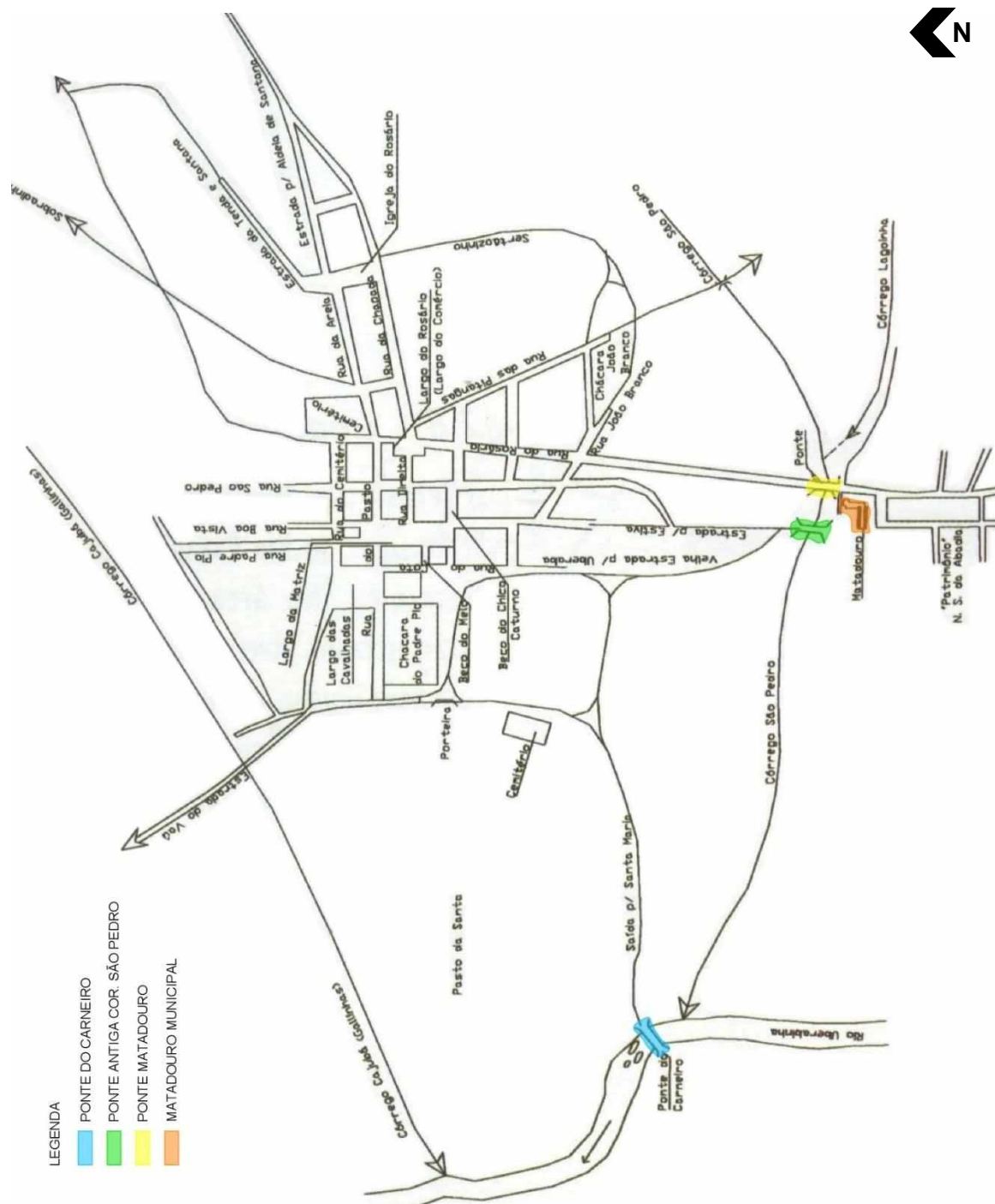


Fonte: Plano Diretor de Uberlândia 1991-2006 - PMU/SEPLAN/DU

Conforme conta Lourenço (1986, p. 19), já nos primeiros anos do século XIX foi construída no rio Uberabinha uma ponte de madeira roliça (pindaíba), nomeada “Ponte do Carneiro” e, posteriormente, “Ponte do Marquinho” (Figura 3 e Figura 4). No entanto, inicialmente, os moradores dos mucambos do Patrimônio faziam travessias com uma canoa, amarrada nas duas margens do rio em árvores denominadas óleo.

De acordo com Pezzuti (1922, p. 23), o Matadouro Modelo Municipal foi construído pelo primeiro intendente municipal Antônio Alves dos Santos (31/01/1891 - 06/03/1892), auxiliado por Augusto César F. Souza, que viria a ser o primeiro agente executivo do município de 1892 a 1894. Segundo Lourenço (1986, p. 18 e 23), situado na “entrada” do bairro, logo após a ponte que viria a ser conhecida como Ponte do Matadouro, este matadouro foi demolido em 1941 para, no mesmo local, ser construído pelo engenheiro Sílvio Rugani um novo matadouro (Figura 5 e Figura 6).

Figura 4 – São Pedro de Uberabinha 1891 / Localização dos primeiros pontos de referência



Fonte: Plano Diretor de Uberlândia 1991-2006 - PMU/SEPLAN/DU

Em 1893, ao se mudar para São Pedro de Uberabinha, Severiano Rodrigues da Cunha (posteriormente conhecido como Coronel Severiano e futuro agente executivo do município) adquiriu de José Machado Rodrigues, uma porção de terras que rodeava o Patrimônio, onde estava localizado o engenho da serra, ou “engenho do Machado”. Demoliu o engenho e, no lugar, construiu uma chácara chamada Bela Vista, popularmente conhecida como Chácara da D. Alexandrina (Teixeira, 1970, v. 2, p. 457).

Figura 5 – Matadouro Modelo na década de 1940



Fonte: Facebook – Publicada no grupo “Patrimônio das Antigas” em 31 de agosto de 2019 por Maria Angélica Silva⁸

Figura 6 – Vista do bairro Patrimônio. Rua General Osório. Em primeiro plano, prédio do Matadouro Modelo Municipal. Década de 1970.



Fonte: PMU/SMCT/APU – Acervo Roberto Cordeiro

⁸ <https://facebook.com/groups/368775733737469/posts/467811033833938/> - último acesso em out/2024.

Se nos arredores da Matriz de Nossa Senhora do Carmo já havia alguma restrição para a construção de edificações⁹ (Lopes, 2002, p. 40), as quais acabavam por restringir a ocupação dessa região a pessoas de certo poder aquisitivo mais elevado, no Patrimônio de N. Sra. da Abadia não só não havia restrições de construção, como a taxa a se pagar para a Paróquia era mais barata.

Além disso, com o crescimento da cidade e, provavelmente por causa dos planos de construção do Ginásio Mineiro de Uberabinha e da praça D. Pedro II, em meados de 1910, “os negros moradores dos mucambos próximos, onde hoje é a praça Adolfo Fonseca, foram expulsos e suas moradias destruídas (Lourenço, 1986, p. 19).

Segundo Teixeira (1970, v. 2, p. 389), os arredores da cidade, nas terras do falecido Coronel Severiano, na margem direita do rio Uberabinha, próximo ao patrimônio, Nicomedes Alves dos Santos instalou em 1922 o frigorífico, ou Charqueada Ômega (Figura 7 a 11), com a colaboração de João Naves de Ávila. Os produtos da charqueada eram vendidos para o Rio de Janeiro e para as regiões Norte e Nordeste do país. Já em 1943, João Naves de Ávila, seus filhos e genros, adquiriram a Charqueada Ômega e investiram em sua ampliação (Silva, 199-, p. 2). Segundo Lourenço (1986, p. 22), Nicomedes Alves dos Santos doou 50 lotes de terreno próximos à charqueada a seus funcionários.

Figura 7 – Charqueada Omega nos anos 1960.



Fonte: acervo Gilberto Maciel.

⁹ “Até meio Kilometro contado da igreja mais próxima, todas as casas nas povoações deverão ser cobertas de telhas ou de outro material incombustível” (Uberlândia, 1903).

Figura 8 – Charqueada Omega, sem data.



Fonte: PMU/SMCT/APU – Acervo Oswaldo Naghettini

Figura 9– Frigorífico Omega na década de 1980.



Fonte: acervo Gilberto Maciel.

Figura 10 - Frigorífico Omega, abaixo Praia Clube



Fonte: PMU/SMCT/APU – Acervo Oswaldo Naghettini

Figura 11 – Frigorífico Omega em 2002.



Fonte: Silveira, 2003.

De acordo com Lourenço (1986, p. 20), a charqueada utilizava a mão de obra do Patrimônio em empregos sazonais (magarefes, gerentes de varal, e principalmente salgadores), pois suas atividades ocorriam apenas nas épocas do “boi gordo” (de

janeiro/fevereiro a julho/agosto), ou época da matança. Nos outros meses, os trabalhadores voltavam às fazendas como carreiros, capinadores, peões de boiadeiro.

Além do Frigorífico Ômega à margem direita, Nicomedes construiu à margem esquerda do rio Uberabinha o “Frigorífico Triangulo Mineiro S/A” em sociedade com Ronan de Freitas e José Pedro Aspési (Teixeira, 1970, v. 2, p. 389). Segundo, Lourenço (1986, p. 22), na década de 1940, ele adquire os terrenos vizinhos ao Patrimônio, à esquerda e à montante do ribeirão São Pedro, onde instala sua chácara.

Segundo Lourenço (1986, p. 22), durante a década de 1930, havia outras duas charqueadas em Uberlândia, sendo uma delas a Charqueada Osvaldo, fundada por José Thomás Ferreira de Rezende e Thomás Ferreira de Rezende e localizada abaixo da desembocadura do córrego Cajubá, à margem direita do rio Uberabinha. Durante a década de 1940, foi fechada. Dos poucos empregados com os quais ainda contava, a maioria passou a trabalhar na Charqueada ômega, passando a residir no Patrimônio.

Essas características foram fortalecidas com a implantação de conjuntos habitacionais no bairro ao longo dos anos mais próximos. Em 1956, por exemplo, foi aprovado o projeto para construção das primeiras casas populares de Uberlândia, o qual previa mais de duzentas casas em terrenos que seriam doados à Fundação da Casa Popular – instituição criada durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1946 (Silva Junior, 2013, p. 43). De acordo com Teixeira (1970, v. 2, p. 389), 50 terrenos foram doados por Nicomedes Alves dos Santos e estavam localizados em uma região do hoje denominado Bairro Altamira, mas considerado à época como pertencente ao Patrimônio (Figura 12 a 18).

Figura 12 – Entrega do conjunto de Casas Populares



Fonte: PMU/SMCT/APU

Figura 13 e Figura 14 - Casas do conjunto das “Populares”, tipologia das esquinas.



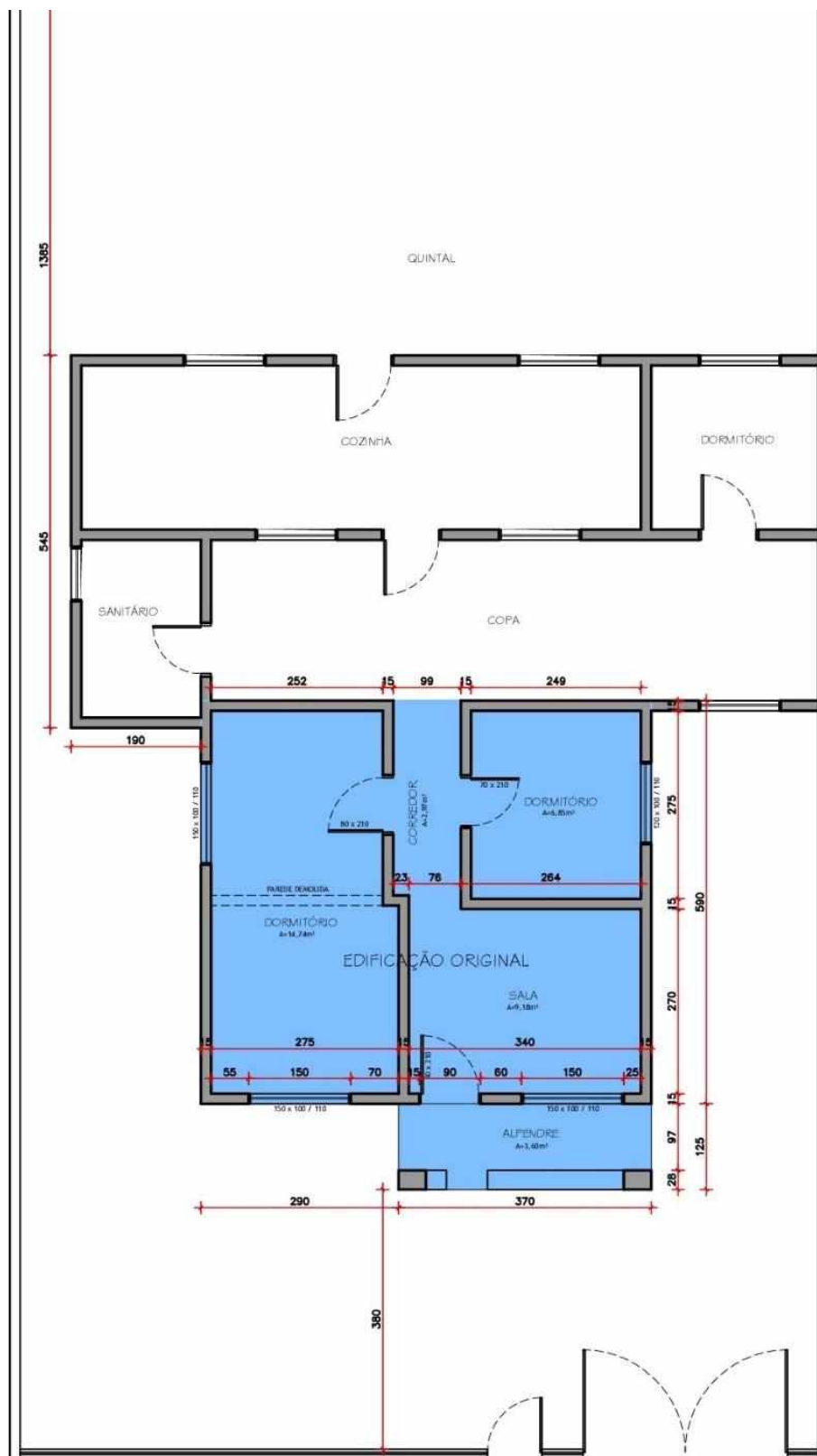
Fotos: acervo da autora. Data: mar/2023

Figura 15 – Casa do conjunto das “Populares”, levantada abaixo.



Foto: acervo da autora. Data: mar/2023

Figura 16 - Levantamento cadastral de residência do conjunto das “Populares”



PLANTA RESIDÊNCIA - "POPULARES"
ESC. 1:75

ESC. 1:75



Fonte: Elaborado pela autora em 2023

Figura 17 e Figura 18 - Casa do conjunto das “Populares” da mesma tipologia levantada.



Fotos: acervo da autora. Data: mar/2023

De acordo com Silva (199-, p. 3), graças ao desenvolvimento das atividades da Charqueada Ômega, ocorreu a imigração de profissionais experientes da região Sul de Minas, principalmente de Formiga, os quais, em e sua maioria, instalaram-se no conjunto das Populares.

Figura 19 – Vista do Rio Uberabinha, com o Praia Clube e, ao fundo, o Frigorífico.



Fonte: programa Uberlândia de Ontem e Sempre, edição 105, exibido em 14 de outubro de 2007¹⁰.

¹⁰ <https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/frigorifico-omega/> - último acesso em out/2024.

A Charquedra Ômega e o Praia Clube, fundado em 1935 e frequentado pela burguesia local (Teixeira, 1970, v. 1, p. 431), estavam ambos localizados às margens do Rio Uberabinha e separados do Patrimônio por uma área à margem esquerda e a jusante do córrego São Pedro, onde o filho do Coronel Severiano, J. S. Rodrigues da Cunha, plantava arrozais e onde, posteriormente, se localizava uma plantação de melancias de Mário Pafume (Figura 19 e Figura 20). Por volta de 1940/1950, Hermes Carneiro, filho do Cel. Carneiro, lotearia esta gleba de modo a se constituir o Bairro Copacabana (Lourenço, 1986, p. 22).

Figura 20 – Praia Clube

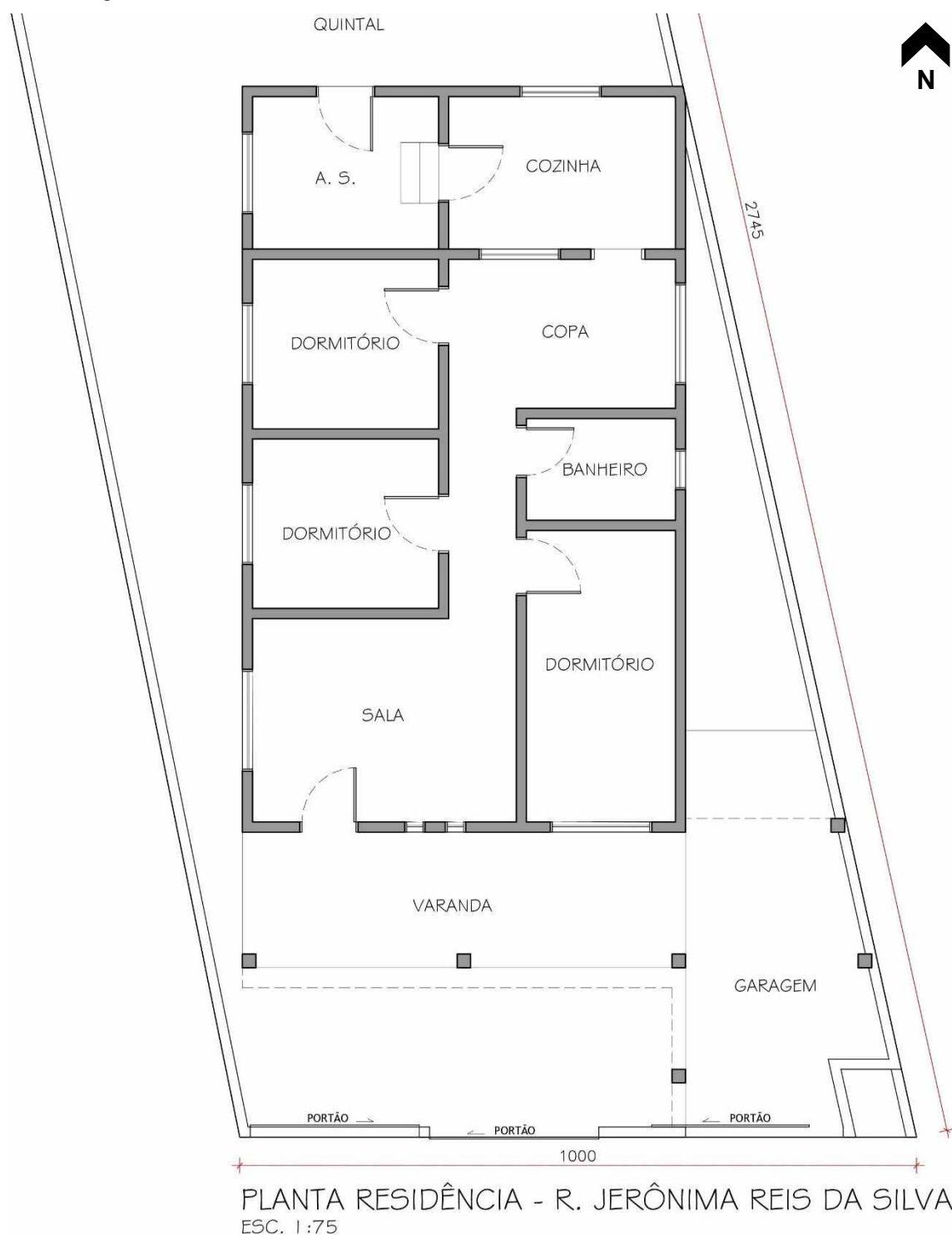


Fonte: acervo do Praia Clube.

Segundo Lourenço (1986, p. 22-23), tanto as casas da Fundação Casa Popular, conhecidas como “Populares”, quanto aquelas de lotes doados a funcionários da charqueada, eram entendidas como de qualidade “superior” se comparadas às dos moradores do Patrimônio. Assim, no final de 1940 e início de 1950, o aspecto geral das moradias foi sendo alterado. A maioria das casas se achava coberta por telhas de barro comuns ou mesmo telhas francesas; ainda havia casas de adobe, mas já existiam as de tijolo cozido. A Figura 21 mostra o levantamento de uma residência ao lado dos remanescentes da primeira casa construída no lote¹¹, já a Figura 22 mostra a planta de uma residência de meados da década de 1980. De

¹¹ A Seção 2.2 deste trabalho traz mais detalhes sobre este levantamento.

Figura 22 - Levantamento cadastral de residência localizada à Rua Jerônima Reis da Silva



Fonte: Elaborado pela autora em 2023

De acordo com Lourenço (1986, p. 13), os moradores do bairro Patrimônio sempre foram estigmatizados por serem negros, pobres e pertencentes à classe trabalhadora. Desse modo, o bairro se manteve muito tempo excluído das benfeitorias públicas. Enquanto a energia elétrica na cidade foi inaugurada em 1909, trazida pelo Cel. José Theophilo Carneiro

(Pezzuti, 1922, p. 59), o Patrimônio passou a ter energia elétrica apenas a partir de 1941, com a construção do novo matadouro, quando aproveitou-se para levar os fios até as casas da Rua General Osório. As ligações eram sem medidores e a medição era feita apenas informando ao fiscal o número de lâmpadas que havia em cada casa – geralmente informava-se apenas uma, mesmo quando havia mais. Já o esgoto encanado chegou a partir de 1950 e, entre 1955 e 1962, foi instalada água encanada (Lourenço, 1986, p. 13 e 23).

Ainda conforme Lourenço (1986, p. 23), antes da chegada do esgoto, o banheiro era constituído por um pequeno cômodo externo, afastado da edificação, chamado popularmente de “casinha”. O assoalho possuía um buraco e era construído sobre uma fossa.

Figura 23 - Vista parcial da cidade. Em primeiro plano bairro Patrimônio. Segundo plano lado direito o atual bairro Fundinho e lado esquerdo bairro Tabajaras, mostrando o cemitério na atual Vila dos Militares. Rua General Osório em 2º plano. Década de 1920.



Fonte: PMU/SMCT/APU – Acervo Oswaldo Naghettini

Por volta dos anos 1920 e 1930, as residências do Patrimônio eram feitas em adobe e cobertas por capim, buriti, bacuri e babaçu. Eram servidas por um rego d’água implantado entre o final do século XIX e início do XX, cuja água desviada do córrego Lagoinha, afluente do São Pedro, passava pelos quintais e era utilizada por meio de bicames feitos de troncos de aroeira (Figura 23). Apesar de um fiscal do bairro observar a utilização da água, esta acabava sendo eventualmente contaminada pelo uso de animais que dela se serviam no curso do rego, e também por moradores que nela se banhavam, tornando-a imprópria para consumo de tempos em tempos (Lourenço, 1986, p. 21). Portanto, em 1948 o vereador Virgílio Mineiro

levou à Câmara as reclamações dos moradores do bairro contra o mau estado de seu rego d'água, e pedia medidas urgentes em favor de melhorias e cuidados no sistema (Prefeitura Municipal, 2003). Assim, quando da chegada da água encanada, os moradores revoltaram-se com o que consideravam ser uma violência contra seu sistema quase centenário de abastecimento, dificultando os trabalhos dos encanadores e, posteriormente, queixando-se do sabor da “nova” água.

Conforme Lei nº 202, de 19 de fevereiro de 1918, o agente executivo recebia a autorização para dividir e arruar o Patrimônio da Abadia, podendo contratar engenheiro para executar o serviço. No ano seguinte, um plano de arruamento para o Patrimônio organizado pela diretoria de obras do município foi aprovado pela Lei nº 226, de 11 de novembro de 1919, a qual incitava o agente executivo a entrar em acordo com os proprietários foreiros e executar o referido plano. No entanto, de acordo com Antônio Pereira da Silva (199-, p. 2), em 1938, o Patrimônio era composto por 55 casebres e 320 moradores e possuía apenas três ruas: a do Cruzeiro (conhecida por Rua da Vassoura), a do Pasto e a do Matadouro (Rua Santo Antônio/General Osório).

Teixeira (1970, v. 1, p. 62), no entanto, ao informar as nomenclaturas populares das primeiras ruas de São Pedro de Uberabinha, afirma que a Rua do Pasto corresponde à atual Rua XV de Novembro uma das ruas do Bairro Fundinho. Em sua lista, Teixeira também traz a Rua da Boa-Vista, correspondendo à atual Rua Felisberto Carrijo (paralela à Rua General Osório) e assim conhecida “pelo descortinar do belo panorama do patrimônio da Abadia, onde havia a chácara do Horacinho, depois Cel. Severiano Rodrigues da Cunha”. Tanto a Rua do Pasto, quanto a Rua da Boa-Vista, estão indicadas nos mapas de 1856 (Figura 3) e 1891 (Figura 4).

O calçamento no início da Rua General Osório só foi feito para beneficiar o matadouro, de modo a impedir que a lama escorresse da rua para ele nas épocas de chuva: o prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha (1955-1958) mandou calçar, mas o calçamento foi pago pelos moradores do bairro no governo de Geraldo Mota Batista (1959-1962), quando muitos dos moradores se recusaram a pagar (Lourenço, 1986, p. 23). Em meados da década de 1980, dentro dos limites do bairro, a rua General Osório ainda era a mesma do início do século: esburacada, sem calçadas e tortuosa. Ainda era possível encontrar algumas casas construídas com esteios de madeira, adobe ou telhas de barro. A população ainda era majoritariamente negra e uma parte dela seguia trabalhando no frigorífico Omega. A parte do bairro situada a leste da rua General Osório ainda não dispunha de sistema de esgotos, utilizando-se de fossas, algumas de uso comum a mais de uma moradia (Lourenço, 1986, p. 24).

Diferente de outras localidades tradicionalmente ocupadas por escravizados libertos, o bairro Patrimônio conseguiu por muitos anos se preservar da especulação de terras graças à barreira natural do córrego São Pedro (Prefeitura Municipal, 2019, p. 23). No entanto, Lourenço (1986, p. 24) conta que, com a canalização do córrego São Pedro, a qual aconteceu entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, inaugurando a Avenida Rondon Pacheco, o entorno do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia começou a ser ocupado por moradores de renda mais alta - no lugar das antigas chácaras, surgiram novos loteamentos, como Copacabana e Altamira. Na década de 1980, somente uma parte da antiga fazenda do Coronel Severiano ainda resistia, a propriedade de seu neto José Cunha Chaves, fazendo limite com o Patrimônio e onde se localizava o antigo sobrado da chácara. Nessa época, a rua General Osório, se percorrida até o final, ainda chegava à porteira da fazenda.

Figura 24 - Rua dos Emigrantes (antiga Rua do Cruzeiro)



Foto: acervo da autora. Data: fev/2023

Ou seja, o bairro se formou completamente à parte do núcleo urbano, separado deste por uma barreira natural, o córrego São Pedro, a partir de uma população mais carente, em sua maioria escravos libertos, e, conseqüentemente, negra e, posteriormente, por operários. É um bairro que já nasceu segregado e que segue por muitos anos quase esquecido pela história que se encontra divulgada pelas instituições e nos livros uberlandenses que costumam ser referência para os pesquisadores¹³. Hoje, ainda podemos encontrar remanescentes do que se

¹³ Livros como: Cidades dos Sonhos Meus, de Jeônimo Arantes (2003); Município de Uberabinha, de Conego Pezzuti (1922); Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central, de Tito Teixeira (1970) e Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade, de Oscar Virgílio Pereira (2010).

tem no imaginário dos moradores ligados às tradições do bairro quando se evoca a história local, como a Rua dos Emigrantes, antiga Rua do Cruzeiro (Figura 24 e Figura 25), com suas casas pequenas, distribuídas em lotes grandes e tão arborizados que mal se pode vê-las da rua. No entanto, o bairro vem passando por uma transformação acelerada nos últimos anos, em que muitas de suas casas mais antigas estão dando lugar a prédios multifamiliares e outros empreendimentos.

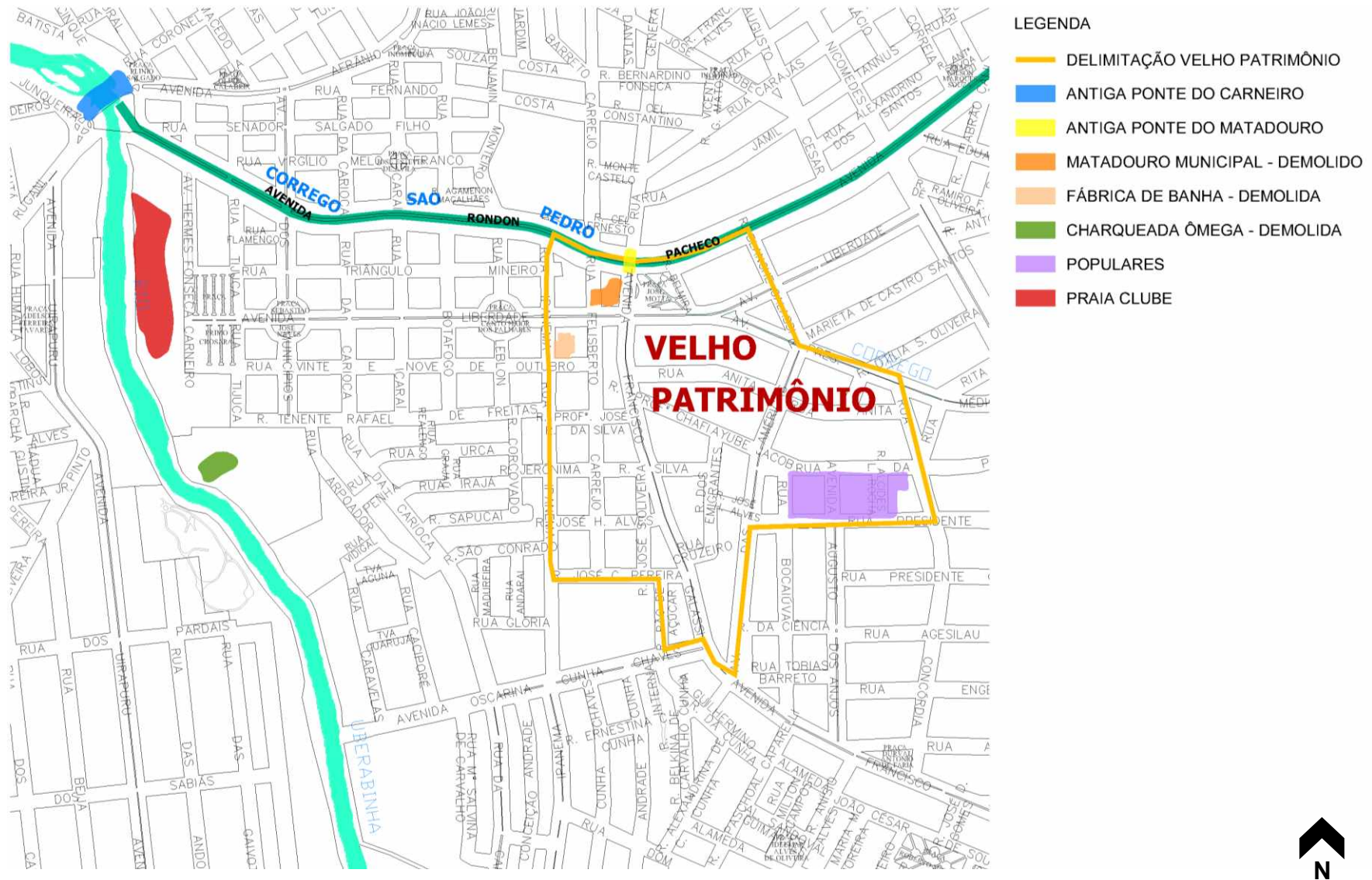
Figura 25 - Rua dos Emigrantes (antiga Rua do Cruzeiro)



Foto: acervo da autora. Data: fev/2023

Na última década, com a implantação de diversos empreendimentos imobiliários no Setor Sul, a região vem passando por um processo de transformação e gentrificação que se intensificou nos últimos anos. O bairro se encontra hoje em uma região privilegiada, visto estar situado entre os novos loteamentos e a região central da cidade, de modo que seus terrenos estão cada vez mais valorizados. Esse processo vem acarretando a expulsão dos moradores originais e/ou mais antigos para bairros mais distantes, e na substituição das edificações de caráter simples por grandes empreendimentos comerciais ou prédios residenciais multifamiliares.

Figura 26 – pontos de referência da região do Patrimônio de N. Sra. da Abadia. Sem escala.



1.3. O APAGAMENTO INSTITUCIONALIZADO

Nesta seção, trataremos de como ações do poder público impactam diretamente no desenvolvimento do bairro, podendo tanto influenciar na apropriação e no fortalecimento do sentimento de valoração da comunidade e da própria cidade pelo bairro, quanto em sua descaracterização e aceleração do processo de gentrificação.

Nesse caso, serão abordados dois momentos distintos que demonstram o descaso da administração municipal com seu bairro mais antigo ao planejar a cidade, causando impactos que reverberam na atualidade. O primeiro momento diz respeito à criação de um plano geral para a cidade no início da década de 1950, já o segundo se refere à reorganização da cidade em bairros integrados, no início da década de 1990.

1.3.1. A idealização de uma cidade como forma de exclusão

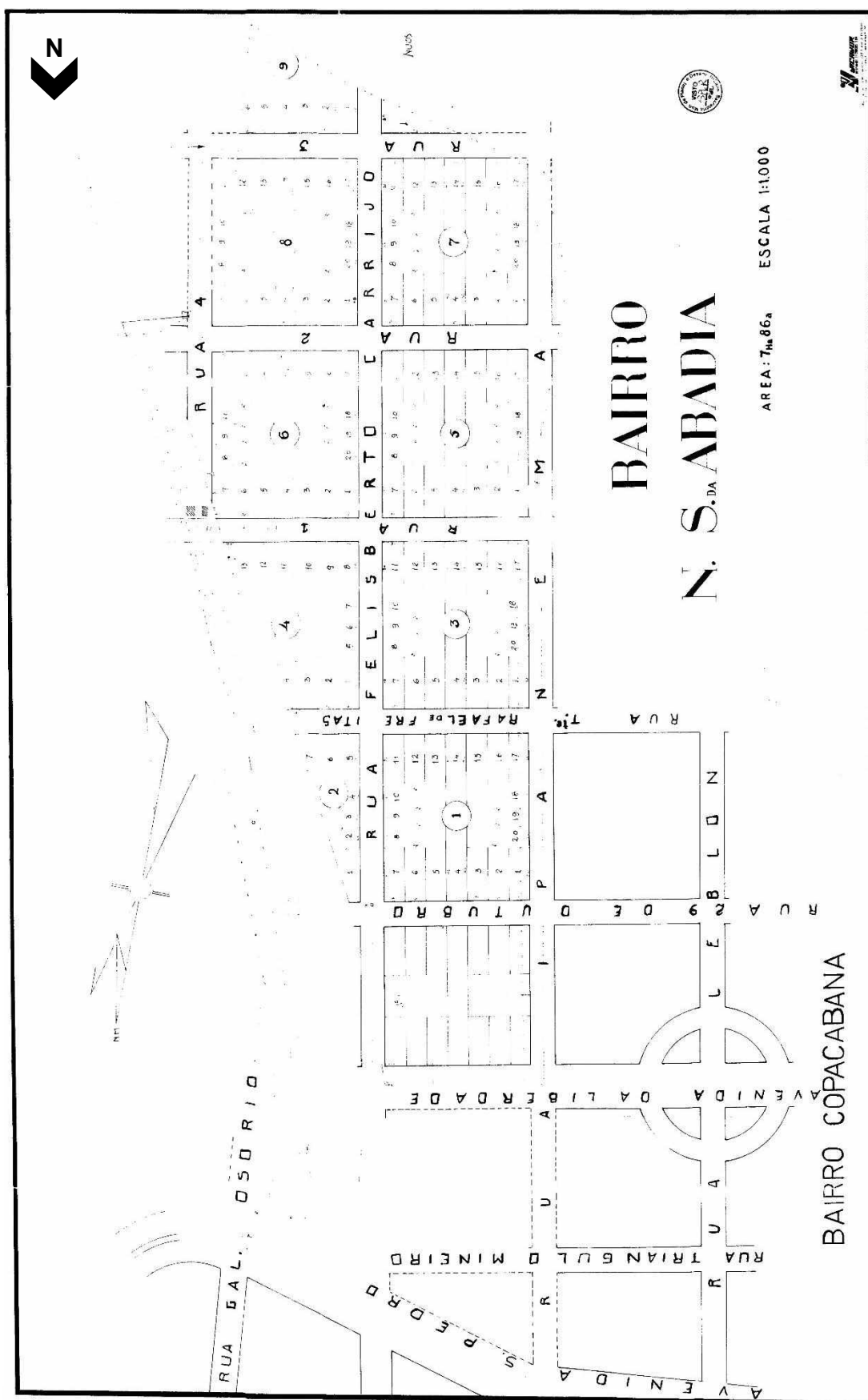
Nesta seção, analisaremos uma série de mapas que retratam o desenvolvimento urbano do bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia e de suas áreas vizinhas ao longo do tempo. Esses documentos cartográficos, provenientes de diferentes momentos históricos, nos permitem compreender as mudanças na ocupação do solo, as intenções de transformação urbana e o impacto da urbanização sobre o bairro. Ao observarmos a exclusão do Patrimônio em alguns desses mapas e a crescente presença de loteamentos de classe média ao seu redor, será possível identificar como o processo de modernização da cidade de Uberlândia contribuiu para o apagamento gradual de uma comunidade tradicional, enquanto esta resistia e preservava suas práticas culturais.

Primeiramente, é pertinente iniciar essa seção retomando o mapa de 1891, já abordado anteriormente (Figura 4), o qual apresenta a São Pedro de Uberabinha de forma abrangente e no qual o Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia já aparecia. No entanto, ao analisarmos o mapa mais detalhado de 1915 (Figura 27), notamos a ausência significativa do bairro. A delimitação da cidade de Uberabinha pela zona sul foi feita apenas até a Av. Rio Branco, localizada cerca de cinco quadras do córrego São Pedro, o que exclui completamente a representação do Patrimônio. Apesar de já existir há cerca de 30 anos, o bairro foi ignorado nos planejamentos urbanos, revelando um processo de exclusão intencional. Essa ausência reflete a idealização de uma cidade que priorizava certos territórios e populações, marginalizando outros, como o Patrimônio, e relegando-os à invisibilidade no processo de urbanização.

Figura 27 - Cidade de Uberabinha - 1915



Figura 28- Mapa do Loteamento/Bairro N. Sra. da Abadia



Fonte: PMU/SEPLAN/DU

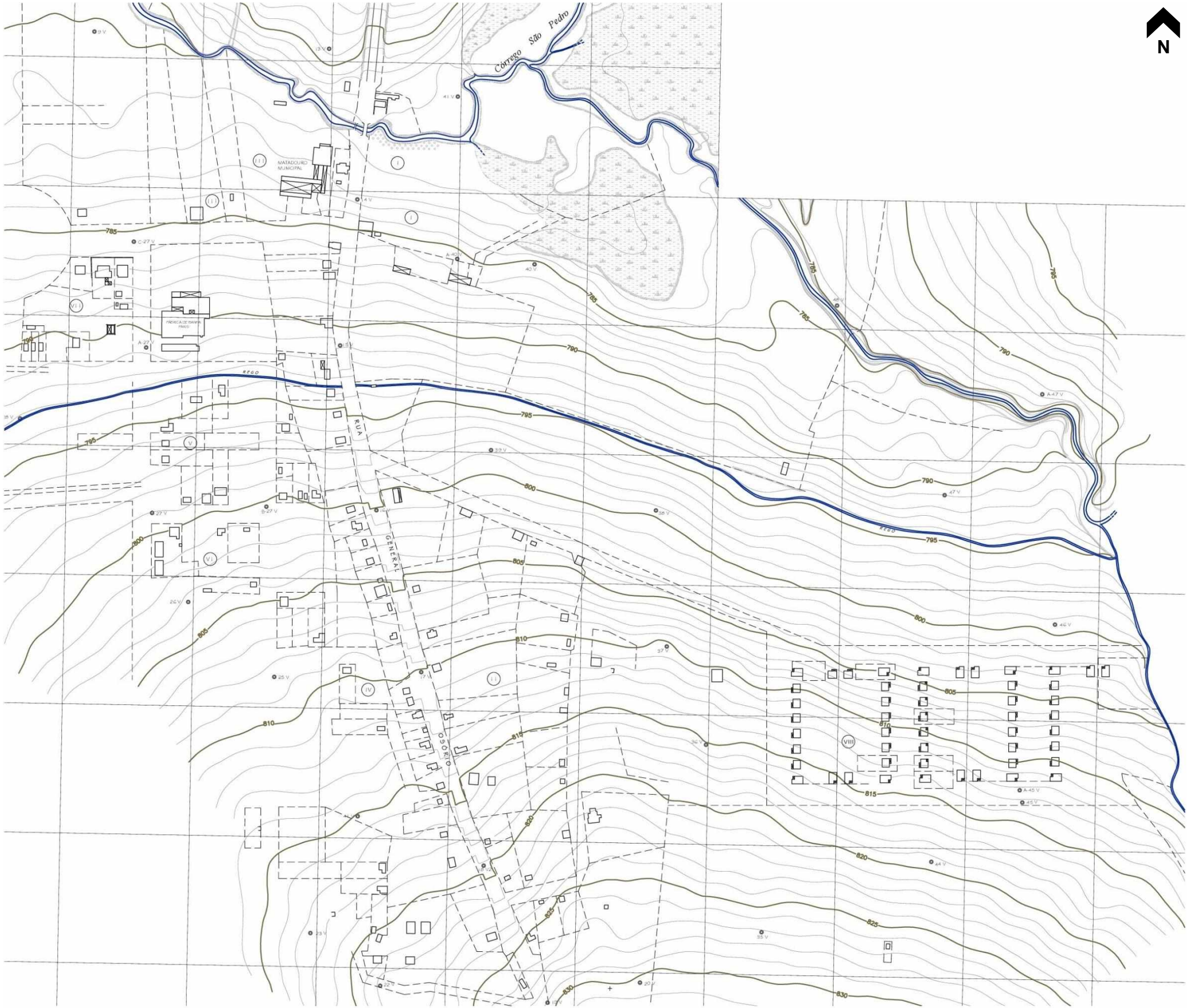
Em seguida, apresentamos o Mapa do Loteamento/Bairro N. Sra. da Abadia (Figura 28), cuja data de criação é desconhecida, embora uma de suas cópias contenha comentários datados de 1947. Este mapa é o primeiro registro específico do loteamento do bairro, destacando um planejamento formal para a área. No entanto, como sabemos pela história do Patrimônio, sua ocupação inicial não seguiu um plano urbanístico estruturado, razão pela qual não existe um mapa oficial da primeira ocupação. Esse documento do loteamento reflete um planejamento voltado para uma região específica, localizada a oeste da Rua General Osório (atual Av. Francisco Galassi), e marca uma tentativa posterior de organização do espaço urbano, já que as primeiras ocupações do bairro ocorreram de maneira espontânea, sem diretrizes oficiais.

A seguir, analisamos uma ação institucional que ilustra como a idealização de uma cidade e a busca desenfreada pelo progresso podem contribuir ainda mais com o apagamento de uma comunidade tradicional. Foram relacionados no Arquivo Público Municipal dois mapas da cidade de Uberlândia: a Planta Cadastral de Uberlândia (Figura 29), um documento elaborado em 1950 que levanta todas as ruas e construções existentes do município à época; e o Plano de Traçado Urbanístico: Planta Geral da Cidade de Uberlândia e seus bairros (Figura 30), um planejamento para a cidade elaborado no início da década de 1950, mencionado por Lopes (2010). Ambos os mapas foram executados na mesma época, um descrevendo a realidade do município e o outro uma cidade ainda idealizada.

O Plano de Traçado Urbanístico foi utilizado pelos governantes de Uberlândia como forma de propaganda, com o objetivo de construir e sedimentar no imaginário popular, não só do cidadão uberlandense, como do cidadão mineiro e até mesmo brasileiro, a ideia de uma cidade progressista, desenvolvida e à frente do seu tempo (Lopes, 2002, p. 77; Laurentiz, 1993, p. 75). No entanto, ao se colocar os dois mapas lado a lado, torna-se evidente a discrepância entre a realidade física da cidade e o ideal projetado no plano urbanístico.

Dessa forma, por meio da Planta Cadastral, podemos verificar que o Bairro Patrimônio na década de 1950 possuía uma conformação provavelmente muito mais próxima da que tinha em seus primeiros anos, ainda no final do século XIX, especialmente em comparação com os dias atuais, em 2024. Em contrapartida, o bairro imaginado no Plano de Traçado Urbanístico, tem conformação urbana muito mais próxima da realidade contemporânea do que daquela de 1950.

Figura 29 – recorte da Planta Cadastral 1950

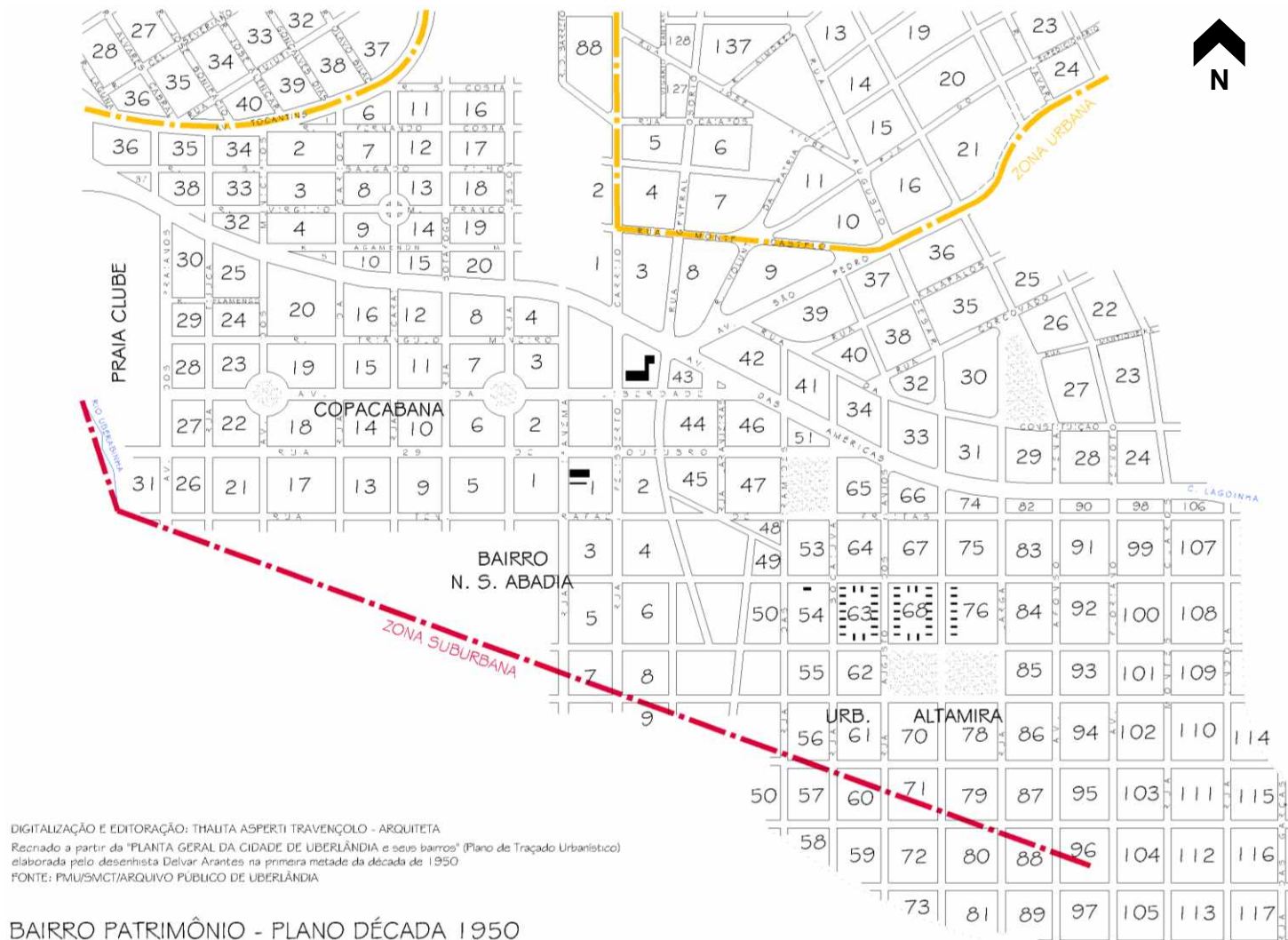


DIGITALIZAÇÃO E EDITORAÇÃO: THALITA ASPERTI TRAVENÇOLO - ARQUITETA
Recriado a partir da "PLANTA CADASTRAL DE UBERLÂNDIA e seus bairros" (Folhas 15-18, 14-18 e 14-19)
elaborada pelo Departamento Geográfico de Minas Gerais. Data: 1950-1951.
FONTE: PMU/SMCT/ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA

BAIRRO PATRIMÔNIO - PLANTA CADASTRAL 1950

Fonte: PMU/SMCT/APU – Editado pela autora

Figura 30 – recorte do Plano Década de 1950



Fonte: PMU/SMCT/APU – Editado pela autora

O próximo mapa analisado é uma reprodução de 1981 do loteamento Copacabana (Figura 31), que, apesar de não se saber exatamente quando foi elaborado, mostra uma pequena parte do Patrimônio, incluindo a demarcação da localização do antigo Matadouro. Esse mapa apresenta uma correspondência quase exata com o primeiro mapa de loteamento do Patrimônio de N. Sra. da Abadia (Figura 28), evidenciando a continuidade no planejamento urbano da área. O loteamento Copacabana, voltado para a classe média, está situado entre o Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia e o Praia Clube, e reforça a estratégia de expansão urbana que procurava integrar áreas já ocupadas com novos empreendimentos voltados para setores mais privilegiados da sociedade.

O último mapa analisado nesta seção é o do Loteamento Jardim Altamira II, aprovado em 1973 (Figura 32). Este documento revela o planejamento de um loteamento voltado para a classe média, mas que inclui algumas quadras a leste da Rua General Osório, áreas que já faziam parte do Patrimônio, como observado no Levantamento de 1950. O que mais chama a atenção neste mapa é o cuidado em destacar e referenciar pontos considerados importantes pelos responsáveis por sua elaboração, como o Cajubá Country Club, o Clube de Caça e Pesca Itororó, a Praça Tubal Vilela e o Praia Clube, como símbolos de prestígio da cidade. Além disso, é possível perceber que o mapa do Jardim Altamira II representa uma versão mais elaborada do Plano de 1950 (na região equivalente), sugerindo uma evolução no tratamento urbanístico da área, que, nesta fase, já começava a atrair um público de maior poder aquisitivo.

Essa análise documental dos mapas apresentados também nos permite observar como o início da década de 1950, além de conter uma demarcação documental que evidencia a intencionalidade de transformação urbana, também se posiciona como um marco temporal importante no processo de evolução do bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia. Esse período se localiza no meio da linha do tempo que conecta a fundação do bairro, em 1883, à sua situação atual. Ele revela como, ao longo dos anos, a cidade foi sendo moldada pelas transformações planejadas, muitas vezes em detrimento de seu passado histórico, em favor de uma visão de futuro focada no desenvolvimento urbano.

Figura 32 - Projeto do Loteamento Jardim Altamira II, aprovado em 1973



Fonte: PMU/SEPLAN/DU

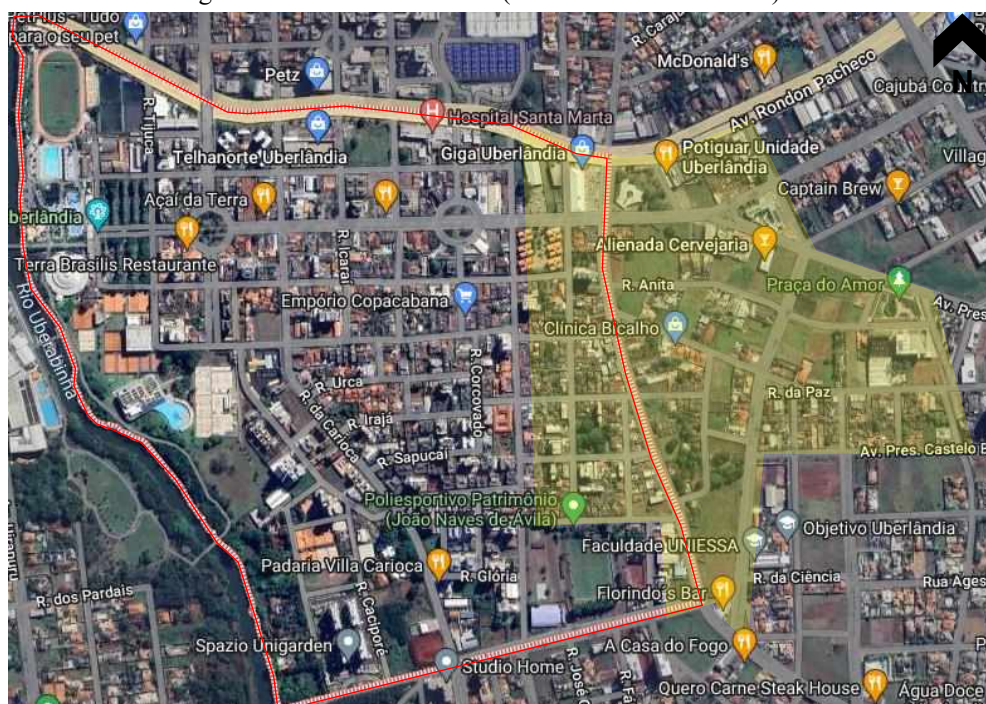
Além disso, os mapas de loteamento analisados revelam que, já na década de 1970, o Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia estava cercado por dois loteamentos de classe média, o Jardim Altamira II e o Copacabana. Mesmo com essa urbanização crescente ao redor, o Velho Patrimônio ainda preservava grande parte de suas características culturais, e sua população, majoritariamente composta por moradores tradicionais, continuava a manter vivas as práticas e costumes que marcavam a identidade do bairro. Esse cenário demonstra como o Patrimônio, mesmo "ilhado" por novos empreendimentos voltados às classes mais privilegiadas, resistiu às mudanças externas, preservando sua essência cultural e social.

1.3.2. O Bairro Patrimônio que não reflete o Patrimônio

Já a segunda ação analisada neste trabalho ilustra como o poder institucional pode contribuir para o apagamento da história de uma comunidade, ainda que de forma indireta. Conforme o site da Prefeitura de Uberlândia (Mapas..., 2022), em 1990 foi colocado em prática o projeto de Bairros Integrados do município, o qual unificava loteamentos em regiões maiores, organizando e reduzindo a quantidade de bairros da cidade. Assim, em 1993 foi criado o Bairro Patrimônio, como um dos bairros integrados da zona sul. Ora, mas então não seria o caso de aquele bairro histórico tão importante estar sendo finalmente reconhecido? Não. O Bairro Patrimônio é formado pelos loteamentos/bairros: Copacabana Setor Omega, Spazio Unigarden, Chácara Recreio, parte do Copacabana, Nossa Senhora da Abadia e parte do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia.

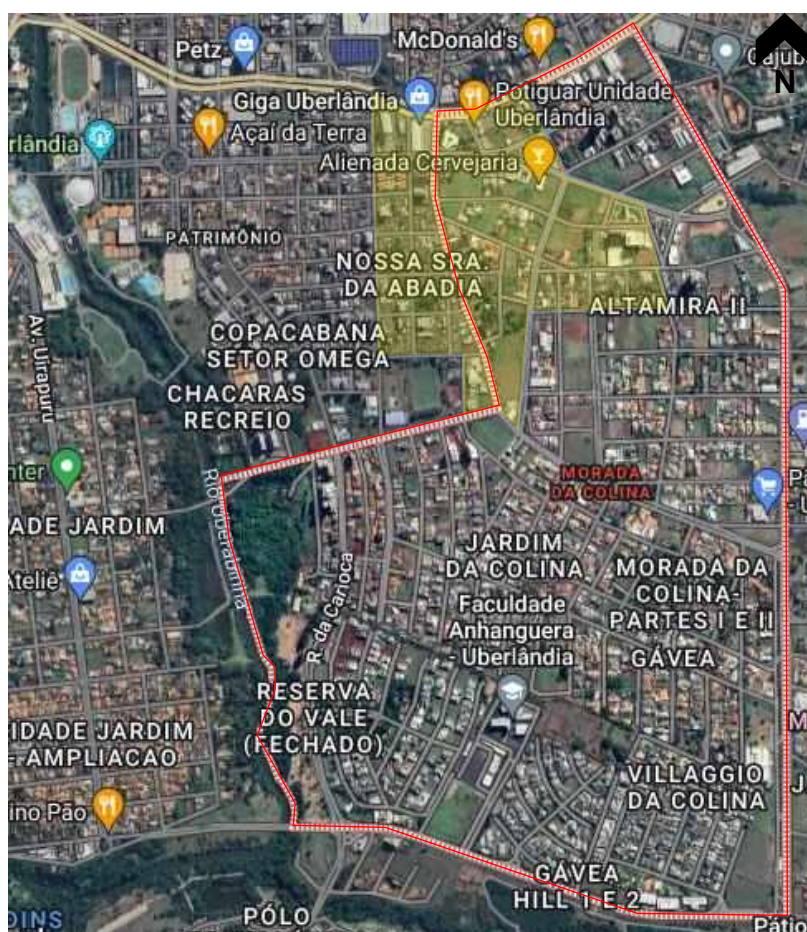
Daqui, surgem duas questões. A primeira sendo que Nossa Senhora da Abadia, “sem data de aprovação”, é considerado como algo separado do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia (Figura 33), “loteamento não encontrado”. Isso se dá devido ao fato de que o início da ocupação do Bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, em 1883, não se deu por meio de um projeto. Não há uma planta aprovada. Já em um segundo momento, de data não identificada, houve a aprovação de um loteamento para a regularização e ocupação de parte da região, projeto este denominado apenas Nossa Senhora da Abadia (Prefeitura de Uberlândia, 2021, p. 17).

Figura 34 - Bairro Patrimônio (delimitado em vermelho). Sem escala.



Fonte: Google Maps

Figura 35 - Morada da Colina (delimitado em vermelho). Sem escala.



Fonte: Google Maps

A partir desses questionamentos, é importante destacar que, para esta dissertação, trataremos Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, Nossa Senhora da Abadia e parte de Altamira II como algo único, visto que tanto a história da região quanto os próprios moradores, entendem como fazendo parte de uma mesma comunidade (Figura 33). Afinal, conforme aponta Le Goff (1994, p. 497), o documento por si só não é absoluto e objetivo, devendo ser analisado e criticado dentro de um contexto. Dessa forma, propõe-se a compreensão dos limites do bairro a partir da análise de seu processo de formação e não da delimitação imposta pela legislação atual. Portanto, toda essa região é tratada neste trabalho por Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, ou, como o faz parte de seus moradores, por velho Patrimônio (Silveira, 2003, p.53).

De todo modo, conforme aponta Silveira (2003, p. 52), podemos ver com o projeto dos Bairros Integrados que, além de ter “perdido” parte de seu território para o Bairro Morada da Colina, o Patrimônio viu seu território ser, aos poucos, invadido por um público socioeconomicamente diferente ao ser “integrado” ao Copacabana.

Percebe-se, então, que o Projeto Bairros Integrados da Prefeitura de Uberlândia desconsiderou em sua aplicação toda e qualquer característica social e cultural de um bairro histórico, que deveria ter sido desde sempre encarado como parte importante e relevante do imaginário uberlandense. Essas características colocam o Patrimônio de N. Sra. da Abadia com uma série de especificidades que o destacam de seu entorno — a começar pela população majoritariamente negra que traz consigo tradições e religiosidade próprias. De modo que, mesmo que o poder público se coloque como protetor dessa cultura, buscando o Registro do Bairro Patrimônio como patrimônio imaterial desde 2019, por exemplo, nos vemos tendo que lidar com ações de invisibilização fomentadas pela própria municipalidade.

Ou seja, o apagamento do Bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia do contexto histórico de formação da cidade de Uberlândia faz parte da construção dessa história oficial, ou, nas palavras de Laurajane Smith (2011, p. 43), autorizada. O discurso autorizado não abre espaço para as narrativas negras e economicamente pobres.

2. COLHENDO MEMÓRIAS PARA PRESERVAR O PATRIMÔNIO

Este capítulo busca explorar a construção e a preservação da memória coletiva do Velho Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, analisando como as experiências afetivas dos moradores se entrelaçam com a história oficial do bairro. O capítulo discute as diferentes formas pelas quais o passado é lembrado e reinterpretado pelos próprios habitantes, em contraste com as versões documentadas nos registros históricos formais. Assim, foca-se tanto nas dimensões emocionais e subjetivas da memória quanto nas tensões entre a narrativa oficial e a vivência cotidiana da comunidade.

Na seção 2.1. Memória Coletiva Afetiva, o conceito de memória coletiva é abordado a partir das ideias de Maurice Halbwachs e Aleida Assmann, em que a memória de um grupo social é moldada por contextos e experiências compartilhadas. Essa análise é complementada pela memória involuntária, descrita por Proust e Bergson, como um registro espontâneo e afetivo das lembranças. A partir dessa combinação, o capítulo introduz o conceito de "memória coletiva afetiva" para estudar como as lembranças e experiências fragmentadas dos moradores do Velho Patrimônio formam uma visão única e sensível da história do bairro.

A seção 2.2. O Patrimônio por seus Detentores explora o contraponto entre a narrativa oficial e as memórias dos moradores do bairro. Enquanto a história oficial tende a ser linear e focada em eventos e figuras importantes, as lembranças dos moradores destacam o cotidiano, as lutas e as relações comunitárias. A seção apresenta relatos que revelam a luta dos moradores por regularização de terras, a construção das casas e a vivência no bairro, mostrando como essas histórias pessoais complementam e, em muitos casos, desafiam a versão oficial da história do Patrimônio.

Ao longo dessas seções, o capítulo se debruça sobre como a memória molda a identidade do bairro, revelando as tensões entre o registro oficial e as vivências afetivas dos moradores.

2.1. MEMÓRIA COLETIVA AFETIVA

O que aqui é chamado “memória coletiva afetiva” seria a fusão do que se entende por memória coletiva e memória involuntária. Segundo Aleida Assmann (2010, p. 37), o termo “memória coletiva” foi introduzido por Maurice Halbwachs em 1925 como aquela que depende dos contextos sociais de seus respectivos grupos, implicando uma estrutura de

valores, experiências e narrativas em comum. De acordo com Ulpiano Meneses (1992, p. 15), a memória coletiva seria, então, “um sistema organizado de lembranças cujo suporte são grupos sociais espacial e temporalmente situados”.

No caso da memória involuntária, abordada tanto por Proust quanto por Bergson como aponta Seixas (2001, p. 46), é aquela que rompe com a intelectualidade ligada à memória voluntária. Enquanto a memória voluntária tenta ser organizada, preenchendo lacunas e, portanto, enganadora, pois constrói os espaços faltantes; a memória involuntária é espontânea, independe de nossa vontade e não pode ser controlada, sendo, assim, verdadeira e carregada de afetividade.

A memória coletiva afetiva seria, portanto, uma coleção afetiva de fragmentos, lembranças e lugares, compilada a partir de um mesmo contexto social. No entanto, é fundamental refletir sobre quem compõe esse "coletivo" responsável por essa memória. Em outras palavras, quem são os agentes que constroem e mantêm esse discurso sobre o passado, cuja busca pelos rastros materiais se faz necessária? Essa questão nos leva a considerar que a memória não é neutra nem homogênea, sendo resultado de um processo dinâmico e adaptativo, como observa Meneses (1992, p. 9). Os sujeitos que integram esse coletivo são, na verdade, múltiplos e diversos, podendo incluir moradores antigos, religiosos, estudiosos, ou até aqueles que mantêm laços afetivos indiretos com o bairro. O estudo do Patrimônio de N. Sra. da Abadia, portanto, deve reconhecer essa pluralidade, sem a pretensão de alcançar um relato definitivo, mas sim abrir caminho para uma reflexão contínua e plural sobre as diferentes camadas de significado que constituem essa memória.

Cabe destacar que, se o documento (a história) não permite o acesso pleno e incontestável ao passado, no funcionamento da memória humana, no âmbito da Psicologia, segundo Larissa Costa Campos (2020, p. 33), pode-se verificar inúmeras fragilidades e distorções, sendo fonte ainda mais imprecisa para acontecimentos passados. Desse modo, reforça-se a ideia de Meneses (1992, p. 23) de que “a História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História”. Ainda assim, deve-se ressaltar mais uma vez que o desenrolar deste trabalho não tem a pretensão de produzir apenas um documento histórico, mas de agrupar e legitimar a memória de uma comunidade.

Assim, a história de um espaço urbano pode ser contada de diferentes maneiras, dependendo do ponto de vista de quem a narra. No caso do Velho Patrimônio, observam-se duas formas distintas de registros do passado: a versão da história disciplinada, contada a partir de trabalhos de memorialistas tradicionais e historiadores, e encontrada em documentos

oficiais, conforme demonstramos no Capítulo 1, e a versão a partir da memória coletiva afetiva dos moradores, que reflete uma vivência mais cotidiana e emocional da história local. Estas duas narrativas apresentam algumas diferenças que afetam a compreensão do bairro em diversos aspectos, como sua fundação, seu desenvolvimento e os desafios enfrentados ao longo dos anos. De modo que podemos ver que o processo de revisão das narrativas históricas abordado por Huyssen também se reflete no Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, onde a história oficial, inicialmente registrada pelos memorialistas, convive com a memória coletiva afetiva dos moradores. Essas memórias, muitas vezes marginalizadas pela historiografia tradicional, agora encontram espaço para serem ouvidas e analisadas de forma crítica.

2.2. O PATRIMÔNIO POR SEUS DETENTORES

A narrativa oficial tende a adotar uma visão mais linear e cronológica da história, geralmente acompanhada de uma linguagem técnica e pretensamente objetiva. Este tipo de narrativa, muitas vezes, busca legitimar certos eventos, figuras e datas como marcos históricos de maior relevância (Brusadin, 2011, p. 12). Podemos fazer um paralelo com os monumentos e estátuas, quando Alexandre Avelar (2022, p. 137) aponta que eles podem ser traduzidos como subsídio para a formação de uma retórica da nacionalidade. Ao fornecerem uma narrativa pública e visual do passado, esses monumentos cristalizam uma versão histórica que reforça a linearidade temporal e o progresso, tornando-se emblemas de uma ordem social e política que valoriza determinados heróis e eventos como fundadores de uma identidade coletiva. No caso do Patrimônio de N. Sra. da Abadia, demonstramos que esta versão oficial enfatiza a doação das terras pela elite, tanto ao patrimônio da Santa, quanto aos funcionários de empreendimentos como as charqueadas, enfatiza também os investimentos institucionais, mesmo que atrasados, feitos no bairro.

Por outro lado, a memória dos moradores oferece uma perspectiva mais fragmentada e multifacetada, baseada em experiências pessoais e coletivas que, muitas vezes, ficam de fora da história oficial. Essas memórias envolvem não apenas os grandes acontecimentos, mas também o cotidiano, os laços familiares, as festas comunitárias, as lutas por melhorias e a relação íntima com o espaço físico do bairro.

Figura 36 - Patrimônio de N. Sra. da Abadia – mapa ilustrado a partir do Levantamento Cadastral de 1950, indicando os locais relevantes da época a partir dos relatos dos moradores. Sem escala.



*De acordo com Antônio Pereira da Silva (199-, p. 4), na primeira metade do séc. XX, havia uma capela neste local, que foi vendida e transformada em salão de baile com bar. Ver também Pezzutti (1922, p. 20).
** A Planta Cadastral de Uberlândia (1950) demarca uma pequena cruz neste local, sem, porém, identificação ou legenda; depoimentos de moradores do bairro relatam que o Cruzeiro estava localizado próximo ao muro ou "para cima" do Terrerão do Samba.

Além disso, a discrepância temporal entre essas duas formas de registro também é evidente. A história oficial frequentemente olha para o passado como algo já concluído e definido, congelado no tempo, ao passo que a memória dos moradores é viva e mutável, sendo constantemente recontada e reinterpretada à medida que novas gerações ocupam o bairro (Smith, 2021, p. 146). Isso cria uma dinâmica interessante de conflito e complementação entre as duas narrativas: enquanto a oficial busca fixar marcos históricos, a popular é fluida e inclusiva, ampliando o escopo da história ao incorporar novos elementos a partir das experiências pessoais.

Assim, o contraponto entre a narrativa institucional e a memória dos moradores do Patrimônio revela não apenas diferentes formas de registrar e interpretar a história, mas também as tensões inerentes à construção da identidade coletiva de uma comunidade. Entender essas diferenças é fundamental para uma análise crítica da história local e para a valorização das vozes que, muitas vezes, são silenciadas ou marginalizadas nos discursos oficiais.

Mestre Bolinho¹⁴, conhecido morador do bairro, reconta, em suas palavras o nascimento do bairro:

Esse patrimônio aqui é que tinha um fazendeiro que era dono. Era 12 alqueire de terra. Uns alqueirão antigo, né? Então o fazendeiro fez um voto pra Nossa Senhora da Abadia e deu pra N. Sra. da Abadia. A Igreja começou a vender baratinho pro povo antigo e eles comprava. E o nome aqui é Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia. (...) Nossa, veio gente de todo lugar, de Santa Maria aqui, esse distrito de Santa Maria. Vieram tudo pra cá.

Em depoimento, um dos moradores do bairro conta que havia três pontes para chegar ao Patrimônio: a ponte perto do Praia (Ponte do Carneiro), a ponte da General Osório (Ponte do Matadouro) e a ponte do Cajubá, onde hoje é o Bretas (Figura 59). Esta, uma “pontinha de madeira, seus usuários limitavam-se a pedestres, raras bicicletas e carroças” (Assis; Maciel, 2017, p. 32). Nota-se que nessa época, 2017, não há memória sobre a “ponte antiga” do córrego São Pedro, localizada onde hoje é a Rua Felisberto Carrijo (Figura 28).

Dona Odete e dona Elza¹⁵, duas irmãs que residem no Patrimônio, contam que sua mãe, a senhora Joaquina, adquiriu o terreno onde vivem por meio de uma doação da

¹⁴ Entrevista de pesquisa concedida em 28 de outubro de 2022, na cidade de Uberlândia, no Velho Patrimônio. Nascido no bairro, à época da entrevista, Mestre Bolinho estava com 82 anos.

Conferência de São Vicente, mediada pela dona da casa onde trabalhava como empregada doméstica, D. Maria José (ver Figura 21). A primeira casa construída no terreno foi uma meia-água¹⁶ de aproximadamente 20,00 m², com apenas dois cômodos. Esta casa foi demolida para a construção de uma nova, ao lado, onde D. Joaquina residiu até falecer e onde atualmente vive o sobrinho de D. Elza e D. Odete, filho do irmão Roseno (ver Figura 37 a 40).

Figura 37 – Residência das irmãs Elza e Odete



Foto: acervo da autora. Data: fev/2023

Figura 38 – Residência D. Elza vista pelo pátio interno.



Foto: acervo da autora. Data: fev/2023

¹⁵ Entrevista de pesquisa concedida em 16 de fevereiro de 2023, na cidade de Uberlândia, no Velho Patrimônio. À época da entrevista, D. Elza estava com 77 anos e D. Odete, sua irmã alguns anos mais nova, não informou sua idade. O irmão delas, Seu Roseno, estava com aprox. 68 anos. Todos nascidos no bairro.

¹⁶ Edificação cujo telhado consiste em apenas uma água (um lado) de um telhado.

Figura 39 - Residência das irmãs Elza e Odete, vista do pátio interno (dona Elza à direita; dona Odete fundo após portão amarelo; à esquerda, piso da casa demolida da dona Joaquina).



Foto: acervo da autora. Data: fev/2023

Figura 40 - Residência das irmãs Elza e Odete, pátio interno; a antiga casa foi demolida, restando apenas o piso. As janelas são da casa contígua, onde morou dona Jacinta após a demolição da casa.



Foto: acervo da autora. Data: fev/2023

A doação de terras para o Patrimônio de N. Senhora da Abadia ou a criação de pequenos conjuntos operários não se traduz na propriedade imediata dos moradores dessas

residências, visto que há relatos de terrenos que precisaram passar por lentos e complexos processos de usucapião para serem regularizados. Gilberto Maciel¹⁷, artista plástico criado no Patrimônio, conta que nasceu na casa onde mora atualmente. Essa casa faz parte das 4 residências geminadas que compõem a Colônia dos Naves (Figura 41 a 44), e foi adquirida, em 1940 por seu pai quando este se mudou para o Patrimônio. A Colônia dos Naves foi construída por Nicomedes Alves dos Santos para a moradia de funcionários da Charqueada Ômega. No início da década de 1980 iniciou-se uma disputa com os Naves, que tentaram fazer um acordo com os moradores das 4 residências. No entanto, Gilberto entrou com o processo de usucapião e, como seu pai não havia assinado o acordo anteriormente, finalmente ganhou a causa e recebeu a escritura de duas das casas geminadas da Colônia. O mesmo processo se repetiu com seu vizinho, que se tornou proprietário das outras duas residências da Colônia. Outra Colônia semelhante foi construída por Nicomedes na esquina da Av. Francisco Galassi com a R. José Custódio Pereira, também com 4 casas. Esses terrenos também passaram por processo de usucapião e recentemente foram vendidos. Atualmente está sendo construído um prédio de apartamentos ocupando toda a área da segunda Colônia.

Figura 41 - Colônia dos Naves, Rua Ipanema, casas 1 a 4 (geminadas) nos anos 1980.



Fonte: acervo Gilberto Maciel.

¹⁷ Entrevista de pesquisa concedida em 15 de julho de 2024, na cidade de Uberlândia, no Velho Patrimônio. Gilberto nasceu no Patrimônio.

Figura 42 - Colônia dos Naves, Rua Ipanema, casa 1.



Fonte: Silveira, 2003.

Figura 43 – Colônia dos Naves, Rua Ipanema, casas 1 e 2 (geminadas)



Foto: acervo da autora. Data: jul/2024

Figura 44 - Colônia dos Naves, Rua Ipanema, casas 3 e 4 (geminadas)



Foto: acervo da autora. Data: jul/2024

Da mesma forma, Seu Milton¹⁸, sogro de Gilberto e morador do bairro há 75 anos, relata que foi proprietário de um terreno ao lado do Terrorão do Samba, uma casa de eventos e ponto de referência no bairro, e que houve um momento em que Nicomedes Alves dos Santos alegava que aquele terreno era dele e que a escritura do S. Milton era falsa. Seu Milton também conta que a Igreja tentava receber a taxa de aforamento dos terrenos do Patrimônio, mas que aqueles que já possuíam escritura se negavam a pagar.

O Terrorão do Samba (Figura 47 a 49) durante muitos anos foi a residência de uma Mãe de Santo e o local onde aconteciam os trabalhos de um Centro Espírita, conforme conta Joana¹⁹, uma das frequentadoras do local. Em 2010 passou a ser espaço de eventos e local de ensaios de uma escola de samba. Douglas²⁰, proprietário do Terrorão do Samba, conta que o terreno onde está situado, no qual ele também reside, era de sua mãe e de suas tias, adquirido primeiramente por seu bisavô e apresentou a escritura de 1925 (Figura 45) e o contrato de enfiteuse, de 1938 (Figura 46).

¹⁸ Entrevista de pesquisa concedida em 04 de abril de 2023, na cidade de Uberlândia, no Velho Patrimônio. Seu Milton é sogro de Gilberto, veio para o Patrimônio com 9 anos de idade em 1949 e, à época da entrevista possuía cerca de 83 anos.

¹⁹ Entrevista de pesquisa concedida em 14 de março e 17 de maio de 2023, na cidade de Uberlândia, no Velho Patrimônio.

²⁰ Entrevista de pesquisa concedida em 16 de julho de 2024, na cidade de Uberlândia, no Velho Patrimônio. Mora no Patrimônio desde 2001.

Figura 45 – parte da Escritura do Terrerão do Samba, de 1925.

12/10/25

ESTADO DE MINAS GERAES
COMARCA DE UBERABINHA
CARTORIO DO 2.º OFFICIO
Registro Geral e Hypothecas
AVENIR GOMES DOS SANTOS

TRASLADO 6-4-1925 LIVRO n.60. FLS...38.ev.39.

ESCRITURA PUBLICA de compra e venda e transferencia de direito foreiro que fazem [redacted] a [redacted] [redacted], como abaixo se declara.

SAIBAM QUANTOS esta escriptura publica de transferencia de direito foreiro virem, que no anno do Nascimento de nosso senhor Jesus Christo, de mil novecentos vinte e cinco, aos seis dias do mez de Abril de dito anno, nesta cidade de Uberabinha, Estado de Minas Geraes, no Forum, em meu cartorio compareceram como outorgante vendedor [redacted] [redacted], solteiro, e como outorgados compradores [redacted] [redacted], todos domiciliados nesta cidade, reconhecidos de mim tebellão e das testemunhas abaixo assignadas de que dou fé; perante as quaes pelo outorgante vendedor me foi dito que vende de hoje para sempre aos outorgados compradores pelo preço e quantia de cento vinte mil reis Rs.120\$000, dois terrenos foreiros da maneira seguinte: -"ao comprador [redacted], um terreno foreiro, medindo vinte metros de frente, por sessenta metros de lados, e oito metros de fundo, dividindo por seus diversos lados com Clarimundo Camargos, Orozimbo Vellozo, e com a Rua do Cruzeiro, digo, Vellozo, e com Adilio Marcellino e pela frente com a rua de Cruzeiro; e ao comprador [redacted], um terreno foreiro, medindo dezessete metros de frente, sessenta metros dos lados e dezessete metros digo, dezanove metros de fundos, dividindo por seus diversos lados com Orozimbo Vellozo, Maria Patrocínia, Argeu Marcellino e pela frente com a rua do Cruzeiro, havidos por aforamento proprio, cercados de arame. E, havendo elle vendedor recebido o preço da mencionada venda em moeda corrente, desde já declara que transfere, digo tudo situado no Patrimonio de Nossa Senhora de Abbadia, desta cidade, E, havendo elle vendedor recebido o preço da mencionada venda em moeda corrente, desde já

ATENÇÃO: As escripturas, cartas de aforamento, cartas de arrematação, remissão, adjudicação, os pagamentos em divisão de terras e outros contractos nenhum valor terão se não forem registrados. O Registro é que portanto, se o COMPRADOR não fizer o registro o vendedor continua DONO do imóvel. (Art. 860 § unico, Cod. Civil). - O REGISTRO É OBRIGATORIO.

Fonte: acervo do proprietário do Terrerão do Samba.

Figura 46 – Contrato de Enfiteuse do Terrerão do Samba, de 1938.

1.^a via Nº 1266

CONTRATO DE ENFITEUSE

A Fabrica da Matriz desta Freguesia de Uberlandia, Estado de Minas Gerais, senhora, a justo titulo, do patrimonio de Nossa Senhora do Carmo de São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha, pelo seu representante legal, infra assinado, por este contrato, concede ao sr. [redacted] -----

----- aforamento de um terreno, situado nesta cidade à rua Cruseiro-Patrimonio N.S. da Abadia-----

medindo cincoenta e cinco (55) mts. de frente por sessenta mts. de fundo confrontando por um lado com Clarimundo de tal; por outro lado d. Aurora Batista de Luz e pelos fundos com a mesma D. Aurora Batista da Luz-----

----- mediante o fôro anual e adeantado de rs. 6\$000 (seis mil rs.) - pago até o dia 28 de fevereiro, de cada ano, mais a joia de 20\$000 (vinte mil réis) e com o laudemio de 2,1/2%----- sobre o preço da alienação ou venda, incluído o valor das bemfeitorias, aquela dependente de licença do fabricante, afim de que possa exercer o seu direito de opção. Achando-se pagos os fôros devidos pelo aludido terreno até --31 de dezembro do corrente ano------- dá plena quitação ao foreiro, a quem cede e transfere todo o dominio util, direito, ação e posse, que tem sobre o terreno, para que góse e possúa como seu, obrigando-se a construir, dentro de dois anos, desta data, no dito terreno, pena, de ficar sem efeito o presente contrato, caso isto não se verifique e não tenha havido prorrogação, por escrito, do fabricante. Convencionando-se mais, que o terreno, ora aforado, não poderá ser dividido em glebas, sem consentimento, por escrito do fabricante, entendendo-se que, se tal consentimento fôr dado, as glebas em que o terreno fôr dividido constarão de novos contratos, devolvendo-se à Fabrica, que arquivará, o contrato primitivo. Obriga-se, finalmente, o foreiro [redacted]-----

----- a pagar mais a multa de rs. 500\$000 (quinhentos mil réis), a titulo de indenisação, por despesas e honorarios de advogados, se a Fabrica fôr levada a recorrer aos meios judiciais para haver as importancias de fôros e laudemios, e a sofrer a pena de comisso "pleno jure", se deixar de pagar o fôro durante tres anos consecutivos, independentemente de quaisquer interpelações judiciais ou extra-judiciais.

Como prova e firmesa do que ora se contrata, é este em tres vias de igual teor, todas assinadas pelo fabricante Homero Monteiro de Carvalho----- pelo foreiro [redacted]----- e pelas testemunhas Tobias da Costa Junqueira e Pericles Vieira da Mota. a tudo presentes, depois de pagos os impostos devidos, ficando os conhecimentos respectivos, anexados à primeira via, pertencente ao foreiro.

UBERLANDIA, [redacted] de 1938

FABRIQUEIRO [redacted]

FOREIRO [redacted]

Fonte: acervo do proprietário do Terrerão do Samba.

Figura 47 – Terrerão do Samba



Foto: acervo da autora. Data: mar/2023

Figura 48 – Terrerão do Samba



Foto: acervo da autora. Data: mar/2023

Figura 49 – Terrerão do Samba, portão de acesso.



Foto: acervo da autora. Data: fev/2023

Os relatos também demonstram as dificuldades da população do bairro e a perseverança e luta em busca de uma vida melhor. Quando criança, a casa de três cômodos de Mestre Bolinho era como a maioria dos mocambos: de pau a pique, coberta de capim e com chão de terra batida. Sua mãe molhava a casa e depois varria, deixando-a fresquinha. Com pouca mobília, a casa não tinha sofá, apenas bancos de madeira feitos por eles mesmos. Um único quarto para a mãe e os 8 filhos. Além de uma sala e uma cozinha, com o banheiro do lado de fora, no fundo do terreno.

D. Eunice²¹, moradora do bairro há 74 anos, relata que suas irmãs mais velhas conseguiram emprego e vieram morar em Uberlândia, especificamente no Patrimônio. Uma delas logo se casou e, quando sua família veio para a cerimônia, seu pai se encantou com a cidade e decidiu se mudar também. D. Eunice tinha 8 anos e o ano era 1950. Seu pai adquiriu uma casa na Rua Triângulo Mineiro, onde ela viveu até se casar, aos 14 anos. Seus pais tiveram 11 filhos e grande parte morou junto nessa casinha da Triângulo Mineiro. A casa era de tijolo, coberta com telha francesa, com três quartos (um para os pais, um para as filhas e um para os filhos), sala cozinha e banheiro externo. D. Eunice, 2 anos após se casar, adquiriu com seu esposo o terreno onde mora atualmente. Aos poucos foram fazendo tijolos de adobe, mas como os tijolos ficavam no terreno secando de um dia para o outro, quando eles

²¹ Entrevista de pesquisa concedida em 12 de julho de 2024, na cidade de Uberlândia, no Velho Patrimônio. À época da entrevista, D. Eunice estava com 82 anos. Mora no Patrimônio desde os 8 anos de idade.

chegavam no outro dia, as crianças tinham pisoteado e estragado os tijolos. Quando os tijolos foram destruídos pela segunda vez, eles desistiram e resolveram comprar meio tijolo do Zé Cunha²², por fim, o fazendeiro acabou por doar mil tijolos inteiros que foram usados para dar início na construção da casa. Inicialmente, a casa possuía dois cômodos, um quarto e uma cozinha – o banheiro era a “casinha” externa. Compraram pedra para o alicerce, a argamassa era de saibro e quem construiu os dois primeiros cômodos foram um padrinho da D. Eunice. Já morando na casa, conseguiram fazer mais tijolos de adobe, com os quais foram construindo mais cômodos: mais um quarto para a filha e, posteriormente, uma sala. Aos poucos, conforme conseguiam juntar dinheiro, foram substituindo o adobe e o saibro por tijolos de barro cozido e argamassa com cimento. Hoje a casa possui banheiro e, no terreno, outras duas casas foram construídas. Na primeira casa, mora sua neta com os filhos, na segunda casa mora sua filha, e na terceira, construída inicialmente para receber sua mãe que não podia mais morar sozinha, atualmente mora a própria D. Eunice (Figura 50 a 52). Seu esposo faleceu em 2023.

Figura 50 – Residência da D. Eunice



Fonte: *Google Street View*. Data: jul/2011.

²² J. S. Rodrigues da Cunha, fazendeiro e proprietário de terras nos arredores do Patrimônio, e filho do Coronel Severiano Rodrigues da Cunha.

Figura 51 - Residência da D. Eunice



Foto: acervo da autora. Data: jul/2024

Figura 52 – Vista aérea do terreno da D. Eunice (delimitado em vermelho)



Fonte: sistema Infogeo - Banco de dados PMU. Acesso em: jul/2023.

Douglas mora no Patrimônio desde 2001. Veio de São Paulo para cuidar da tia adoentada e ficou desde então, mas vinha visitar a família desde criança. Ele conta que a primeira vez que veio ao Patrimônio foi em 1978 ou 1979, quando a Rodoviária ainda era localizada no bairro Fundinho:

Então a Rodoviária era no Centro, né? E a minha mãe falou assim, “olha, tem táxi aqui e tudo, mas eu quero que vocês vão para casa de charrete”. Aí nós descemos a General Osório de charrete pra cá. Inclusive, na época aqui ainda não tinha luz e tal, foi mais tarde que veio a luz. Não no bairro, mas aqui nesse pedaço aqui ainda não tinha não tinha luz e não tinha o asfalto.

Como relata Douglas, no final da década de 1970, o bairro ainda possuía vias sem iluminação e pavimentação, refletindo a negligência das autoridades em atender as necessidades da comunidade. Foi nessa época que houve a expansão do perímetro urbano e a abertura de novos loteamentos, quando se iniciaram algumas melhorias no Patrimônio (Silveira, 2003, p. 47). A precariedade das condições de vida e o abandono institucional eram parte da realidade enfrentada pelos moradores, que, mesmo com o crescimento urbano ao redor, ainda sofriam com a exclusão social e a falta de investimentos em infraestrutura essencial.

Os relatos ajudaram a confirmar a localização do Cruzeiro. Pelos relatos dos memorialistas, sabia-se aproximadamente onde este havia sido erigido. Pela Planta Cadastral de 1950, uma marcação semelhante a uma cruz, sem identificação, indicava a possibilidade de ser a localização exata do Cruzeiro. Conforme os moradores foram sendo questionados, aos poucos os relatos se repetiam, indicando que o Cruzeiro ficava nas proximidades do Terrerão do Samba, alguns deles, como o da D. Eunice e do morador conhecido como “Tijolo Armador”²³, colocando o Cruzeiro próximo o bastante do local demarcado na Planta para que possamos afirmar com mais segurança que o símbolo é, provavelmente, a sua real demarcação.

Para os moradores, no entanto, mais importante do que sua localização exata, é a lembrança da caminhada com baldes e garrafas nos braços – as crianças com copos d’água – subindo até os pés do Cruzeiro, onde entornavam essa água na intenção de pedir pelas chuvas em época de seca. Os relatos são muito semelhantes, seja das irmãs Odete e Elza, seja de D. Eunice, de Mestre Bolinho. Dona Eunice lembra, ainda, a música que cantava durante o processo, cantando-a durante a entrevista.:

Santa Maria ou Maria Madalena
mãe de nosso senhor
peço, senhor, que chova na Terra.

Dai a chuva que nos molha
dai o pão que nos consola
e nós somos pecador, senhor Deus, misericórdia.

Pequei, Senhor, pequei.
Tende misericórdia de nós, pecador.

²³ Entrevista de pesquisa concedida em 10 de julho de 2024, na cidade de Uberlândia, no Velho Patrimônio. À época da entrevista, Tijolo Armador estava com 76 anos. Mora do Patrimônio desde a década de 1960.

O cruzeiro foi atingido por um raio na década de 1960 (Lemes, 2009, p. 10) e, conta dona Eunice que, após sua destruição, o séquito transferiu-se para a porta da Capela Nossa Senhora da Abadia, localizada na Rua da Paz. Quando a capela começou a ficar pequena para a paróquia, foi construída com a ajuda da comunidade local a Matriz Nossa Senhora da Abadia, localizada na Praça Canto Maior dos Palmares, no Copacabana. A Capela da Rua da Paz ficou um tempo desativada e, então, foi reaberta e dedicada a Nossa Senhora do Bom Parto.

Aí, a nossa aqui foi fundada, nós já morava tudo aqui, que era a Igreja Nossa Senhora da Abadia, né? Aí agora ela virou a Nossa Senhora do Bom Parto porque aí nós fizemos a Nossa Senhora da Abadia aqui, porque lá era pequenininho e não tinha espaço para aumentar. E aí nós questionou que o povo lá da Popular não ia na Igreja, porque que nós não fazia a nossa aqui? Aí o nosso padre era muito bom, era muito nosso amigo. Aí falou, “então, vamos por o pé para a frente”. Nós começou essa Igreja aí [atual Matriz] com o envelopezinho, um punha 10 centavos, o outro punha 20, outro punha 5 mil réis. Nós começou essa Igreja desse jeito, você passa lá e olha o tamanho da Igreja!

E aí, como não pode desmanchar a igreja, ela [Capela] esteve desativada. Aí o bispo brigou com o padre, o padre teve que ativar ela de novo e hoje - lá estava virando até salão de festa. Aí contaram para o bispo, aí chamou a atenção do padre. Aí passou. Aqui tinha 2 missas, então era uma aqui [Matriz da Abadia] e outra lá [Capela do Bom Parto], pra não desativar. lá, Aí, a gente arrumou lá também.

(...) muita gente lá [Populares] é na base assim de crente, né? Era mais crente, ia mais pouca gente. Até hoje vai mais pouca gente, pouquinho gente da popular. Mas agora tem os “vila rica” para ali, né? Que ali agora virou só mansão. Por enquanto não tem muito prédio, não, é só mesmo mansão. Aí aquele povo ali tá tudo frequentando lá [Bom Parto], tá até tem bonito.

Além dos empregos normalmente citados, como a charqueada, frigorífico, fábrica de banha e como mão de obra nas chácaras e fazendas, relatos mencionam o trabalho na construção civil, como o esposo de D. Eunice que trabalhou uma época no frigorífico, mas logo começou como servente e se tornou pedreiro, ou o Tijolo Armador e seu irmão, que trabalham com fundação e armação de concreto. Além disso, as mulheres, em geral, trabalhavam como empregadas domésticas nas casas do Fundinho, como a D. Eunice, sua vizinha D. Vicentina²⁴, a mãe de D. Odete e D. Elza.

²⁴ Entrevista de pesquisa concedida em 12 de julho de 2024, na cidade de Uberlândia, no Velho Patrimônio. Á época da entrevista, D. Vicentina estava com 82 anos. Mora no Patrimônio desde os 8 anos de idade.

Os relatos de infância ilustram a paisagem local principalmente na década de 1950. Mestre Bolinho conta que com aproximadamente 7 anos de idade, junto com outras crianças, costumava rodear a casa de D. Marieta, avó de Douglas, onde hoje é o Terrerão do Samba. Havia mangueiras na propriedade e eles tinham o costume de jogar pedras para derrubar as mangas. Segundo Mestre Bolinho, “o Patrimônio era uma fazenda, tinha fruta demais; então a gente deixava os outros vizinhos para ir lá só para jogar pedra, derrubar a manga... às vezes, nem chupava as mangas, só para fazer ela [D. Marieta] ficar nervosa”. E ela ficava nervosa mesmo, corria atrás dos meninos, batendo os pés no chão.

Segundo Mestre Bolinho, o Patrimônio, além das árvores frutíferas, tinha o cerrado para cima do Terrerão. E o córrego Lagoinha era onde as crianças gostavam de nadar. As mães às vezes buscavam os filhos no córrego com chicote, devido à preocupação com o perigo – não era incomum alguma criança acabar se afogando. As crianças passavam o dia pelo mato, não iam pra casa almoçar pois comiam frutas que encontravam nas árvores e voltavam para casa só de noite.

A fazenda do Zé Cunha é também um lugar bastante lembrado. Gilberto relata sobre a localização da porteira, ao fim da Rua General Osório, e da árvore (Figura 53) que se podia avistar a partir da cerca, uma copaíba que resistiu ao tempo e às mudanças do bairro (Figura 54 a 56). Atualmente, a árvore está localizada dentro de um terreno particular, na Rua Dom Almir, próximo à Rua Ipanema (Figura 59).

Figura 53 - Copaíba da Fazenda do Zé Cunha no início da década de 1990.



Fonte: acervo Gilberto Maciel.

Figura 54 – Copaíba da Fazenda Zé Cunha, localizada na Rua Dom Almir.



Fonte: *Google Street View*. Data: jul/2013.

Figura 55 - Copaíba da Rua Dom Almir em agosto de 2021.



Fonte: Prefeitura Municipal (2021)

Figura 56- Copaíba da Rua Dom Almir em agosto de 2021.



Fonte: Prefeitura Municipal (2021)

Havia poucas ruas no Patrimônio, todas de terra. Mestre Bolinho lembra que o gado era trazido pelos boiadeiros pela Rua do Matadouro, gerando uma série de inconveniências. Com medo do gado bravo, os moradores se encerravam nos ranchos, em suas casas de pau a pique e telhado de capim. “Então, todo dia era uma correria que quando o gado vinha, vinha Gado Bravo, né? (...) E todo mundo fechava, corria e (...) fechavam as portas... e o gado, descia e entrava nos pau a pique, era aquele rolo danado”. O gado era levado para o Matadouro e parte para a Charqueada. Depois, a carne era levada com dificuldade pela Rua General Osório para açougues. De acordo com Seu Milton, o gado descia ao lado do Praia Clube e pela Estrada Boiadeira.

Durante alguns anos, o único caminhão do bairro era de propriedade do Seu Milton – e ele o mantém até hoje (Figura 57 e Figura 58). Ele trabalhava com carroto, mudança. Com seu caminhão carregava as pessoas que passavam mal, levava as pessoas para as festas, carnaval, jogos de futebol. E também levava as pessoas ao velório, quando as crianças se divertiam com a oportunidade de atravessar a cidade até o cemitério (São Paulo, em sua maioria, algumas vezes no cemitério São Pedro).

Figura 57 – Caminhão do seu Milton.



Foto: acervo da autora. Data: abr/2022.

Figura 58 – Oficina do seu Milton, nos fundos de sua residência.



Foto: acervo da autora. Data: abr/2022.

Os moradores do Patrimônio também recordam com intensidade as lendas e mitos que permeiam o imaginário local. Segundo os relatos encontrados na monografia de Edsolanja Lemes (2009), muitas dessas histórias eram contadas de geração em geração, em rodas de conversa e encontros familiares. Dona Maria de Lourdes, uma antiga moradora, lembra de uma procissão de "almas benditas" que sua mãe teria visto passar pela Rua General Osório.

Ela também conta sobre os gemidos vindos de um canavial próximo de onde foi encontrado o corpo de um homem que havia se suicidado, um evento que muitos acreditavam ser causado por assombrações (Lemes, 2009, p. 22).

Sem sequer precisar ser questionado sobre o tema, Mestre Bolinho conta:

“E assombrado o Patrimônio, tinha tanta assombração. Nossa, tinha demais mesmo. Muita. (...) Nós até tinha muito aquelas vassourinhas, né? A gente amarrava ela, a ponta dela, e via o povo cair e rolar na vassourinha que nós trançava ela e caía, nossa, a gente quase morria de rir”.

D. Eunice disse que ouvia falar de assombração, mas nunca viu nenhuma. Ainda assim tinha medo. Quando se casou, morava na frente das mangueiras, onde falavam que aparecia muita assombração, e ela tinha medo de ficar lá sozinha de noite. Às vezes, quando o marido saía, ela pegava travesseiro e coberta e andava madrugada adentro até a casa da mãe para não ficar em casa sozinha.

Outra moradora, dona Divina, narra histórias de eventos sobrenaturais que envolviam fenômenos inexplicáveis, como o aparecimento de montes de terra em frente à sua casa e objetos misteriosamente movidos. Além disso, havia o mito da "mulher que crescia": diziam que ela aparecia ao lado de um pé de jenipapo na casa da dona Negrinha e crescia até ficar do tamanho da árvore (Lemes, 2009, p. 23).

Questionado sobre as lendas do bairro, Seu Milton também menciona a árvore (Figura 36 e Figura 59). Segundo ele, falavam que o pé de jenipapo era assombrado, e quando o jenipapo caía, os meninos levavam susto. Seu Milton relata que certa vez, ao voltar para casa de noite ainda menino acompanhado de um amigo, seu pai resolveu ir ao seu encontro perto do pé de jenipapo. Contudo, devido à escuridão, ele não reconheceu o pai e desabalou correndo assustado junto com o amigo. Deu-se pela confusão quando chegou em casa e a mãe perguntou pelo pai. Seu Milton conta, ainda, que perto da árvore do jenipapo também aparecia o lobisomem, que alguns diziam ser um negro que tinha o olho saltado.

Essas histórias de lobisomens e da mula-sem-cabeça também são frequentes entre os relatos dos moradores, reforçando o caráter sobrenatural atribuído ao bairro. O senhor Ubaldo, por exemplo, afirma ter visto ambos os seres em noites de quaresma (Lemes, 2009, p. 21).

Sobre o lobisomem, Bolinho relata:

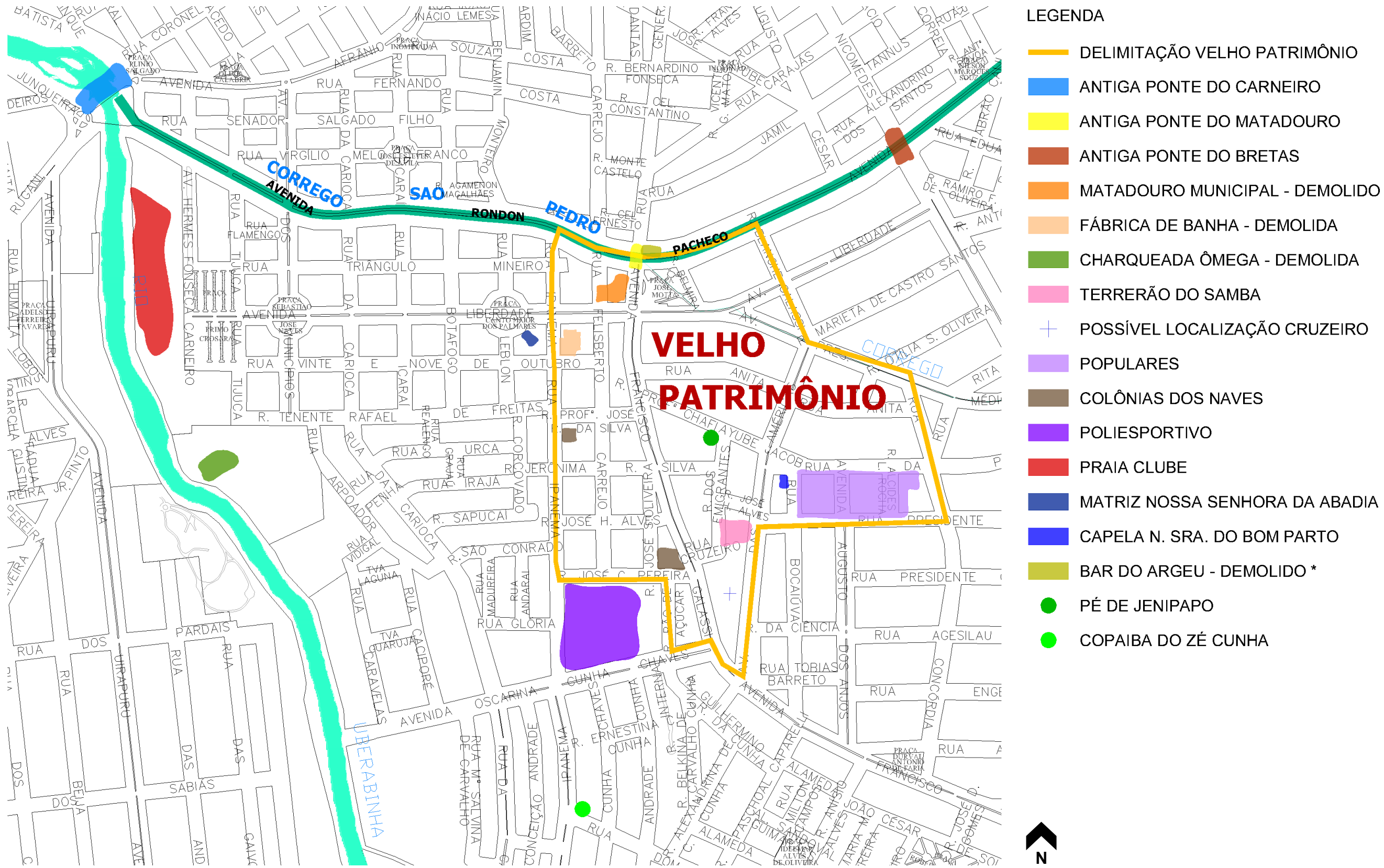
E lobisomem. Aparecia demais. (...) Era uma correria, passava uma coisa esquisita correndo aqui. Subia aqui na Francisco Galassi, a cachorrada em cima. Ia até lá no Cruzeiro, os cachorros iam atrás. Depois esse bicho vinha batendo nos cachorros de lá, botava, passava aqui, subia, ia lá pro lado desses prédios que tem aí desses lados da charqueada. Nossa, era uma

brigaiada desse bicho com esses cachorros. No outro dia de manhã, os cachorros estavam tudo... uns machucados, outros arranhados. Eles ficavam dormindo até quase 11 horas da manhã. Nós tinha um cachorro, o leão, nossa, o leão ficava, coitado, cansado de tanto correr a noite inteira. (...) Eu mesmo já vi lobisomem. Deus me perdoe, cruz credo, a coisa mais feia que eu vi na minha vida. Aqui no Patrimônio todo mundo via. Até falava que tinham um desses velho macumbeiro que virava. Tinha um que era casado com uma tia minha. Eles falaram que ele virava. Que no outro dia ele estava com o olho lá no fundo, triste. Aí o povo falava, “é ele que vira lobisomem, fica correndo a noite inteira atrás dos cachorros”. (...) Não, qualquer lugar [era possível encontrar o lobisomem]. Quando a Lua estava clara, via tipo a cabeça lá embaixo. E as costas lá em cima. Lumiava assim. Você via, já arrepiava tudo. E voltava para casa. Todo mundo falava “é os macumbeiro, é os feiticeiro”. Minha mãe, uma vez a casa nossa era daquela janela de pau. E minha mãe era curiosa demais. Correndo aquela cachorrada em cima. Minha mãe abriu a janela, falou, “deixa nós dormir em paz”. Ele parou, olhou pra ela e ela caiu desmaiada. E falou “É a coisa mais feia assim eu já vi na minha vida”. Ela falou, “nossa, tinha cachorro demais em volta dele. Ele parou no trilheiro, olhou para mim. Eu olhei nele, eu caí desmaiada”.

Esses relatos demonstram como o imaginário popular contribui para a construção da identidade cultural do bairro e fortalecem a sensação de pertencimento dos moradores, que, apesar das transformações urbanas, continuam a preservar essas tradições orais e memórias de forma vibrante.

Assim, as tensões entre a narrativa oficial e as memórias dos moradores do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, revelam diferentes formas de registrar, interpretar e preservar a história local. Esses relatos pessoais e coletivos, permeados por histórias de resistência, religiosidade, práticas culturais e até lendas, são fundamentais para entender a complexidade da identidade do bairro. A memória viva da comunidade, ainda presente nos depoimentos e nas tradições orais, desafia a visão institucional, enriquecendo o imaginário cultural e ampliando as perspectivas sobre o patrimônio histórico e cultural de Uberlândia.

Figura 59 - pontos de referência da região do Patrimônio de N. Sra. da Abadia. Sem escala.



3. PATRIMÔNIO DE NOSSA SENHORA DA ABADIA: UM BAIRRO NEGRO

Este capítulo busca explorar o Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia sob a ótica de suas transformações, memórias e as resistências culturais. O Velho Patrimônio, marcado por uma história rica e profundamente entrelaçada com a comunidade negra e marginalizada de Uberlândia, tem sido moldado por processos sociais e espaciais profundamente influenciados por questões de racismo, segregação espacial e invisibilização do bairro no contexto urbano da cidade. As mudanças aceleradas dos últimos anos, marcadas pela gentrificação, ameaçam desfigurar a identidade e as tradições locais, impondo uma nova ordem urbana. Ao mesmo tempo, o bairro mantém importantes traços de sua identidade original, o que nos leva a refletir sobre os lugares de memória e sobre as transformações, buscando entender os focos de resistência que ainda persistem e utilizando abordagens críticas para explorar essas questões.

Na seção 3.1. O Patrimônio Cultural do Velho Patrimônio, partimos do conceito de patrimônio cultural e analisamos como o racismo estruturou a formação do bairro e contribuiu para sua invisibilização nas políticas urbanas. Aqui, destacam-se as tradições culturais e religiosas da população negra que constituía a maior parte da comunidade, e que, ao longo dos anos, moldou o caráter do bairro. Essas práticas, muitas vezes reprimidas ou marginalizadas, representam uma parte essencial do patrimônio imaterial do Velho Patrimônio.

A seção 3.2. Lugares e Percursos explora o bairro a partir de um olhar mais subjetivo, incorporando o conceito de errância de Paola Berenstein Jacques como uma maneira de entender a cidade por meio de caminhadas e vagar pelas ruas. O caminhar pelo bairro revela aspectos das dinâmicas sociais, das práticas religiosas e das memórias compartilhadas pelos moradores. As interações com os habitantes, o uso de referências espaciais informais e os elementos simbólicos que compõem o bairro são fundamentais para compreender o Velho Patrimônio como um espaço de vida e de memória em constante transformação.

Na seção 3.3. Transformação e Resistência no Velho Patrimônio, o foco se volta para as transformações urbanas que o bairro vem sofrendo, especialmente nos últimos 15 anos, quando a gentrificação começou a alterar profundamente sua paisagem. O processo de urbanização, marcado pela demolição de antigas casas e a construção de novos empreendimentos imobiliários, ameaça as características que definiram o Velho Patrimônio ao longo de sua história. Contudo, a resistência a essas transformações pode ser encontrada nos moradores que se recusam a deixar o bairro, empenham-se em seguir manifestando suas tradições e lutam pela preservação de suas memórias. Utilizando os conceitos de decolonização, indigenização e estudos subalternos, esta seção analisa as estratégias que essas

comunidades empregam para resistir à descaracterização, defendendo o bairro não apenas como um espaço físico, mas também como um lugar de memória, identidade e luta.

Assim, o capítulo oferece um panorama multifacetado do Velho Patrimônio, abordando tanto as transformações materiais quanto as lutas simbólicas em torno da preservação de sua memória cultural e identidade urbana.

3.1. O PATRIMÔNIO CULTURAL DO VELHO PATRIMÔNIO

Para além do histórico de formação da cidade e do bairro e de sua materialidade, há de se pensar nas práticas culturais desenvolvidas pela comunidade, principalmente pela população negra, maior representante do Bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia. Ao analisar as culturas negras de Uberlândia pode-se perceber uma grande diversidade de tradições africanas. Neste bairro, especificamente, os instrumentos e roupas utilizados pelo moçambique²⁵ eram nomeados com palavras do ioruba e a religião mais praticada era a Umbanda, a qual tem origem banto. No entanto, o catolicismo popular das festas para Nossa Senhora do Rosário foi diversas vezes atacado pelo catolicismo oficial. As danças foram proibidas dentro das igrejas católicas e as procissões e cortejos somente puderam passar pelas regiões centrais da cidade a partir de 1940 (Lourenço, 1986, p. 28).

Jeremias Brasileiro (2012, p. 80) ressalta que, historicamente, a relação entre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e as festividades afro-brasileiras sempre enfrentou tensões internas e externas, onde a elite religiosa de Uberlândia, predominantemente branca, frequentemente impunha barreiras e tentava controlar essas celebrações. Essas restrições, para ele, não apenas refletiam um controle religioso, mas também um controle cultural que visava reduzir a visibilidade e autonomia das expressões culturais negras (Brasileiro, 2012, p. 87). Segundo Lourenço (1986, p. 33), essa discriminação contra as práticas religiosas e a população do bairro, majoritariamente negra, foi um dos elementos centrais na construção da identidade comunitária. Lourenço aponta que, além das celebrações religiosas, como as festas

²⁵ Em Minas Gerais, moçambique pode ser entendido tanto como a própria Congada, quanto como uma das variações de seus “ternos” (ou “guardas”). Os ternos são os grupos formados pelos congadeiros, sendo identificados como congos, moçambiques, catupés, marujos (Alves, 2023, p. 307). O moçambique também se refere às danças e bailados coletivos tradicionais herdados da África (Lourenço, 1986, p. 28).

para Nossa Senhora do Rosário, os rituais da Umbanda eram fundamentais no cotidiano dos moradores, reforçando laços de solidariedade e resistência cultural (Lourenço, 1986, p. 29).

A história do Velho Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia é permeada por questões de identidade, resistência e segregação. Essas questões também se refletem na construção do espaço físico do bairro. Conforme relatado no Capítulo 1, antes de ser construída a Igreja N. Sra. do Rosário onde se encontra atualmente, inicialmente o local pensado para instalá-la ficava na baixada que verte para o córrego São Pedro, ou seja, um local bastante próximo ao Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia. Por outro lado, Silva (199-, p. 4) indica que uma capela (não necessariamente dedicada à N. Sra. do Rosário) de fato existiu “do lado direito do Ribeirão São Pedro, defronte ao Matadouro”, local onde era ministrado catecismo pelas freiras. Essa capela teria sido vendida aos irmãos Ageu, Nelson, Agenor e Joaquim que “tiraram a cruz e os bancos e transformaram o imóvel num salão de baile com bar e carteados”, tornando-se um ambiente de constante conflito social, refletindo as tensões vividas pela comunidade negra naquela época.

Se a capela mencionada pelos memorialistas veio a se concretizar na capela relatada por Silva, talvez não seja possível encontrar dados suficientes para corroborar ou não esse cenário, mas alguns moradores, como Gilberto e D. Eunice, se lembram com facilidade do “bar do Ageu”.

Além dessas dificuldades, a comunidade do bairro foi ao longo do tempo confrontada com mudanças impostas às suas tradições culturais e religiosas, muitas vezes por conta da crescente pressão de moradores com maior poder econômico e político. Mestre Bolinho traz uma reflexão sobre como as festas e celebrações que eram parte vital da vida comunitária foram sendo restringidas, especialmente pelas interferências de setores da elite local:

É um bairro muito festeiro. Muitas festas antigas, de São João, festa do Rosário, dos ternos de Congo. (...) E os macumbeiros, feiticeiros, tudo. Naquela época a gente era menino, a mãe da gente, a avó falava, “ó, quando você vê uma pessoa mais velha, corre e toma bênção”. Então a gente via o feiticeiro, corria, batia o joelho, “bença, vô”. A gente foi criado dentro de uma disciplina. (...) Eu sou folião de Reis. Ih nossa, graças a Deus, com maior prazer. Nossa, os santos Reis fazem tudo para mim, tudo que eu peço. Nossa fazem muito milagre, demais. A gente não pode é falhar com eles.

Nós reúne na casa do capitão, que mora nessa rua. Um senhor de uma humildade tamanha, que não tem jeito. Mas nós estamos perdendo essa festa [Folia de Reis]. Que primeiro nós fazia aqui na rua. E em casa, né? Fazia aquelas barracas de lona grande e muita comida, toda a vida teve. Comia até largar mesmo. É que é uma fartura até hoje nós fazemos. Ali, na Quadra da Prefeitura [Poliesportivo]. Mas mudaram tudo. Juizes, advogados, esse povo grande, se mudaram ali para perto da Quadra. Eles tão proibindo nós de...

Porque tem barulho: tem que soltar fogos. E a procissão, nós sai da casa do Capitão, e vai rezando até lá e soltando fogos. E eles proibiram isso. Então, é um sentimento muito grande que nós carregamos com isso daí.

Às vezes é dar 11 horas da noite [o fim da festa hoje, no Poliesportivo] ... As festas toda a vida aqui amanheciam. O povo comendo e dançando. Agora acabou. Solta um foguete, a polícia chega em cima.

Figura 60 – Folia de Reis Pena Branca na década do 1980.



Fonte: acervo Gilberto Maciel.

As festas populares, como a Folia de Reis (Figura 60) e as celebrações para Nossa Senhora do Rosário, historicamente marcadas pela alegria e pela participação de toda a comunidade, foram progressivamente cerceadas. Os quartéis dos ternos de Congado (Figura 61) foram se mudando do bairro junto com seus Presidentes e Capitães. A presença de moradores de maior poder econômico, como juízes e advogados, forçou mudanças no modo de celebrar. A proibição de soltar fogos e as limitações impostas às procissões e festividades públicas ilustram a tensão entre a tradição popular e a urbanização controlada pelas elites. Essas interferências refletem a contínua marginalização das expressões culturais afro-

brasileiras e a dificuldade de preservação das tradições diante da urbanização e gentrificação²⁶ do bairro.

Figura 61 – Terno Moçambique Pena Branca



Fonte: acervo do Terno.

Essa tensão comprova que o racismo, já evidente desde a longa restrição das manifestações do Congado no Centro imposta pela elite branca e católica, continua vivo ainda hoje. Enquanto as celebrações populares da comunidade negra são progressivamente limitadas e vistas como incômodas, as festas realizadas no próprio Bairro Patrimônio pela elite, compostos em sua maioria por brancos, são permitidas sem qualquer tipo de restrição, frequentemente varando a madrugada. Essas festas semanais, realizadas nas residências mais abastadas, permanecem intocadas pelas mesmas regras que cerceiam as tradições afro-brasileiras (COMPHAC, 2024). Esse contraste revela não apenas o preconceito racial, mas uma tentativa sistemática de deslegitimar as culturas populares negras, enquanto as celebrações brancas são normalizadas e aceitas como parte do cotidiano cultural da cidade.

Para além do preconceito religioso, a discriminação econômica e racial estavam presentes desde a criação de um bairro segregado para abrigar a população negra e na demora do poder público em investir em sua infraestrutura, além de permear as relações cotidianas dos moradores. Embora alguns fazendeiros se mostrassem generosos em ocasiões específicas,

²⁶ Termo utilizado para se referir às intervenções urbanas que transformam certos espaços da cidade em áreas de investimento público e privado ocasionando a expulsão dos moradores locais – “enobrecimento” (Rodrigues, 2012, p. 335).

permitindo, por exemplo, a coleta de carne nas fazendas, as relações eram marcadas por um distanciamento significativo. O fazendeiro Zé Cunha costumava dizer que “não se lhes podia dar muita confiança”, o que evidencia o preconceito social e racial que permeava as relações na comunidade (Silva, 199-, p. 4). Esse preconceito foi reforçado por atitudes explícitas da elite local e da imprensa da época. Um exemplo disso é o artigo "Estas pretas", publicado no jornal *O Progresso* em 1910, que lamentava a abolição e a liberdade dos negros, demonstrando o quão enraizado era o racismo (Silva, 199-, p. 4).

Esse desprezo pelo bairro revela o racismo enraizado na sociedade local, que associa o bairro e seus moradores a práticas e grupos marginalizados. Mestre Bolinho, por exemplo, se lembra de como o bairro era visto pelas pessoas mais abastadas, de outras regiões da cidade:

Aí o Patrimônio era um bairro, como eu estava falando, tinha muito macumbeiro, feiticeiro, e, nossa, a elite cuspiam quando falava no Patrimônio. Alguém falava “quero vender meu terreno lá, é baratinho”. “Não, Patrimônio não. Patrimônio é lugar de negro, índio, macumbeiro, quilombola. Olha, lá nós não queremos terra, não”. (...) Eles é louco para tirar o Patrimônio do mapa, mas é louco mesmo. Eu não sei por que, uai. Eu não sei como que ainda não tiraram o nome do Patrimônio.

Dona Eunice também recorda as dificuldades enfrentadas pelos moradores com as condições do bairro, refletindo a precariedade e o esforço constante pela sobrevivência em um ambiente de exclusão social e racial:

É, ele [povo do Patrimônio] chamava pé vermelho, mas o pé vermelho é porque a gente atolava no barro. Já teve dia de eu voltar duas vezes em casa pra trocar de roupa. Fui trabalhar, caí. A gente não tinha muita roupa: duas, três trocas. Aí vim, passei pro outro lado, parece que estava pior, caí de novo. Aí não tinha mais o que vestir, né? Passei lá na minha mãe, minha irmã me emprestou um vestido. (...) Foi uma batalha muito grande da gente chegar até aqui [na vida], mas não é fácil não. Mas a gente vai melhorando, a gente não fica rico, mas também não fica apertado.

O depoimento de Dona Eunice ilustra a luta cotidiana dos moradores do Velho Patrimônio, especialmente no passado, quando a infraestrutura era extremamente precária e a mobilidade no bairro era dificultada pelas condições das ruas e pelos recursos limitados. As dificuldades materiais eram parte integrante da vida de seus habitantes, que, como Dona Eunice destaca, enfrentavam desafios diários para se sustentar, com pouco ou nenhum auxílio das autoridades locais.

Em Uberabinha havia, em 1872, 545 escravos em uma população de 4.028 habitantes, o que significava 13,5% de escravos na população, contra 15,1% na média do Brasil na mesma época. Trabalhadores livres após a abolição, majoritariamente constituídos por ex-escravizados. Parte desses trabalhadores habitavam a periferia do arraial, onde trabalhavam nas fazendas e chácaras próximas, sendo um desses locais, onde o aforamento era barato (Lourenço, 1986, p. 18). Isso reforça a marginalização a que os negros eram submetidos, sendo relegados a viver nas bordas da cidade, onde se dedicavam a trabalhos braçais nas chácaras, matadouro e charqueadas.

Já em 1983, conforme o censo municipal, o bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia tinha uma população de 81 habitantes, sendo a maioria envolvida em atividades ligadas às olarias, ao matadouro municipal, à pedreira e à charqueada (Lemes, 2009, p. 11). Entretanto, esse dado populacional é problemático para análise a partir de 1990, uma vez que o censo deixou de considerar o bairro em sua configuração original, devido à sua integração com áreas urbanas vizinhas, dificultando um acompanhamento preciso da evolução demográfica da região, como mencionado no Capítulo 1.

A diversidade cultural do bairro também se destacava, com moradores oriundos de diferentes regiões do Brasil, como nordestinos e paraibanos, que trouxeram consigo suas próprias tradições, somando-se à herança cultural negra local (Silveira, 2003 *apud* Lemes, 2009, p. 14). A composição étnica do bairro em meados de 1980 refletia a diversidade racial, com uma predominância de negros (43,05%), seguida por mulatos (38,89%) e brancos (18,05%), evidenciando a força da população afrodescendente na constituição social do Velho Patrimônio (Lourenço, 1986, p. 13).

A vida cotidiana no bairro era marcada por uma interação constante com a economia local e os trabalhos de subsistência. A Rua Santo Antônio, única via do bairro, servia como trajeto para o gado que seguia em direção ao Matadouro Modelo. As crianças do bairro, por sua vez, recolhiam o estrume deixado pelos animais, que era vendido para complementar a renda familiar. A ponte do Matadouro, construída de maneira rudimentar, conectava o bairro ao restante da cidade, simbolizando a precariedade das condições de vida daquela comunidade (Lourenço, 1986, p. 21).

Como Silveira (2003, p. 41) aponta, essas atividades braçais, geralmente evitadas pelo restante da população, eram uma forma de inserção social para os negros, ainda que às custas de ambientes insalubres e desgastantes. Apesar das condições adversas, havia também uma oportunidade indireta de sustento, uma vez que no matadouro, por exemplo, as partes desprezadas dos animais, como vísceras, pescoços e cabeças, eram doadas aos trabalhadores,

permitindo-lhes alimentar suas famílias ou até mesmo comercializar esses itens. Essa realidade reflete o contexto de exclusão, mas também a resiliência dos trabalhadores, que encontravam nessas atividades uma forma de manter-se economicamente e, de alguma forma, conquistar espaço dentro da sociedade da época.

A precariedade das condições de vida no bairro, refletida na rotina de subsistência e na economia local, evidencia uma história de luta constante pela sobrevivência. E, assim como no passado, Douglas fala sobre um dos problemas enfrentados na atualidade:

Uma outra coisa que eu acho terrível é creche não ser integral, não ser período integral. Porque a maioria dessas pessoas aqui, elas são...são empregadas domésticas, essas coisas. Não tem como meio período de empregada doméstica, ué. Então, aí a vantagem é que é o seguinte, que normalmente o que acontece? E isso eu acho interessante, porque tem avós, não é? E aí os avós ficam com essas crianças no outro período. Ah, eu acho que não perde...

É possível perceber que a própria dinâmica familiar do bairro acaba se ajustando para suprir essa ausência de creches em período integral. Um exemplo disso é o arranjo familiar de Dona Eunice, que mora no mesmo terreno com sua filha e neta. Esse modelo de convivência é benéfico, pois permite que Dona Eunice, já idosa, não viva sozinha, enquanto ela também ajuda a cuidar dos bisnetos, permitindo que sua neta trabalhe. No entanto, nem todas as famílias podem contar com esse tipo de estrutura, o que agrava a dificuldade de conciliar trabalho e cuidados com os filhos em um contexto de poucas opções de assistência infantil no bairro.

Em 2003, o bairro contava com apenas uma escola pública, a Escola Estadual Mário Porto, uma Unidade Básica de Atendimento e instituições sociais voltadas à assistência infantil, ao adolescente e ao idoso (Silveira, 2003, p. 81). 20 anos depois, a situação não é muito diferente: a E. E. Mário Porto foi transferida para o bairro Canaã e, hoje, o bairro conta com a EMEI Grande Otelo e do Bairro Patrimônio, recebendo crianças de 4 meses a 5 anos e localizadas na Rua Bocaiuva, esquina com a Av. Pres. Castelo Branco; a Escola Estadual de Educação Especial Novo Horizonte, situada na Rua Ipanema; e um campus do IFTM, localizado na Rua Blanche Galassi. Além disso, em termos de instituições públicas, há a UBS Patrimônio, localizada à Rua Prof. Chafi Ayub Jacob (ou Rua do Postinho), e o Poliesportivo Patrimônio, na Rua José Custódio Pereira. O bairro conta também com o apoio de duas instituições de apoio e acolhimento a crianças, adolescentes e idosos, geridas por ONGs (Prefeitura Municipal, 2024).

Douglas continua contando sobre a dificuldade em se estabelecer em um trabalho formal em Uberlândia:

Pra você ter ideia, eu saí da Sabesp lá em São Paulo. O meu salário lá, quando eu saí em 2000, por aí, era 1000 BRL. Hoje isso correspondia, acho que a 4, a 5 salários. E para fazer a mesma coisa que eu fazia, que eu trabalhava na parte de informática, aqui eles não pagavam 2 salários. Aí eu falei, “nossa, como é que pode? Como é que a pessoa sobrevive?”. E o custo de vida aqui não é tão mais baixo.

Esse contexto evidencia uma realidade comum no bairro: a necessidade de adaptação das famílias frente à ausência de políticas públicas adequadas, como a falta de creches em período integral. As famílias, como a de Dona Eunice, fazem o possível para se ajustar a essa carência, mas essa solução não está disponível para todos, o que reforça as desigualdades e as dificuldades enfrentadas pelos moradores. Além disso, as condições de trabalho, como apontado por Douglas, refletem uma precariedade econômica que não se limita apenas à questão das creches, mas também à dificuldade de obter empregos formais que ofereçam salários dignos em Uberlândia. Isso mostra como os desafios atuais estão conectados a uma história de exclusão e negligência, que impacta diretamente a qualidade de vida no bairro e a capacidade dos moradores de alcançar melhores condições socioeconômicas.

Podemos perceber, então, que os episódios aqui apresentados não são apenas reflexo de práticas racistas cotidianas, mas também de um racismo institucionalizado, que historicamente marginalizou e desvalorizou as experiências e tradições culturais do bairro. De maneira que o racismo, tanto nas suas formas institucionais quanto nas expressões do cotidiano, continua a moldar as vivências dos moradores do Patrimônio. Ao deslegitimar suas práticas culturais e perpetuar a marginalização no espaço urbano, essas forças revelam a necessidade constante de resistência para garantir que a história e as tradições dessa comunidade sejam reconhecidas e preservadas.

Desse modo, assim como o patrimônio cultural expandiu-se para incluir não apenas edificações monumentais, mas também conjuntos urbanos e manifestações diversas, o Velho Patrimônio reflete essa ampliação ao ter como seu patrimônio cultural, além da sua cartografia e das suas residências modestas, as práticas culturais e religiosas. Essas práticas representam um patrimônio vivo, enraizado na experiência cotidiana e nas tradições afro-brasileiras. Embora o bairro tenha enfrentado exclusão e marginalização, ele segue tentando preservar sua identidade, tornando-se um símbolo da presença negra em Uberlândia e da contribuição dessa comunidade para a história e cultura da cidade, reforçando a noção de que

o patrimônio cultural vai muito além de monumentos históricos, abraçando também as lutas e vivências de comunidades que constroem sua história.

3.2. LUGARES E PERCURSOS

Para Nora (1993, p. 12), “os lugares de memória são, antes de tudo, resto”. Para ele, a memória verdadeira é aquela que é vivida no cotidiano, mas quando se há distanciamento, passa a se estar dentro da história. Os lugares de memória, então, existem quando não há mais a memória real, apenas rastros dela – quando ela se torna história.

Quando Nora fala sobre os lugares de memória, ele os situa para além da questão do espaço ou do território. Estes podem ser arquivos, celebrações, registros. Quando as tradições e cultura de uma comunidade são ameaçadas, como vem acontecendo no velho Patrimônio, sente-se a necessidade de se criar lugares de memória. Se instalam na lembrança do sagrado, emergindo de um grupo que a memória une, se enraizando no concreto, no objeto, no documento, na imagem, no testemunho.

De modo que, quando falamos de lugares de memória, falamos tanto de história quanto de memória. E, tendo em vista que o arquivo existente possivelmente não dará conta de recuperar a história do bairro, deve-se pensar em como tornar audível os desejos da comunidade deste bairro e facilitar a resistência que vem ser formando, com os moradores e frequentadores que se negam a aceitar facilmente as transformações pelas quais o bairro vem passando e se negam a abandoná-lo (Pereira, 2021, p. 500).

A fim de que se consiga levantar esse registro, para além da necessidade de se entrar em contato com os moradores e frequentadores do bairro, pode-se utilizar como ferramenta de conhecimento e levantamento, o conceito de errância, definido por Paola Berenstein Jacques (2009, p.52). Para ela, a errância seria o ato de se perder e vagar em uma cidade. Pensando em um bairro, podemos transpor a ideia de cidade para a ideia de lugar.

Conforme Milton Santos (1992), “homens que tiveram a mesma formação e que têm as mesmas virtualidades, mas estão situados em lugares diferentes, não têm a mesma condição como produtores, como consumidores e até mesmo como cidadãos”. De modo que os lugares são regiões que possuem características territoriais, sociais, econômicas e culturais cuja soma os fazem únicos em relação uns aos outros.

Figura 62 – Rua Jerônima Reis da Silva.



Foto: acervo da autora. Data: fev/2023.

Assim, quando pensamos que para se conhecer a fundo uma cidade (ou lugar), o melhor modo é vivenciando-o no seu cotidiano, Jacques propões que uma maneira de experimentar essa vivência é por meio da errância. Afinal, quando nos perdemos em um lugar, tendemos a entrar em um processo mental mais lento e atento, aguçando nossos sentidos na tentativa de nos reorientarmos. É nesse momento que a relação entre o corpo do errante e o corpo do lugar ficam mais próximos, acontecendo o que Jacques denomina incorporação (2009, p. 54).

Diante de tudo o que foi discutido, quando se toma como base o levantamento documental que foi feito ao longo do trabalho, percebe-se que, com toda a importância que devemos atribuir à memória, a carga oficial presente na pesquisa acaba estabelecendo uma relação forte com a história. Como exemplo, temos o arquivo da escravidão, o qual, para Saidiya Hartman (2020, p. 27), é moldado por uma "violência fundadora" que regula o que pode ou não ser dito, criando sujeitos e objetos de poder a partir de seu silêncio e exclusão: é um arquivo que existe a partir da visão do escravizador, que cataloga pessoas como mercadoria e nega sua humanidade. Assim, conforme aponta Allan Kardec Pereira (2021, p. 497), quando o arquivo é insuficiente para se contar a história de uma comunidade invisibilizada e "subalterna", deve-se não apenas tomar o cuidado para não reforçar a autoridade de certos documentos, mas de fazer de fato um tipo de "escrita insubmissa da história", em uma prática indisciplinada de escrever a história. Talvez, então, seja o caso de se abordar não só a "memória coletiva afetiva", como também o que se poderia denominar uma "história indisciplinada".

Desse modo, conhecer o bairro a fundo, se apropriando de sua cartografia, de sua arquitetura, de sua urbanidade, é imprescindível. De certa forma, os conceitos apresentados por Jacques (2009), que relacionam o corpo humano ao corpo urbano (corpografia, corporeidade e incorporação), também são inerentes ao uso tradicional do Bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia, a partir do momento que a vivência da população no bairro é algo que marcou tanto os corpos quanto o bairro. As memórias de criança estão repletas da presença dos lugares do bairro, as manifestações religiosas se traduziam a partir da relação direta com o urbano: procissões e cortejos que adentravam as residências e festejavam nas ruas madrugada afora.

Figura 63 – Av. Francisco Galassi, esquina com Rua Prof. José Rodrigues da Silva.

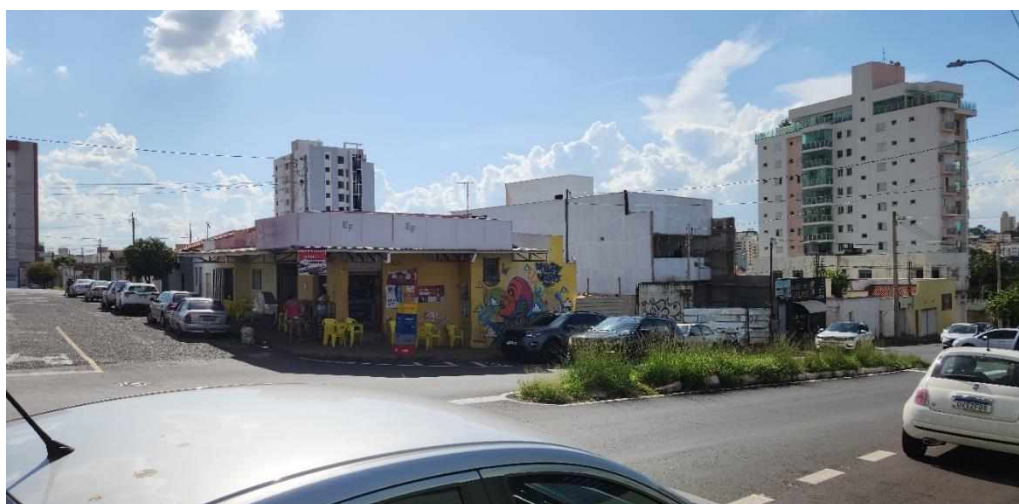


Foto: acervo da autora. Data: fev/2023.

A experiência de caminhar pelo Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia oferece uma oportunidade única de imersão nas suas memórias e nas transformações contínuas que o espaço urbano atravessa (Figura 62 a 64). Inspirados pela noção de "lugares de memória", podemos compreender o bairro como um espaço onde vestígios e símbolos de uma história rica e multifacetada ainda resistem, apesar das mudanças. Cada rua, cada lote vazio e cada conversa com os moradores mais antigos revela fragmentos dessa memória coletiva, que está sempre se transformando.

Ao errar pelas ruas do Velho Patrimônio, permite-se perceber a cidade além do que está evidente, captando as sutilezas que configuram as dinâmicas sociais e as práticas religiosas da comunidade. Vagar por essas ruas é, então, um convite à descoberta de histórias contadas pelas próprias esquinas, pelos moradores que permanecem e pelos vazios deixados por aqueles que já se foram.

Ao caminhar pelo bairro e conversar com os moradores, é interessante perceber como, muitas vezes, eles não utilizam os nomes das ruas em suas indicações. A localização dos lugares ou das histórias é feita com base em pontos de referência familiares e históricos, como "subindo a rua", "na rua de baixo" ou "perto do Terrerão". Nomes oficiais, como os de ruas ou avenidas, são menos mencionados; as poucas ruas que costumam ser referenciadas pelo nome são a Avenida Francisco Galassi e a Rua do Cruzeiro. Mais frequentemente, os moradores fazem uso de marcos como "a rua do postinho", "a rua do poliesportivo" ou "perto das mangueiras" para se orientarem, ou ainda recorrem a referências do passado, como "onde era o matadouro" ou "perto do córrego". Essa forma de se situar espacialmente revela como a memória coletiva e as experiências cotidianas moldam o sentido de lugar no Velho Patrimônio.

Figura 64 – Rua Jerônima Reis da Silva esquina com a Rua Felisberto Carrijo.



Foto: acervo da autora. Data: jul/2024.

Ao nos aventurarmos pelas ruas, é comum encontrar os moradores mais idosos sentados em suas varandas, de portões abertos, observando o movimento lento do bairro. Esses encontros são preciosos, pois representam uma ligação direta com o passado, com as tradições e memórias do Velho Patrimônio. Esses anciãos, em suas cadeiras nas varandas, testemunham as mudanças e carregam as narrativas de outros tempos, quando o bairro ainda era menos urbanizado e o cotidiano se desenrolava em um ritmo mais calmo. Suas histórias revelam as festas religiosas, as procissões, as lendas urbanas e as formas de sociabilidade que resistem e se transformam ao longo dos anos.

Outro aspecto marcante do bairro é o grande número de lotes vagos, uma característica inicial que persiste até os dias de hoje. Diferente de outras áreas urbanas mais densamente povoadas, o Velho Patrimônio nunca teve um caráter de superpopulação, o que permitiu que seus espaços abertos se tornassem parte de sua identidade. Esses lotes vazios, por um lado, são vestígios do passado rural do bairro, um resquício de um tempo em que as casas e as atividades econômicas se espalhavam com mais liberdade pelo território. Por outro lado, a presença desses vazios gera uma sensação de transitoriedade, como se o bairro estivesse sempre em estado de espera, à beira de novas mudanças.

Com efeito, a cada visita ao bairro, é impossível não notar as transformações urbanas cada vez mais rápidas. Percebe-se o aumento constante de demolições de casas antigas e o surgimento de novas construções, especialmente edifícios de apartamentos, que alteram de forma significativa a paisagem do bairro. O que antes eram casas simples, muitas vezes com quintais amplos, agora está sendo substituído por estruturas verticais, símbolos de uma urbanização que pouco a pouco desconfigura o traçado original do bairro. Esses novos edifícios trazem consigo outras dinâmicas sociais, novas formas de ocupação e uso do espaço, que contrastam com o estilo de vida mais pausado e tradicional de antigamente.

Desse modo, caminhar pelo Velho Patrimônio é testemunhar a coexistência do passado e do presente, de espaços cheios de memória e de lugares em constante reconstrução. A experiência da errância, nesse bairro, revela não apenas as memórias que ainda resistem, mas também as forças da modernização que gradualmente vão reconfigurando o território. O bairro, com seus moradores nas varandas e seus lotes vazios, permanece como um ponto de tensão entre tradição e progresso, entre memória e esquecimento, desafiando-nos a pensar sobre o futuro de seus lugares de memória.

Assim, os “lugares de memória” no Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia — sejam eles as ruas onde ocorreram procissões, as casas antigas ou os lotes vagos — se tornam espaços onde as memórias coletivas e afetivas da comunidade resistem às transformações urbanas. O bairro, então, se transforma em um território de luta pela preservação de suas histórias, lembrando que, conforme Huyssen (2014, p. 15) sugere, a memória não é neutra, mas um campo de constante disputa entre o que se deseja lembrar e o que se procura esquecer.

3.3. TRANSFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA NO VELHO PATRIMÔNIO

Marina Waisman (2013, p. 65), em seu livro *O interior da história*, explica que uma das características da mentalidade latino-americana é o “desprezo pelo passado e o entusiasmo pela modernidade, por tudo o que represente – geralmente, de modo superficial – o progresso”. É possível, sem prejuízo, usar as mesmas palavras para descrever a mentalidade da classe dominante uberlandense. Desde seus primórdios, a palavra “progresso” faz parte do vocabulário uberlandense representando um ideal, uma busca constante. Não à toa, como demonstra Lopes (2002, p. 42), já em 1895, em documentos oficiais é denominada “cidade nova” a região de Uberabinha que se inicia mais ou menos onde hoje está localizada a Praça Clarimundo Carneiro e termina na atual Praça Sérgio Pacheco. Ora, enquanto município, Uberabinha possuía então apenas 7 anos — cidade nova em relação a quê?

Foi com essa visão de progresso sempre em mente, que foi elaborado, em 1950, o Plano de Urbanização abordado no Capítulo 1. Trata-se de um plano que praticamente desconsidera o Patrimônio de N. Sra. da Abadia como um bairro pré-existente. O plano pensa o bairro de forma vertical, sem tentar entender a sua dinâmica e sem se importar com as ambições que os moradores tinham para ele. Naquela época, não se falava em democracia participativa, uma reflexão que só viria acontecer na década de 1980, de acordo com Elson Manoel Pereira (2022, p. 20). No entanto, já em 1990, nova evidência de apagamento institucionalizado se fez presente pela concepção dos Bairros Integrados do município, o qual criou o Bairro Patrimônio, formado por diversos loteamentos/bairros, sendo o Patrimônio de N. Sra. da Abadia parte do mesmo e apenas parcialmente.

Percebe-se, então, que o Projeto Bairros Integrados da Prefeitura de Uberlândia, da mesma forma como havia acontecido em 1950, com o Plano de Urbanização, desconsiderou em sua aplicação toda e qualquer característica social e cultural de um bairro histórico, que deveria ter sido desde sempre encarado como parte importante e relevante do imaginário uberlandense. Ainda assim, estas características incluem uma série de especificidades que destacam o Patrimônio de N. Sra. da Abadia de seu entorno — a começar pela população majoritariamente negra que traz consigo tradições e religiosidade próprias.

Atualmente, o Plano Diretor de Uberlândia está passando por um processo de revisão, com a contratação de uma empresa responsável pela elaboração do novo texto, sob a supervisão do Conselho Municipal do Plano Diretor (CMPD). Embora em diversas reuniões do CMPD, tenham sido levantadas as preocupações com relação à forte especulação imobiliária acometendo o Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, com a forte participação

dos representantes do COMPHAC e da UFU, as propostas de zoneamento e as restrições urbanísticas sugeridas até o momento não parecem contemplar a história e as especificidades culturais do bairro. Ao que tudo indica, o Velho Patrimônio, com sua população majoritariamente negra e suas tradições culturais e religiosas próprias, continua a ser marginalizado nas políticas de planejamento urbano. A última audiência para a aprovação das novas diretrizes do Plano Diretor está prevista para o fim da primeira quinzena de dezembro de 2024, e resta saber se essas questões centrais serão devidamente incorporadas ao documento final.

Esses exemplos de marginalização histórica e sociocultural, somados à ausência de uma política efetiva de preservação, não apenas permitem, mas também alimentam o avanço da especulação imobiliária sobre o bairro. Diante de todo esse processo, é importante repensar o papel do Estado como grande responsável direta e indiretamente, não só pela aplicação de políticas de proteção, como também pelas políticas de apagamento: ao ignorar os aspectos sociológicos quando da implementação de planos e projetos para a cidade, ao permitir que o mercado dite as regras em bairros históricos, ao sequer perceber/reconhecer o valor cultural e histórico de um lugar. De acordo com Beatriz Sarlo (2005, p. 80), “a lógica do mercado é a expansão irrestrita, e esta lógica só poderá ser enfrentada se houver um Estado que apresente outras lógicas”.

Entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, com a canalização do córrego São Pedro, inaugurando a Avenida Rondon Pacheco, Lourenço (1986, p. 24) conta que o entorno do Bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia começou a ser ocupado por moradores de renda mais alta. Essa transformação se intensificou nos últimos anos, conforme o olhar do mercado imobiliário se voltou para o setor sul da cidade. O bairro se encontra hoje em uma região privilegiada, visto estar situado entre os novos loteamentos e a região central da cidade, de modo que seus terrenos estão cada vez mais valorizados. Esse processo vem acarretando a expulsão dos moradores originais e/ou mais antigos para bairros mais distantes, e na substituição das edificações de caráter simples por grandes empreendimentos comerciais ou prédios residenciais multifamiliares.

O que vem acontecendo no velho Patrimônio deve ser entendido como consequência da “separação geográfica entre o investidor e o meio onde o investimento se dá” (Santos, 1992). Essa separação resulta no que Santos (1992) chama de “desculturalização”, na medida em que a gentrificação altera os equilíbrios sociais de poder, introduzindo novas formas de fazer e viver. Desse modo, pode ocorrer a migração das lideranças locais, a quebra de hábitos

e tradições e a mudança nas formas de se relacionar, substituídas por novas formas de relações cujo fundamento é puramente mercantil.

Nesse contexto, o *velho*, na região, são também os grupos sociais preexistentes e as suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço. Eles constituem, desse modo, seja um obstáculo "natural", seja, às vezes, um dado da expansão capitalista e exigem, desse modo, um tratamento especial, pois quando o *velho* não pode colaborar para a expansão do *novo*, a lógica do capital manda que seja eliminado (Santos, 1992).

As palavras de Mestre Bolinho refletem essas mudanças e o sentimento de perda que muitos moradores enfrentam ao verem seu bairro transformado pelo progresso:

É, agora perdeu. Morreram, né? Os outros se mudaram daqui. O progresso está chegando aqui no Patrimônio: tirando todo mundo. Ah, esses prédios. Essa casa que derrubou aqui, ó, vão construir prédios. Eu tô com medo aqui porque tem um terreno vago, vai fazer prédio. Acaba. Aqui do meu lado direito tem um terreno muito grande, antigo demais – que é tudo antigo –, muito grande... eles estão, enfim, nossa senhora, eles estão em cima. (...) E hoje em dia a cidade cresceu muito, né? O Patrimônio ficou praticamente no centro. Eles estão caindo em cima aqui. Diz que tem 100 prédios para fazer. Nós estamos com medo. Eu gosto demais daqui, ó, vai para 82 anos, né? E eu gosto demais daqui, nossa, demais. A minha infância foi aqui, né? E corremos quintais dos outros, roubando manga, laranja. Então é um lugar que eu amo demais.

A fala de Douglas também revela a dor e a insatisfação com o processo de gentrificação que está transformando o Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia:

Me incomoda muito o fato das pessoas originárias daqui serem afastadas do bairro. Elas estão morando bem afastado, né? E hoje a gente vê a construção de vários prédios. E traz outras pessoas, né, igual você vê aqui atrás [aponta em direção a prédios do entorno]. E são pessoas que são estranhas ao que acontece no bairro.

Elas não se identificam com as tradições. E como são pessoas de classe média para cima, elas não entendem essas tradições e elas até vem fazendo uma onda de proibição dessas coisas, sabe? E isso para mim é o muito triste, porque a gente perde um pouco das nossas raízes.

Mestre Bolinho e Douglas apontam o medo da destruição física e simbólica do bairro diante do avanço dos empreendimentos imobiliários. Mestre Bolinho relata o desprezo histórico pela região, vista no passado como um lugar marginalizado, associado à população negra e suas tradições culturais, como a Umbanda e o Moçambique. Com o crescimento da cidade e a valorização imobiliária da região, o Velho Patrimônio passou a ser alvo de

interesse do mercado imobiliário, o que está levando à expulsão gradual de seus moradores e à transformação da paisagem urbana.

Essa transformação, que se intensificou com o olhar do mercado imobiliário voltado para a zona sul de Uberlândia, é também percebida como a única oportunidade de melhoria por alguns moradores. A sabedoria popular, expressa nos depoimentos de antigos residentes, evidencia como o poder público só passa a valorizar um local quando pessoas das camadas sociais mais altas — geralmente brancas — começam a se apropriar desse espaço. A fala a seguir de Seu Patrocínio expõe não apenas as melhorias que chegaram com a presença de uma população mais abastada, mas também o motivo subjacente para o descaso histórico: o bairro só recebe atenção porque se tornou alvo das elites.

Uai, é bom [a transformação do bairro]. Tem um negócio, a gente presta atenção a todo mundo. O rico e o pobre, um depende do outro. Ninguém vive sozinho. Entendeu? Tem melhorado é por causa dos mais... [ricos], né? É porque se fosse [ininteligível] melhor de vida, não tinha melhorado. Só o pobre não tinha melhorado. Uma coisa depende da outra.

Seu Patrocínio revela, com clareza, que os moradores estão cientes dessa dinâmica de desigualdade. Eles sabem que, sem o interesse das elites, o bairro teria permanecido esquecido pelas autoridades e sem investimentos. Essa fala reflete a percepção de que as melhorias só chegam quando há capital financeiro envolvido, e os moradores enfrentam a dificuldade de romper com essa lógica política, social e econômica, que favorece as áreas onde vivem os mais privilegiados.

Tendo em vista o rápido processo de transformação pelo qual o bairro está passando, talvez caberia aplicar a ideia surgida após a Segunda Guerra Mundial, como explica José da Silva Ribeiro (2005, p. 626), denominada “etnografia ou antropologia de urgência – perante a necessidade de registrar, antes que fosse tarde, as atividades e os comportamentos humanos em vias de desaparecimento com o advento e a difusão da modernidade”. Assim, sem perder de vista a urgência da situação, entende-se que primeiro é preciso investigar o que os moradores tradicionais do bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia desejam, pois, conforme aponta Maria Cecília Londres Fonseca (2003, p. 118), deve-se reconhecer que eles são os legítimos detentores do destino de sua própria cultura. Nesse sentido, pode-se fazer um paralelo com os “estudos subalternos” apresentados por Dipesh Chakrabarty (2008) e a ideia de decolonização (Ballestrin, 2013, p. 108), e adaptando-os de modo a aplicá-los ao processo de (re)construção da memória do bairro: minoriza-se a perspectiva oficial, sendo esta quase substituída pela perspectiva do morador ou frequentador daquele lugar e daquela cultura.

A obra de Johannes Fabian (2013) é fundamental para entender como o tempo pode ser instrumentalizado no discurso antropológico para distanciar os grupos subalternos de um presente compartilhado com as culturas dominantes. Ele apresenta o conceito de coetaneidade, um termo que denota tanto a contemporaneidade quanto a simultaneidade (Fabian, 2013, p. 10), e como essa “negação da coetaneidade” marginaliza as temporalidades próprias dessas comunidades, reforçando hierarquias de poder (Fabian, 2013, p. 170). No contexto da modernização do bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia, torna-se vital reconhecer e respeitar essas temporalidades divergentes, evitando a imposição de um cronograma externo que desconsidera a subjetividade dos moradores. Desse modo, deve-se desafiar a representação de culturas como 'atrasadas' ou 'fora de sincronia', para que possam ser tratadas como contemporâneas e coetâneas no processo de construção e preservação de sua memória cultural.

Outro conceito que pode ser aplicado aos estudos referentes ao bairro é a ideia de indigenização, atribuída a Daniel R. Wildcat por Ewa Domanska (2022, p. 40). Indigenização seria o reconhecimento a ser dado ao conhecimento proveniente de velhos modos de vida relativos a culturas singulares. Domanska propõe o uso do termo como uma alternativa à chamada decolonização, visto que a indigenização não parte de um referencial de violência (a colonização), apenas apontando os conhecimentos e culturas locais ou nativos.

Nesse contexto, é fundamental entender que as práticas culturais e religiosas do bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia não são apenas tradições folclóricas isoladas, mas expressões vivas e dinâmicas de uma cultura que resiste às pressões da modernização e à marginalização temporal e social. Enquanto o discurso dominante pode tentar enquadrar essas práticas como "fora de sincronia" com o tempo presente, como apontado por Johannes Fabian (2013), é justamente essa coetaneidade que garante a relevância contínua dessas tradições. Ainda que não se trate aqui exatamente de uma cultura singular e sim de uma cultura híbrida, pois incorpora elementos da cultura dominantes, o reconhecimento das formas locais de conhecimento, como sugerido pela indigenização, oferece uma forma de valorizar essas manifestações culturais sem reduzi-las a meros resquícios do passado.

Assim, conforme apontado anteriormente, dentro do bairro, as celebrações religiosas mantiveram sua vitalidade por muito tempo, ocupando as ruas e as casas dos moradores, com festejos que seguiam até a madrugada. O bairro era vivo e, em dias de festa, os limites entre o particular e o coletivo se turvavam. No entanto, com o passar dos anos e o avanço das pressões externas, essas festividades precisaram se adaptar, sendo deslocadas das ruas para locais fechados, o que transformou a dinâmica de interação comunitária.

Conforme aponta Murillo Marx (2003, p. 7), os usos dos espaços urbanos, com predominância religiosa em seus primórdios, foram se transformando até tornar-se quase absolutamente mundano nos dias de hoje. Nesse sentido, o Patrimônio de N. Sra. da Abadia não foge à regra. Conforme se iniciou o processo de transformação do bairro e este foi se intensificando, como vimos pelo depoimento do Mestre Bolinho, os novos moradores, os quais não faziam parte daquela dinâmica de tradições e festejos religiosos do bairro, passaram a munir-se da lei para inibir as manifestações: bairros residenciais possuem legislação que versa sobre “poluição sonora” e que impedem sons altos a partir de determinadas horas. Assim, as celebrações tiveram que sair das casas e das ruas, sendo transferidas para outros locais.

Brasileiro (2012, p. 97) destaca que a Umbanda, o Candomblé e o Congado, resgatam não apenas as práticas religiosas, mas também as expressões culturais afro-brasileiras, sendo pilares de resistência cultural contra as interferências da elite branca. Ele argumenta que essas práticas, ao serem vinculadas às festividades populares, sofrem pressões de setores dominantes que visam "folclorizar" e domesticar essas expressões, como forma de torná-las palatáveis aos padrões culturais e sociais estabelecidos (Brasileiro, 2012, p. 27).

Atualmente, as festas e manifestações culturais do bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia estão restritas a basicamente dois espaços principais: o Poliesportivo e o Terrerão do Samba. O Poliesportivo é um espaço institucional, cedido à comunidade para abrigar as celebrações que antes aconteciam nas ruas e casas dos moradores, representando uma adaptação imposta pelas novas regulamentações sobre o uso dos espaços públicos e o controle de "poluição sonora". Por outro lado, o Terrerão do Samba (Figura 65 a 68), com sua própria história e dinâmica dentro do bairro, se destaca como um local simbólico, cada vez mais reconhecido como um lugar de memória pelos moradores. É um dos últimos redutos de resistência cultural, podendo ser considerado um pilar fundamental, onde a memória e as raízes culturais continuam a ser preservadas, apesar das transformações urbanas e pressões externas.

Joana, apesar de nunca ter morado no Patrimônio, frequentou assiduamente o bairro por cerca de um ano durante a sua adolescência, pois acompanhou o trabalho de Dona Rosária no Terrerão, antes deste ser conhecido por esse nome. Joana conta que conheceu D. Rosária em 1985, quando esta tomava conta do Centro Espírita Obreiros de Jesus. O centro, no entanto, possuía uma regra antiga de não permitir o toque do tambor em seu território. Assim, os trabalhos eram realizados uma vez por semana na casa de D. Rosária, de modo que o terreno se estabeleceu como um local sagrado, onde as práticas de terreiro eram realizadas.

Dona Rosária era constantemente procurada pelos moradores locais em busca de curas espirituais e do corpo, ainda mais em uma época em que o bairro era afastado do centro da cidade e o acesso à saúde não era facilitado.

Figura 65 – Terrerão do Samba, portão de entrada ao fundo e rampa de acesso a sanitários, varanda e terreiro.



Foto: acervo da autora. Data: mai/2023.

Figura 66 – Terrerão do Samba, rampa de acesso a sanitários, varanda e terreiro.



Foto: acervo da autora. Data: mai/2023.

Figura 67 – Terrerão do Samba, vista da varanda.



Foto: acervo da autora. Data: mai/2023.

Figura 68 – Terrerão do Samba, quadro ilustrando a Igreja N. Sra. do Rosário.

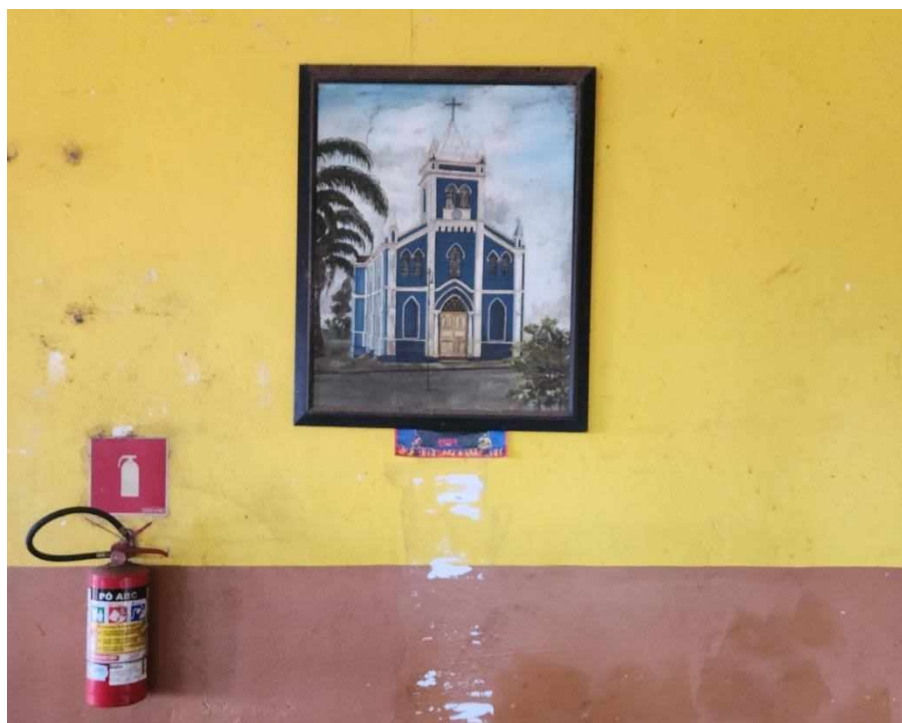


Foto: acervo da autora. Data: mai/2023.

Com o falecimento de D. Rosária, em 2001, o lugar voltou a servir apenas como residência para sua irmã Cidinha e para seu sobrinho Douglas, que veio de São Paulo a fim de cuidar da tia. Então, após anos encontrando dificuldade em se estabelecer a partir do trabalho formal, em 2010, Douglas abriu no local o Terrerão do Samba (Figura 69 a 74). Porém, logo se iniciaram os conflitos com os moradores mais novos do bairro:

Eu estou aqui como Terrerão desde 2010. E aí os primeiros que vieram para cá foram os ensaios e os eventos da escola de samba. E eles começaram, mais especificamente em 2011, a achar que aquilo que a escola - os ensaios e tudo - aquele barulho, eles entendem assim, “esse barulho nos incomoda”. “Ah, não pode ir até mais tarde”, mas na verdade, a escola, no máximo que ela vai, em todos os ensaios, é até umas 10 horas. Por fim, vem dizer que aqui existe uma restrição urbanística, que na verdade não pode ter eventos aqui. E acontece que eu falo assim, “olha, mas a lei ela é de 2011, sim, mas eu estou antes da lei”. E outra coisa, eu acho que muitas das coisas que acontecem aqui eu acho que não deve se acabar, como uma escola de samba, o congado, né?

Figura 69 e Figura 70 – Cartazes de divulgação de eventos no Terrerão do Samba.



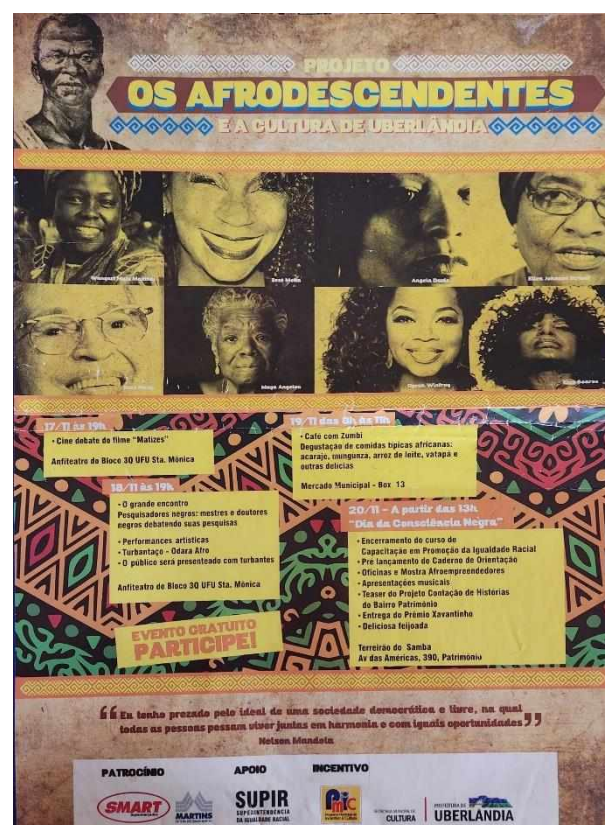
Fonte: acervo do Terrerão.

Figura 71 e Figura 72 – Cartazes de divulgação de eventos no Terrerão do Samba.



Fonte: acervo do Terrerão.

Figura 73 e Figura 74 – Cartazes de divulgação de eventos no Terrerão do Samba.



Fonte: acervo do Terrerão.

Os movimentos de resistência no Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, refletem a complexidade da transformação urbana e a luta pela preservação cultural. Em 2001, com início do Orçamento Participativo em Uberlândia, já havia sido solicitado pelos moradores do Patrimônio a construção de um centro de cultura popular no Bairro Patrimônio. A solicitação não foi atendida à época, alegadamente por falta de verba, e aparenta já ser sido completamente esquecida pelo poder executivo municipal (Silveira, 2003, p. 55). E a população do bairro se manifesta e faz reivindicações há ainda mais tempo, como pudemos perceber pelas queixas relativas ao estado precário do rego d'água no final da década de 1950, conforme apontado na Seção 1.2.

Ainda assim, conforme Débora Nunes (2023) aponta, os moradores do bairro, especialmente aqueles ligados ao projeto Reduto Negro (Figura 75 e Figura 76), seguem se mobilizando para manter suas tradições e identidade cultural frente ao crescente processo de gentrificação e especulação imobiliária. O Reduto Negro consiste em um projeto cultural empreendida em parceria com um artista local contemplado no Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PMIC) e concluído em 2022, cujo objetivo era criar uma galeria de arte urbana, ressignificando as casas do Bairro Patrimônio. O projeto é uma das táticas adotadas pelos moradores para resistir à descaracterização do bairro. Desse modo, mesmo diante da pressão imobiliária e da expulsão de moradores antigos, esses movimentos de resistência conseguem preservar traços importantes da cultura afro-brasileira na região.

Figura 75 – Av. Francisco Galassi e intervenção do projeto Reduto Negro.



Foto: acervo da autora. Data: mar/2023.

Figura 76 – Av. Francisco Galassi e intervenção do projeto Reduto Negro.



Foto: acervo da autora. Data: mar/2023.

Assim, parte dessa cultura resiste. Mesmo deslocadas de seu local tradicional, os festejos e manifestações culturais seguem vivos. Há moradores que se recusam a vender suas propriedades e sair do bairro, há projetos como o recente Reduto Negro e o iminente reconhecimento do Terrorão do Samba como patrimônio imaterial a ser registrado pela municipalidade. Se tomarmos a definição de “resto” apresentada por Natalia Taccetta (2020, p. 46), que relaciona a palavra ao sentido de algo que resta, que fica, que permanece, ou seja, resiste, torna-se evidente que cada tradição mantida, cada resto dessa cultura, é uma manifestação de resistência da comunidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou investigar o Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, não apenas como um espaço físico, mas como um lugar de memória, cultura e resistência. Ao longo dos capítulos, foram analisadas diferentes abordagens sobre o bairro, mostrando como sua história e memória são moldadas tanto por narrativas oficiais quanto por lembranças afetivas dos moradores. Esses dois modos de registrar e interpretar a realidade — um mais disciplinado e cronológico, outro mais fragmentado e emocional — não apenas convivem, mas se complementam na formação de uma identidade coletiva.

No Capítulo 1. Patrimônio de N. Sra. Da Abadia: O Velho Patrimônio, foi apresentada e analisada a “história disciplinada” do bairro, a partir de fontes oficiais e registros históricos organizados por memorialistas e historiadores. Essa história oficial tende a descrever o bairro de maneira linear, focada em eventos e personagens específicos, muitas vezes relacionados à elite local e às instituições religiosas e políticas. A versão disciplinada, marcada pela cientificidade e objetividade, busca fixar marcos históricos e destacar acontecimentos considerados relevantes para o desenvolvimento da cidade e do bairro. No entanto, essa narrativa oficial é limitada, pois frequentemente marginaliza as experiências cotidianas e os pequenos eventos que moldaram a vivência no bairro.

É crucial destacar o apagamento que ocorre como consequência do reordenamento territorial do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia. A partir dessa reestruturação, que mesclou o bairro Patrimônio com o bairro Copacabana e transferiu parte de sua área para o Morada da Colina, a possibilidade de acesso a dados específicos e detalhados sobre o bairro original torna-se significativamente prejudicada, ou mesmo inviabilizada. Esse processo de fragmentação territorial, ao alterar a delimitação oficial do bairro, não apenas dissolve suas fronteiras simbólicas, mas também compromete a coleta e a análise de dados demográficos e sociais, como os censos específicos. Assim, quando há uma mudança na denominação e na organização espacial, ocorre uma desarticulação institucional que dificulta o reconhecimento histórico e sociocultural do bairro, apagando suas especificidades e contribuindo para a perda de sua identidade na memória coletiva e nas políticas públicas.

Em contraponto, o Capítulo 2. Colhendo Memórias para guardar Afetos se concentra na memória afetiva dos moradores, que oferece uma visão mais fragmentada e emocional da história do bairro. Ao reunir os relatos dos habitantes, o capítulo revela uma memória coletiva que transcende os eventos formais, priorizando a afetividade e as vivências pessoais. Essa memória é viva, mutável e inclusiva, sendo constantemente recontada e reinterpretada à

medida que novas gerações ocupam o bairro. A memória coletiva afetiva não se preocupa com datas e fatos rígidos, mas com o significado pessoal e comunitário das experiências vividas.

Embora a "história disciplinada" e a "memória coletiva afetiva" sigam caminhos distintos, elas não são opostas, mas sim complementares. A história oficial do bairro fornece uma base cronológica e factual que ajuda a estruturar o entendimento do passado, enquanto a memória dos moradores enriquece essa narrativa com detalhes, afetos e vivências que são essenciais para a compreensão plena do que o bairro representa. Juntas, essas duas abordagens permitem uma visão mais completa e complexa do Velho Patrimônio, onde tanto o registro institucional, que deliberadamente invisibiliza determinados fatos e populações, quanto as lembranças pessoais desempenham papéis fundamentais.

O Capítulo 3. Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia: um bairro negro, por sua vez, ampliou a discussão ao focar nas transformações urbanas e nas resistências culturais que o bairro vem experimentando. Foi explorada a gentrificação, um processo que está reconfigurando a paisagem física e social do bairro, substituindo antigas casas por empreendimentos imobiliários e expulsando moradores históricos para áreas mais distantes. No entanto, esse capítulo também destaca as formas de resistência que ainda persistem, principalmente através das práticas culturais e religiosas que continuam vivas, como as festas de Congado e Folia de Reis.

A análise deste capítulo mostrou como a identidade do bairro está sendo ameaçada por uma urbanização que muitas vezes ignora as especificidades culturais e sociais da comunidade. Mesmo assim, o bairro resiste. As tradições culturais continuam a ser praticadas, mesmo que deslocadas para outros espaços. Essa resistência à descaracterização do bairro é um ato de preservação da memória e da identidade coletiva, que se opõe à lógica do capital que impõe novas formas de viver e ocupar o espaço.

A relação entre memória e transformação também foi abordada por meio dos depoimentos dos moradores, como Mestre Bolinho, Dona Eunice, Douglas e Seu Patrocínio. Esses relatos ilustram como os moradores mais antigos lidam com as mudanças e como percebem o impacto da modernização no bairro. Enquanto Mestre Bolinho lamenta a perda de identidade e o avanço do progresso, que ameaça a destruição das tradições locais, Seu Patrocínio apresenta uma visão que à superfície aparenta ser mais conciliatória, mas que demonstra o descaso do poder público ao voltar seu olhar para o bairro, trazendo melhorias, apenas a partir da presença de uma população de maior renda.

Dessa forma, ao longo da dissertação, demonstrou-se que a história do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia não pode ser contada apenas por uma versão oficial ou por um único ponto de vista. A complexidade do bairro se revela na confluência de histórias e memórias, de transformações urbanas e resistências culturais. O trabalho revela também processos de exclusão e apagamentos, que vem sendo sistematicamente repetidos na produção do espaço em nossa cidade. O Velho Patrimônio é um lugar de memória viva, onde a luta pela preservação de suas tradições se entrelaça com o desafio de sobreviver às mudanças impostas pela modernidade e pelo progresso.

Uma das possibilidades de continuidade desse estudo seria o aprofundamento das tipologias arquitetônicas encontradas no bairro. A análise mais detalhada das formas e técnicas construtivas das antigas edificações pode revelar aspectos importantes sobre a cultura material e as condições de vida da comunidade ao longo do tempo. Esse levantamento permitiria também entender como a gentrificação está modificando a paisagem arquitetônica e poderia subsidiar políticas de proteção ao patrimônio construído.

Além disso, é essencial desenvolver ferramentas, instrumentos ou abordagens que possam proteger a memória local. Exemplos disso incluem a proteção de espaços culturais e de resistência, como o Terrerão do Samba, que é um local central para as manifestações culturais afro-brasileiras. Outro exemplo seria a criação de um museu-cápsula do tempo, inspirado na proposta de Fernando Atique (2018), que serviria como um espaço de memória para preservar e transmitir a história local às futuras gerações. Esse museu poderia conter registros, objetos e narrativas dos moradores mais antigos, atuando como uma ponte entre o passado e o presente, consolidando a identidade do bairro. Outra proposta relevante seria a consolidação do local onde existiu o antigo cruzeiro como um lugar de memória. Transformar esse espaço em um museu sobre o bairro, dedicado a preservar a história, as tradições religiosas e culturais do Velho Patrimônio²⁷, poderia reforçar a importância desse território para a cidade e garantir que sua memória e identidade sejam permanentemente reconhecidas e valorizadas. Por fim, dar andamento na própria solicitação dos moradores do Patrimônio, feita em 2001 para o Orçamento Participativo, na construção de um centro de cultura popular no bairro.

Outra possibilidade de desdobramento deste estudo seria sua contribuição para o aprofundamento do processo de registro do Patrimônio de N. Sra. da Abadia, iniciado em

²⁷ Proposta semelhante foi apresentada no Trabalho de Conclusão de Curso de Ana Victória G. Paiva, intitulado Quintal das Fitas: a cultura negra e a vivacidade do Bairro Patrimônio (Paiva, 2023).

2019. Ao fornecer uma análise mais ampla das tipologias arquitetônicas e das dinâmicas culturais locais, este trabalho pode subsidiar não apenas a continuidade do registro, mas também o desenvolvimento de estratégias de gestão e preservação adequadas ao contexto específico do bairro. Esse processo de gestão exige uma abordagem integrada, que considere tanto os aspectos materiais quanto imateriais do patrimônio, e pode se beneficiar das reflexões aqui apresentadas sobre a gentrificação e o apagamento institucional. A sistematização dos dados levantados, aliada ao diálogo com as comunidades locais, potencializado com ferramentas como os inventários participativos, pode servir como base para políticas públicas que garantam a manutenção da identidade cultural e histórica do bairro, evitando que ele seja absorvido de forma irreversível pelas pressões do mercado imobiliário.

De todo modo, é preciso destacar que não será um instrumento sozinho a dar conta dessa realidade tão complexa. É preciso pensar em uma rede de estratégias que poderão, mesmo que fragmentariamente, realmente dar visibilidade ao patrimônio cultural que o velho Patrimônio possui, sejam os inventários participativos, os registros de bens imateriais, a criação do centro de cultura popular, etc.

Por fim, esta dissertação reafirma a importância de reconhecer e valorizar as vozes dos moradores como detentores legítimos da memória e da cultura do bairro. O futuro do Velho Patrimônio depende não apenas de políticas públicas de preservação, mas de um esforço coletivo para manter viva sua identidade e garantir que suas tradições e memórias sejam respeitadas e transmitidas às futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vania de Fatima Noronha. Festas de Pretos no Caminho Velho da Estrada Real: Fé, Obrigação, Turismo e Lazer na Luta Contra o Racismo Religioso. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**. Belo Horizonte, v. 26, n. 4, p. 298-326, dez. 2023.

ARANTES, Jerônimo. **Cidade dos Sonhos Meus**: Memória Histórica de Uberlândia. Uberlândia: Edufu, 2003. 68 p.

ASSIS, Ivone Gomes; MACIEL, Gilberto. **O povo do pé vermelho**. Uberlândia: Assis Editora, 2017. 256 p.

ASSMANN, Aleida. Re-framing memory. Between individual and collective forms of constructing the past. *In*: TILMANS, Karin, VAN VREE, Frank e WINTER, Jay (eds.). **Performing the past**: memory, history and identity in modern Europe. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. cap. 2, p. 35-50.

ATIQUE, Fernando. Um museu-cápsula do tempo: as estratégias de uso do espaço e da cidade na montagem do Tenement Museum de Nova York. *In*: FÓRUM INTERNACIONAL DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO BRASIL / PORTUGAL, 5., 2018, Rio de Janeiro. [Artigos selecionados]. Brasília: Iphan, 2018. Tema: reuso no Patrimônio Cultural, p. 173-180.

AVELAR, Alexandre de Sá. Por que a derrubada de estátuas não deveria incomodar os historiadores? Tempo, anacronismo e disputas pelo passado. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 24, n. 44, p. 134-156, jan.-jun. 2022.

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial.” **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, DF. n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

BRASILEIRO, Jeremias. **O ressoar dos tambores do Congado**: entre a tradição e a contemporaneidade: cotidiano, memórias, disputas. (1955-2011). 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

BRUSADIN, Leandro Beneditini. **A dinâmica do patrimônio cultural e o Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG)**. 2011. 211 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Direito, História e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

CAMPOS, Larissa Costa. A Fragilidade da Prova Testemunhal no Processo Penal: Falsas memórias e outras causas de deformação do testemunho. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, v. 42, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RDU/article/view/20320>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009. 380 p.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Al margen de Europa**: pensamento poscolonial y diferencia histórica. Barcelona: Ensaïos Tusquets Editores, 2008. 392 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. 282 p.

COMPHAC - CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E CULTURAL DE UBERLÂNDIA, 2. reunião extraordinária, 2024, Uberlândia. **Ata** [...]. Uberlândia: [s. n.], 2024.

DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do Progresso em Tons Altissonantes**: Uberlândia (1900-1950). 2001. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

DOMAŃSKA, Ewa. Wondering about history in times of permanent crisis. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS OF HISTORICAL SCIENCES, XXIII., 2022, Poznań, Polónia. **Opening Ceremony Program**. Poznań: [s. n.], 2022. p. 39-51.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 214 p.

FIGUEIREDO, Adelaide Maria; FIGUEIREDO, Fernanda Otília. **Teoria da Amostragem**: Apontamentos teóricos e exercícios. Porto: Universidade do Porto, [20--]. 30 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais**: Base para novas políticas de patrimônio. Rio de Janeiro: Repositório do Conhecimento do IPEA, p. 111-120, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS, Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GERIBELLO, Denise F. A atribuição de sentido patrimonial e o tombamento. *In*: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 3., 2019, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Even3, 2019. Tema: Teorias da conservação, Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/IIISimposioICOMOSBrasil/148805-A-TRIBUICAO-DE-SENTIDO-PATRIMONIAL-E-O-TOMBAMENTO>. Acesso em: 9 nov. 2022. 18 p.

GOMES, L. F. O que se entende por enfiteuse?. *In*: **Jusbrasil**. [s. l.], 2008. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1061040/o-que-se-entende-por-enfiteuse>. Acesso em: 24 nov. 2022.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/issue/view/1290. Acesso em: 17 set. 2023.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 272 p.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, 213 p.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes. *In*: HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. p. 9-40.

ICMS Patrimônio Cultural: Como está a participação do seu município no ICMS. *In*: IEPHA (Minas Gerais). **Portal do iepha**: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. [s. l.], 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/icms-patrimonio-cultural#como-est%C3%A1-a-participa%C3%A7%C3%A3o-do-seu-munic%C3%ADpio-no-icms>. Acesso em: 4 maio 2022.

JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e Corpografias Urbanas: Espetáculo e experiência na cidade contemporânea. *In*: **5ª edição da Revista do Observatório**. p. 47-58. 7 dez. 2009.

LAURENTIZ, Luiz Carlos de. Olhando as arquiteturas do cerrado. *In*: **Projeto**, n. 163, São Paulo, maio/1993, p. 75-91.

LE GOFF, Jacques. Documento e monumento. *In*: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: EdUNICAMP, 1994.

LOPES, Valéria Maria Q. Cavalcanti. **Caminhos e trilhas**: Transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980). 2002. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

LOPES, Valéria Maria Q. Cavalcanti. **Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos** – memórias, construção e apropriações dos espaços. Uberlândia: Edufu, 2010.

LOPES, V. M. Q. C.; MACEDO, A. P. R.; MACHADO, M. C. T. **Patrimônio Cultural**: que bicho é esse? Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, 2020. 74 p.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Bairro Patrimônio**: Salgadores e moçambiqueiros. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura, 1986. 48 p.

MAPAS e bairros. *In*: **Prefeitura de Uberlândia**. Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/mapas-e-bairros/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MARX, Murilo. **Nosso Chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo EDUSP, 2003. 224 p.

MEC. Sphan/Pró-Memória. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. **Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 31, p. 1-143, 1980.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MENESES, Ulpiano T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, I., 2009, Ouro Preto, MG. **Anais 2, vol. 1**. Brasília, DF: Iphan, 2012. Tema: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, p. 25-39. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf. Acesso em: 9 nov. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: Entre traumas e tabus. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan./jun. 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/his.v68i1.67794>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/67794>. Acesso em: 25 jul. 2023.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul/dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 25 jul. 2023.

NUNES, Débora Costa. **Artes de viver: Bairro Patrimônio em um cirandar de sentidos articulados a partir do projeto Reduto Negro**. 2023. 77 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Comunicação e Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

PAIVA, Ana Victória Guimarães. **Quintal das Fitas: a cultura negra e a vivacidade do Bairro Patrimônio**. 2023. 144 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

PEREIRA, Allan Kardec. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. **História da Historiografia**, v.14, n.36, p.481-508, 2021.

PEREIRA, Elson Manoel. Insurgência em espaços institucionais: entre interesses do capital e o espaço banal. **Revista e-metropolis**, [s. l.], n. 47, p. 19-28, 5 maio 2022.

PEREIRA, Oscar Virgílio. **Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade**. Uberlândia: Gráfica Composer, 2010. 600 p.

PEZZUTTI, Conego Pedro. **Município de Uberabinha: História, administração, finanças, economia**. Uberabinha: Oficinas Typographicas da Livraria Kosmos, 1922. 67 p.

PREFEITURA MUNICIPAL (Uberlândia). Dossiê. **Memória Social do Bairro Patrimônio: Quadro IIB Proteção - Processo de Registro de Bens Imateriais na Esfera Municipal**, Uberlândia, 2019. 97 p.

PREFEITURA MUNICIPAL (Uberlândia). Arquivo Público Municipal de Uberlândia. **Atas da Câmara Municipal de Uberlândia realizadas no ano de 1948**. Fundo: Câmara Municipal, série: Atas, subsérie: Atas da Câmara Municipal. Uberlândia, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL (Uberlândia). Horto Municipal. **Parecer Técnico 352/2021**. Uberlândia: SMMADU, ago 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL (Uberlândia). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Caderno Informativo 2023**. Uberlândia: SEPLAN, 2024. 701 p.

RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 48, n. 2, p. 613-648, 2005.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira. Repensando as representações acerca do patrimônio histórico: olhares sobre o tombamento de uma antiga base de atracação de Zeppelins. In: TOMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p. 319-342.

SANT'ANNA, Marcia. Arquitetura popular: espaços e saberes. **Políticas Culturais em Revista**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 40-63, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/9896>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SARLO, Beatriz. Shoppings e carrosséis. In: SARLO, Beatriz. **Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. v. 68, cap. 2, p. 37-58.

SILVA, Antônio Pereira da. **Patrimônio**: A ilha. Uberlândia: [s. n.], 199-. 13 p.

SILVA JUNIOR, Renato Jales. **Direito à memória**: modas de viver e morar em Uberlândia entre as décadas de 1960 e 1980. 2013. 204 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SILVEIRA, Rosana de Ávila de Melo. **Percepção do “Patrimônio” de Uberlândia**: um estudo da paisagem vivida. 2003. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

SMITH, Laurajane. El "espejo patrimonial". Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? **Antípoda**. Revista de Antropología y Arqueología, núm. 12, p. 39-63, enero-junio, 2011.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2021. DOI <https://doi.org/10.18472/cvt.21n2.2021.1957>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115468015010>. Acesso em: 25 jul. 2023.

TACCETTA, Natalia. Resto y archivo: la arqueología como resistencia. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 22, n. 40, p. 28-47, jan.-jun., 2020.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 13-36, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/1008>. Acesso em: 9 nov. 2022.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central**: História da criação do município de Uberlândia. 1. ed. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. v. 1.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central**: História da criação do município de Uberlândia. 1. ed. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. 512 p. v. 2.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha. **Código de Posturas**: art. 34. Uberlândia, 1903.

UBERLÂNDIA Ontem e Hoje. *In*: CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Portal da Câmara Municipal de Uberlândia**. Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/institucional/conheca-uberlandia>. Acesso em: 4 maio 2022.

WAISMAN, Marina. **O interior da história**: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São. Paulo: Perspectiva, 2013. 224 p.